

**INFORME SOBRE CONTRIBUIÇÕES
REALIZADAS PELO CONSULTOR**

Simone Wajnman



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a contribuição da consultora Simone Wajnman para a elaboração dos estudos sobre transferências intergeracionais de tempo de trabalho doméstico e valor econômico desse tipo de trabalho no Brasil. As atividades referem-se ao contrato nº 2500153889, firmados entre a consultora e as Nações Unidas.

1 INFORME SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO CONSULTOR

Como produto do contrato nº 2500153889, a consultora Simone Wajnman orientou a elaboração do estudo sobre transferências de tempo nos domicílios brasileiros, que acabou por resultar na tese de doutoramento da aluna do Cedeplar e também consultora deste projeto, Jordana Cristina de Jesus. A tese, apresentada em anexo, foi defendida no programa de pós-graduação em Demografia do Cedeplar da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Seus resultados foram apresentados nos eventos (i) *12th Global Meeting of the NTA Network: Opportunities and Challenges of the Demographic Transition for Meeting the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals*, na cidade do México e (ii) *Seminário “Demografia Econômica e Envelhecimento Populacional no Brasil*, organizado pela UNFPA e Ministério do Planejamento do Brasil, em Brasília. Além disso, os resultados do trabalho ganharam muita repercussão na mídia nacional por chamarem a atenção para as disparidades de gênero no tempo despendido no trabalho doméstico, tendo sido citado, inclusive, por uma candidata em disputa pela presidência da república no jornal televisivo de maior audiência no país. O anexo 1, ao final deste informe, lista os links onde se encontram essas referências ao trabalho.

A tese representou um avanço significativo na literatura sobre trabalho doméstico não remunerado no Brasil, através da aplicação inédita da metodologia do *National Time Transfer Accounts* (NTTA), desenvolvida originalmente por Gretchen Donehower (NTA, 2017). Nessa metodologia, o foco é gerar estimativas de perfis de produção, consumo e transferência de trabalho doméstico não remunerado por idade e sexo. Os países que já haviam aplicado essa metodologia contavam com pesquisas representativas de uso do tempo, o que não ocorre no caso do Brasil. Atualmente, a única informação de que dispomos é proveniente da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), que coleta o número de horas semanais habitualmente dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência.

Essa limitação nos dados foi superada a partir de uma adaptação do método de padronização indireta, comumente utilizado nas estimativas de mortalidade, para chegar a uma função por idade correta da produção de trabalho doméstico no Brasil. Como se descreveu na tese, o padrão escolhido para a correção dos dados foi a Colômbia, que apresenta similaridades sociais, culturais e econômicas com o Brasil e que conta com

uma rica pesquisa de uso do tempo aplicada em todo o país¹. Esse método permitiu estimar as horas dedicadas aos cuidados de crianças que são subdeclaradas em decorrência da metodologia empregada na PNAD.

Os resultados apresentados na tese demonstram que as mulheres, após a infância, passam praticamente todo o curso de vida como transferidoras líquidas de trabalho doméstico não remunerado, com diferenças significativas entre os níveis de renda. Na medida em que se avança nos estratos de renda, a idade a partir da qual as mulheres passam a ser transferidoras líquidas, ou seja, produzem mais do que consomem, aumenta gradativamente. No estrato mais baixo de renda, as mulheres passam a ser transferidoras líquidas a partir dos 13 anos, enquanto no estrato mais alto, essa idade é de 20 anos. Essa diferença também aparece nas idades mais avançadas. As mulheres do estrato mais baixo passam a consumir mais do que produzem aos 86 anos, enquanto para as mulheres do estrato mais alto, essa idade é de 83 anos. Nesse caso, as mulheres dos estratos mais baixos passariam, em média, 73 anos na condição de transferidoras líquidas, enquanto as mulheres do estrato mais alto, apenas 63 anos. Esse resultado demonstra que, além das diferenças já bem conhecidos entre homens e mulheres, diferenças importantes também são observadas entre mulheres segundo o nível socioeconômico. No caso dos homens, o nível de renda não se demonstrou como um fator relevante para a dedicação ao trabalho doméstico. Em todos os níveis de renda e em todas as idades, os homens são consumidores líquidos de trabalho doméstico, consumindo mais do que produzem.

A tese aplicou também métodos de valoração do trabalho doméstico. Os resultados apontam que a produção doméstica acumulada, precificada pelo rendimento-hora de substitutos para as atividades de cuidados e demais afazeres domésticos, representou, em 2013, 10,44% do PIB brasileiro, sendo que, o trabalho não remunerado das mulheres equivaleria a 8,42% do PIB. Quando o trabalho doméstico é incorporado à produção econômica, ou seja, quando se considera tanto o mercado de trabalho quanto o âmbito doméstico, os níveis de produção de homens e mulheres são praticamente os mesmos. Essa análise dá a devida visibilidade ao trabalho doméstico, bem como à contribuição feminina para a economia.

¹ Cabe agradecer ao Departamento Administrativo Nacional de Estatística - DANE da Colômbia, que, através de um simples cadastro de um perfil de pesquisador, possibilita o acesso à base de dados completa da pesquisa de uso do tempo do país. Essa disponibilidade, sem dúvida, foi essencial para o desenvolvimento desse trabalho.

A seguir, são apresentadas as atividades desempenhadas ao longo do desenvolvimento do contrato:

- i) Supervisão da revisão da literatura internacional relativa ao entendimento do trabalho doméstico como uma atividade produtiva e os esforços para a sua incorporação às estimativas da produção econômica nacional.
- ii) Orientação no desenvolvimento de uma metodologia que permitiu estimar as contas nacionais de transferência de tempo de trabalho doméstico não remunerado para o Brasil (produção, consumo e transferências) através de um único quesito sobre tempo dedicado a esse tipo de atividade e tomando como padrão de referência para as correções empreendidas, a Pesquisa Nacional de Uso do Tempo da Colômbia.
- iii) Orientação na elaboração de uma base de dados para o Brasil, que contém, a nível individual, as horas dedicadas aos cuidados com crianças, estimadas através da padronização, as horas consumidas de trabalho doméstico e as horas transferidas aos membros da família. Essa base, além de permitir integrar a pesquisa de transferências monetárias às transferências de tempo nos domicílios brasileiros, dentro do escopo do projeto NTA, beneficiará também uma série de estudos futuros sobre as tendências de mudanças na composição das famílias no Brasil e os seus efeitos no bem-estar dos indivíduos.
- iv) Apresentação dos resultados da pesquisa no Seminário “*Demografia Econômica e Envelhecimento Populacional no Brasil*”, organizado pela UNFPA e Ministério do Planejamento do Brasil, em Brasília, em 20 de agosto de 2018.

Anexo 1

Lista de jornais, revistas e sites onde os resultados do trabalho foram divulgados:

1) CBN

<http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/203755/atividades-domesticas-nao-remuneradas-gerariam-o-e.htm>

2) Jornal Nacional - Globo

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/17/tarefas-domesticas-gerariam-r-580-bilhoes-ao-ano-se-fossem-remuneradas-diz-pesquisa.ghtml>

3) Jornal da Band

<https://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/series/na-encruzilhada-do-aborto/16487911/homens-sao-minoria-em-tarefas-domesticas-diz-pesquisa.html>

4) Jornal Nacional – Entrevista com presidenciável Marina Silva

<https://aosfatos.org/noticias/o-que-marina-acertou-e-errou-no-jornal-nacional-e-na-globonews/>

<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/08/31/veja-o-que-e-fato-ou-fake-nas-entrevistas-de-marina-silva-para-o-jornal-nacional-e-para-o-jornal-das-dez.ghtml>

5) O Globo

<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/mulheres-sao-responsaveis-por-85-do-trabalho-domestico-no-brasil.html>

6) Jornal da Record

<https://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-terca-7-08082018>

7) TV Cultura

<https://www.youtube.com/watch?v=-dJoGs9wj28> (a partir de 8 minutos do vídeo)

8) UFMG

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/tese-do-cedeplar-estima-valor-do-trabalho-domestico>

9) Minas Faz Ciência

<http://minasfazciencia.com.br/2018/08/31/valor-do-trabalho-domestico/>

10) Jornal O Tempo

<https://www.otempo.com.br/capa/economia/trabalho-dom%3%A9stico-poderia-injetar-r-580-bi-na-economia-1.2019929>

11) Brasil de Fato

https://issuu.com/brasildefatomg/docs/_bdfmg_250_issu

12) Revista TPM

<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/as-mulheres-respondem-por-85-dos-afazeres-da-casa-e-nao-sao-nem-pagas-nem-reconhecidas-por-isso>

**INFORME SOBRE CONTRIBUIÇÕES
REALIZADAS PELO CONSULTOR**

Jordana Cristina de Jesus



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a contribuição da consultora Jordana Cristina de Jesus para a elaboração dos estudos sobre transferências intergeracionais de tempo de trabalho doméstico e valor econômico desse tipo de trabalho no Brasil. As atividades referem-se ao contrato nº 2500127012, firmados entre a consultora e as Nações Unidas.

1 INFORME SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO CONSULTOR

Como produto do contrato nº 2500127012, a consultora Jordana Cristina de Jesus elaborou sua tese de doutoramento dentro do escopo do projeto “*Demographic transition: opportunities and challenges to achieve the SDGs in Latin America and the Caribbean*”. A tese, apresentada em anexo, foi defendida no programa de pós-graduação em Demografia do Cedeplar da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

A tese representou um avanço significativo na literatura sobre trabalho doméstico não remunerado no Brasil, através da aplicação inédita da metodologia do *National Time Transfer Accounts* (NTTA), desenvolvida por Gretchen Donehower (NTA, 2017). Nessa metodologia, o foco é gerar estimativas de perfis de produção, consumo e transferência de trabalho doméstico não remunerado por idade e sexo. Os países que já haviam aplicado essa metodologia contavam com pesquisas representativas de uso do tempo, o que não ocorre no caso do Brasil. Atualmente, a única informação de que dispomos é proveniente da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), que coleta o número de horas semanais habitualmente dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência.

Essa limitação nos dados foi superada a partir de uma adaptação do método de padronização indireta, comumente utilizado nas estimativas de mortalidade, para chegar a uma função por idade correta da produção de trabalho doméstico no Brasil. Como se descreveu na tese, o padrão escolhido para a correção dos dados foi a Colômbia, que apresenta similaridades sociais, culturais e econômicas com o Brasil e que conta com uma rica pesquisa de uso do tempo aplicada em todo o país¹. Esse método permitiu estimar as horas dedicadas aos cuidados de crianças que são subdeclaradas em decorrência da metodologia empregada na PNAD.

Os resultados apresentados na tese demonstram que as mulheres, após a infância, passam praticamente todo o curso de vida como transferidoras líquidas de trabalho doméstico não remunerado, com diferenças significativas entre os níveis de renda. Na medida em que se avança nos estratos de renda, a idade a partir da qual as mulheres

¹ Cabe agradecer ao Departamento Administrativo Nacional de Estatística - DANE da Colômbia, que, através de um simples cadastro de um perfil de pesquisador, possibilita o acesso à base de dados completa da pesquisa de uso do tempo do país. Essa disponibilidade, sem dúvida, foi essencial para o desenvolvimento desse trabalho.

passam a ser transferidoras líquidas, ou seja, produzem mais do que consomem, aumenta gradativamente. No estrato mais baixo de renda, as mulheres passam a ser transferidoras líquidas a partir dos 13 anos, enquanto no estrato mais alto, essa idade é de 20 anos. Essa diferença também aparece nas idades mais avançadas. As mulheres do estrato mais baixo passam a consumir mais do que produzem aos 86 anos, enquanto para as mulheres do estrato mais alto, essa idade é de 83 anos. Nesse caso, as mulheres dos estratos mais baixos passariam, em média, 73 anos na condição de transferidoras líquidas, enquanto as mulheres do estrato mais alto, apenas 63 anos. Esse resultado demonstra que, além das diferenças já bem conhecidos entre homens e mulheres, diferenças importantes também são observadas entre mulheres segundo o nível socioeconômico. No caso dos homens, o nível de renda não se demonstrou como um fator relevante para a dedicação ao trabalho doméstico. Em todos os níveis de renda e em todas as idades, os homens são consumidores líquidos de trabalho doméstico, consumindo mais do que produzem.

A tese aplicou também métodos de valoração do trabalho doméstico. Os resultados apontam que a produção doméstica acumulada, precificada pelo rendimento-hora de substitutos para as atividades de cuidados e demais afazeres domésticos, representou, em 2013, 10,44% do PIB brasileiro, sendo que, o trabalho não remunerado das mulheres equivaleria a 8,42% do PIB. Quando o trabalho doméstico é incorporado à produção econômica, ou seja, quando se considera tanto o mercado de trabalho quanto o âmbito doméstico, os níveis de produção de homens e mulheres são praticamente os mesmos. Essa análise dá a devida visibilidade ao trabalho doméstico, bem como à contribuição feminina para a economia.

A seguir, são apresentadas as atividades desempenhadas ao longo do desenvolvimento do contrato:

- i) Revisão da literatura, que buscou descrever o longo caminho percorrido entre a definição do trabalho doméstico como uma atividade produtiva e sua incorporação às estimativas da produção econômica nacional.
- ii) Desenvolvimento de uma metodologia que permitiu estimar as contas nacionais de transferência de tempo de trabalho doméstico não remunerado para o Brasil (produção, consumo e transferências) através de um único quesito sobre tempo dedicado a esse tipo de atividade.

- iii) Elaboração de uma metodologia para a correção dos dados brasileiros sobre tempo de trabalho doméstico, uma vez que se identificou uma subnotificação do tempo dedicado aos cuidados de crianças. Essa subnotificação foi corrigida através da aplicação de uma padronização indireta, que tomou como padrão os dados da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo da Colômbia.
- iv) Elaboração de uma base de dados inédita para o Brasil, que contém, a nível individual, as horas dedicadas aos cuidados com crianças, estimadas através da padronização, as horas consumidas de trabalho doméstico e as horas transferidas aos membros da família. Essa base vai permitir uma série de estudos futuros que nos permitirão entender as tendências de mudanças na composição das famílias no Brasil e os seus efeitos no bem-estar dos indivíduos.
- v) Divulgação dos resultados obtidos na mídia. Apresenta-se, anexo a esse texto, o amplo alcance do estudo produzido em jornais e revistas de abrangência nacional, através de reportagens e entrevistas (pelo menos doze veículos de comunicação).
- vi) Manipulação das bases de dados, elaboração da programação no *Stata* para a correção dos dados, estimação das contas nacionais de transferência de tempo e elaboração dos gráficos.
- i) Apoio na elaboração de slides com resultados do estudo, apresentados nos eventos realizados na Cidade do México (*12th Global Meeting of the NTA Network: Opportunities and Challenges of the Demographic Transition for Meeting the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals*) e em Brasília (*“Demografia Econômica e Envelhecimento Populacional no Brasil*, organizado pela UNFPA e Ministério do Planejamento do Brasil).

Todas as atividades foram orientadas e supervisionadas pelos consultores Simone Wajnman e Cassio M Turra.

Anexo 1

Lista de jornais, revistas e sites onde os resultados do trabalho foram divulgados:

1) CBN

<http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/203755/atividades-domesticas-nao-remuneradas-gerariam-o-e.htm>

2) Jornal Nacional - Globo

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/17/tarefas-domesticas-gerariam-r-580-bilhoes-ao-ano-se-fossem-remuneradas-diz-pesquisa.ghtml>

3) Jornal da Band

<https://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/series/na-encruzilhada-do-aborto/16487911/homens-sao-minoria-em-tarefas-domesticas-diz-pesquisa.html>

4) Jornal Nacional – Entrevista com presidenciável Mariana Silva

<https://aosfatos.org/noticias/o-que-marina-acertou-e-errou-no-jornal-nacional-e-na-globonews/>

<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/08/31/veja-o-que-e-fato-ou-fake-nas-entrevistas-de-marina-silva-para-o-jornal-nacional-e-para-o-jornal-das-dez.ghtml>

5) O Globo

<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/mulheres-sao-responsaveis-por-85-do-trabalho-domestico-no-brasil.html>

6) Jornal da Record

<https://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-desta-terca-7-08082018>

7) TV Cultura

<https://www.youtube.com/watch?v=-dJoGs9wj28> (a partir de 8 minutos do vídeo)

8) UFMG

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/tese-do-cedeplar-estima-valor-do-trabalho-domestico>

9) Minas Faz Ciência

<http://minasfazciencia.com.br/2018/08/31/valor-do-trabalho-domestico/>

10) Jornal O Tempo

<https://www.otempo.com.br/capa/economia/trabalho-dom%C3%A9stico-poderia-injetar-r-580-bi-na-economia-1.2019929>

11) Brasil de Fato

https://issuu.com/brasildefatomg/docs/_bdfmg_250_issu

12) Revista TPM

<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/as-mulheres-respondem-por-85-dos-afazeres-da-casa-e-nao-sao-nem-pagas-nem-reconhecidas-por-isso>

Jordana Cristina de Jesus

**Trabalho doméstico não remunerado no
Brasil: uma análise de produção,
consumo e transferência**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2018

Jordana Cristina de Jesus

**Trabalho doméstico não remunerado no Brasil:
uma análise de produção, consumo e
transferência**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof. Simone Wajnman
Co-orientador: Prof. Cassio M Turra

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2018

*À mamãe e à Bininha, as
mulheres da minha vida*

AGRADECIMENTOS

Na correria dos últimos meses, estive pensando sobre uma questão: com quantas bolsas se faz um professor doutor no Brasil? A resposta vai certamente depender de onde esse doutor nasceu. Na maioria dos casos, são necessárias três bolsas: uma de iniciação científica, uma de mestrado e outra de doutorado. Bom, a minha história é um pouco diferente, precisei de mais bolsas do que isso. A primeira “bolsa” de que dependi foi o Bolsa Escola, ainda na infância. A segunda, Bolsa Família, por mais alguns anos. Lembro-me como se fosse ontem a diferença que os R\$45,00 reais dessa “bolsa” faziam na minha família. Depois, precisei também de uma bolsa para estudar Inglês, porque o nível da escola pública onde cursei o ensino fundamental não era suficiente. Na adolescência, precisei de mais uma bolsa, para fazer o ensino médio em uma escola particular de qualidade. Depois de aprovada na UFMG é que fui ter acesso às três bolsas que geralmente os professores doutores tiveram.

Esse histórico me coloca em um lugar de consciência privilegiada sobre a sociedade, o sistema de educação e a desigualdade social. Nesses anos, transitei de objeto de estudo de tantos demógrafos, economistas e sociólogos que tentam entender os resultados de políticas públicas, para pesquisadora, observadora e, dentro de um mês, professora doutora de uma universidade. Esse histórico vem acompanhado de um sentimento de gratidão a muitas pessoas que de modo ativo me auxiliaram a fazer essa transição.

Nada disso teria sentido sem uma mãe exemplar como a que tenho, que me mostrou, desde criança, que não havia outro caminho que não a educação. Dona Eliane sempre fez de tudo para que estivéssemos na escola e, tanto quanto possível, em boas escolas. Agradeço também o apoio incondicional dos meus irmãos, João, Sabrina, Léo e Otávio, com quem tenho o privilégio de formar uma família. Agradeço às incontáveis orações da Vó Nica (in memoriam) e da Vó Daena, avós com fé inabalável e que me inspiraram a seguir acreditando. Agradeço aos meus ancestrais que, trazidos à força a esse continente, travaram sangrentas lutas pela nossa liberdade. “Eu sou porque

nós somos”. Tenho certeza de que eles me guiaram ao longo de todo esse trajeto.

Agradeço com muito carinho ao meu parceiro, Matheus, que juntamente com Solange e Vó Mundica, recebeu-me de braços abertos em sua casa. Muito obrigada por todo carinho, apoio e compreensão nos meus momentos de ausência, principalmente os dos últimos seis meses.

Minha profunda gratidão a Simone Wajnman, pela orientação tão tranquila desde a graduação. Ela que soube, com sensibilidade, trazer o melhor de mim para tudo que fazíamos juntas. Que sorte eu tive, por ter uma orientadora com quem sempre senti que podia compartilhar muito mais que o trabalho, a dissertação ou a tese. Muito obrigada por todos os conselhos, consolos, inspiração e, claro, por seu exemplo. Você é um exemplo de demógrafa, professora, pesquisadora, orientadora e amiga. Agradeço também ao meu co-orientador, Cassio Turra, que, muito antes de contribuir para a elaboração desse trabalho, foi o responsável pelo convite que recebi para conhecer mais de perto a Demografia. Foi uma convivência enriquecedora, com muito diálogo e suporte. Junto à Simone, apresentou-me um mundo de oportunidades, pesquisas, projetos e congressos que solidificaram minha formação como demógrafa.

Deixo registrada também minha gratidão pelo grupo de amigos “mais lind@s”: Alan, Cris e Vanessa. Vocês foram a leveza de todo esse processo, trazendo bom humor, boas conversas, conselhos, companhia e muito, muito apoio. Também levo daqui duas grandes amizades, Michel e Rafa, que se fortaleceram pela semelhança entre as vivências e a visão comum do que seria um mundo justo. Amigos do Cedeplar para a vida toda.

Carrego, com muito orgulho, o DNA Cedeplar, que vai muito além da formação de alto nível em Demografia que aqui obtive. Agradeço aos professores, por todo o conhecimento compartilhado desde a graduação, e aos colaboradores, que são o fio condutor dessa casa, em especial, Sebastião e Cecília, com quem tive o prazer de contar por todo esse tempo.

Agradeço também à Capes e ao CNPq, pelo suporte financeiro que tornou esse doutorado possível.

Por fim, agradeço o apoio do CELADE, Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia, que possibilitou o desenvolvimento desse trabalho no escopo do projeto NTA, coordenado por Paulo Saad. Essa colaboração nos proporcionou espaço para debates e gerou direcionamentos que certamente contribuíram para o êxito desse trabalho.

Termo meu doutorado com a certeza de que aqui aprendi a ser para sempre estudante. Há sempre o que se aprender!

SUMÁRIO

1	Introdução	13
2	O trabalho doméstico	18
2.1	Articulação entre trabalho doméstico não remunerado e trabalho remunerado.....	22
2.2	Tendências de diferenciais de tempo de trabalho doméstico entre homens e mulheres.....	25
2.3	Medindo o trabalho doméstico não remunerado	26
2.3.1	Pesquisas de uso do tempo	27
2.3.2	Instrumentos de coleta.....	29
2.3.3	Classificação de atividades	31
2.3.4	A experiência da América Latina e Caribe	33
2.3.5	O caso brasileiro	35
2.3.6	Pesquisas piloto de uso do tempo no Brasil.....	37
2.3.7	Trabalho doméstico nas PNADs	39
2.4	O valor econômico do trabalho doméstico não remunerado	47
3	Proposta metodológica para correção da informação de uso do tempo no Brasil.....	53
3.1	Correção dos dados brasileiros.....	55
3.2	O método proposto	63
3.3	Resultados do método proposto	66
4	O trabalho doméstico não remunerado na perspectiva do consumo e da transferência	78
4.1	Estimativa dos perfis de consumo de trabalho doméstico não remunerado	79
4.2	Estimativas de transferências de trabalho doméstico não remunerado.....	81
4.3	Desigualdades na produção, consumo e transferências de tempo de trabalho doméstico não remunerado no Brasil.....	83
5	O valor econômico do trabalho doméstico não remunerado no Brasil	93
5.1	Dados e metodologia	93
5.1.1	Método do custo de oportunidade.....	93
5.1.2	Método do custo de substituição por especialista	95
5.1.2	Método do custo de substituição por um generalista com carteira assinada	97
5.1	Produção doméstica e de mercado.....	101
6	Conclusão	107
	Referências	112
	Anexos	120

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – Número médio de horas de cuidado observado em domicílios segundo a faixa etária das crianças	79
TABELA 2 - Valor total agregado da produção doméstica em relação ao PIB (%) em 2013 segundo cada método.....	99
TABELA 3 - Modelo de regressão múltipla para rendimento-hora. Brasil, homens e mulheres, 10 anos ou mais de idade.	120
TABELA 4 - Distribuição da população por sexo. Brasil, 2013 e 2016	121
TABELA 5 - Distribuição da população por raça/cor. Brasil, 2013 e 2016.....	122
TABELA 6 – Distribuição da população com 30 anos ou mais por nível de escolaridade. Brasil, 2013 e 2016.....	122
TABELA 7 - Distribuição da população por nível de renda domiciliar per capita. Brasil, 2013 e 2016.....	122
QUADRO 1 - Pesquisas que utilizam questões semelhantes à PNAD para captar trabalho doméstico não remunerado.....	42
QUADRO 2– Variáveis de atividades domésticas e de cuidado na PNADC 2016.....	46
QUADRO 3 – Conjunto de atividades coletadas na ENUT 2012-2013.....	60
QUADRO 4– Atividades domésticas e de cuidados disponíveis na ENUT 2012/2013	60
QUADRO 5 – Tipos de ocupações que substituiriam os trabalhos não remunerados realizados nos domicílios.....	96
GRÁFICO 1 – Número médio de horas diárias de trabalho doméstico não remunerado por idade e sexo. Brasil: 2003, 2008 e 2013.....	55
GRÁFICO 2 - Distribuição relativa dos domicílios segundo os tipos de domicílios, Brasil e Colômbia	58
GRÁFICO 3 - Número médio de horas de cuidado e demais atividades domésticas por idade e sexo. Colômbia, 2012-2013.....	61
GRÁFICO 4 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado por idade e sexo. Brasil e Colômbia.....	62
GRÁFICO 5 - Número médio de horas de atividades domésticas na Colômbia (exclusive cuidados) e de horas de trabalho doméstico não remunerado no Brasil por idade e sexo	63
GRÁFICO 6 - Estimativa da razão k por idade, segundo status de ocupação e idade da criança mais nova no domicílio. Homens, Colômbia 2012-2013	67

GRÁFICO 7 - Estimativa da razão k por idade, segundo status de ocupação e idade da criança mais nova no domicílio. Mulheres, Colômbia 2012-2013.....	67
GRÁFICO 8 - Número médio de horas de cuidado e demais atividades domésticas idade e sexo. Brasil, 2013.....	68
GRÁFICO 9 – Número médio de horas de trabalho doméstico por idade e sexo antes e após a correção dos dados. Brasil, 2013.....	69
GRÁFICO 10 - Número médio de horas de cuidados por idade e sexo. Brasil 2013 e Colômbia 2012-2013.....	70
GRÁFICO 11 – Percentual de correção das horas de trabalho doméstico por idade e sexo. Brasil, 2013.....	71
GRÁFICO 12 – Número médio de horas de trabalho doméstico por idade e sexo. Brasil, dados corrigidos, 2013 e Colômbia 2012/2013.....	72
GRÁFICO 13 - Número médio de horas de trabalho doméstico diário por idade e sexo. PNAD 2013 e PNADC 2016.....	74
GRÁFICO 14 – Percentual de idosos potencialmente demandantes de cuidados no domicílio segundo a idade.....	76
GRÁFICO 15 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado consumidas por idade e sexo. Brasil, 2013.....	81
GRÁFICO 16 - Transferências líquidas de horas de trabalho doméstico por idade e sexo. Brasil, 2013.....	82
GRÁFICO 17 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, mulheres, 2013.....	84
GRÁFICO 18 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, homens, 2013.....	84
GRÁFICO 19- Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade, sexo e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, 2013.....	85
GRÁFICO 20 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade e raça/cor. Brasil, mulheres, 2013.....	87
GRÁFICO 21 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade e raça/cor. Brasil, homens, 2013.....	87
GRÁFICO 22 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade, raça/cor e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, Mulheres, 2013.....	88
GRÁFICO 23 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado consumido por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, mulheres, 2013...	89

GRÁFICO 24 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado consumido por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, homens, 2013.....	90
GRÁFICO 25 - Transferências líquidas de horas de trabalho doméstico por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, mulheres, 2013.....	91
GRÁFICO 26- Transferências líquidas de horas de trabalho doméstico por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, homens, 2013.....	92
GRÁFICO 27 - Mediana do rendimento-hora segundo o tipo de especialidade e a Unidade da Federação. Brasil, 2013.....	98
GRÁFICO 28 – Número médio de horas diárias de trabalho doméstico não remunerado segundo sexo e o nível de escolaridade. Brasil, 2013.....	101
GRÁFICO 29 – Produção anual per capita no mercado de trabalho (R\$) por idade e sexo. Brasil, 2013	102
GRÁFICO 30 - Produção anual total per capita (R\$) por idade e sexo. Brasil, 2013.	103
GRÁFICO 31 - Produção anual per capita doméstica e de mercado (R\$) por idade e sexo. Brasil, 2013	104
GRÁFICO 32 - Produção anual per capita doméstica e de mercado (R\$) por idade e nível de escolaridade. Brasil, mulheres, 2013.....	105
GRÁFICO 33 - Produção anual per capita doméstica e de mercado (R\$) por idade e nível de escolaridade. Brasil, homens, 2013.....	106
GRÁFICO 34 - Estrutura etária por sexo. Brasil, 2013 e 2016	121

RESUMO

As pesquisas de uso do tempo constituem a principal fonte de informação para as estimativas de produção, consumo e transferência de tempo de trabalho doméstico não remunerado (TDNR). Atualmente, 18 países da América Latina e do Caribe coletam dados de uso de tempo. O Brasil é o único país nesta lista que limita a coleta de dados a uma única informação: o número total de horas dedicadas por semana aos afazeres domésticos, disponível na PNAD anual. A falta de detalhamento do questionário resulta na subnotificação do número de horas dedicadas ao cuidado de crianças. Além disso, impede-nos de desagregar o consumo de atividades domésticas em atividades gerais e de cuidados, afetando o cálculo das transferências de tempo. Propõe-se, portanto, uma metodologia para estimar as contas nacionais de transferência de tempo de TDNR para o Brasil (produção, consumo e transferências) através do único quesito disponível na PNAD. Para isso, combinamos os dados brasileiros com as informações da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo da Colômbia (2012-2013), um país que compartilha algumas características sociodemográficas, econômicas e culturais com o Brasil. Através de uma padronização indireta, foi possível corrigir os dados brasileiros utilizando a razão entre o número médio de horas dedicadas às atividades de cuidado em relação às demais atividades domésticas, segundo um conjunto de variáveis. Os dados corrigidos permitiram estimar, pela primeira vez para o Brasil, os perfis etários de consumo, produção e transferência de tempo de TDNR. As estimativas evidenciam a inequidade de gênero nas transferências intergeracionais de tempo de trabalho doméstico. Os resultados demonstram que as mulheres, após a infância, passam praticamente todo o curso de vida como transferidoras líquidas de TDNR, com diferenças significativas entre os níveis de renda. Os homens em todos os níveis de renda e em todas as idades são consumidores líquidos de trabalho doméstico, consumindo mais do que produzem. Aplicando o método de valoração do trabalho doméstico pelo rendimento observado nas ocupações de serviços domésticos e de cuidado de crianças, estima-se que a produção agregada de trabalho doméstico em 2013 tenha representado 10,4% do PIB brasileiro. Combinando a produção no mercado de trabalho com a produção doméstica, demonstrou-se, ainda, que em todas as idades as mulheres contribuíram tanto quanto os homens para a economia.

Palavras-chave: trabalho doméstico, afazeres domésticos, uso do tempo, transferências

ABSTRACT

Time use surveys are the main source of information for estimates of production, consumption and transfer of unpaid work. Currently, 18 countries in Latin America and the Caribbean have some measure of time use. Brazil is the only one in this list of countries that has only the information of hours normally dedicated per week to housework, available in the National Household Survey. Preliminary analyzes of this information identified underreporting in the number of hours devoted to childcare. In addition, to estimate consumption, housework should be disaggregated at least in general household activities and care activities, since childcare is only consumed by children. Therefore, it is proposed a methodology for calculating the production, consumption and transfers based on this single information on hours of housework per week. We chose the 2012-2013 National Time Use Survey from Colombia, a country that holds socio-demographic, economic and cultural similarities with Brazil. I used indirect standardization, borrowing from the Colombia data the ratio between the average number of daily hours of childcare performed for each hour of other domestic activities to estimate time of childcare for Brazil. From the corrected data, it was possible to estimate, for the first time, all the age profiles of production, consumption and transfer of housework for Brazil. The estimates evidence gender inequality in intergenerational transfers of housework time. The results show that women, after childhood, spend virtually the entire life-course producing more housework than consuming, with significant differences between income levels. Men at all income levels and at all ages are net consumers of domestic work, consuming more than they produce. Applying the specialist replacement method for pricing household production, the total value of labour devoted to home production of the nonmarket services represents 10.4% of GDP in 2013. Combining production in the labor market with domestic production, I also show that at all ages women contributed as much as men to the economy.

Keywords: domestic work, housework, time use, transfers.

1 Introdução

As profundas mudanças nas distribuições etárias das populações, à medida que os países avançam em seus processos de transição demográfica, despertam crescente interesse na dinâmica econômica em uma perspectiva geracional. Essa perspectiva considera que existem dois períodos de dependência econômica: o início e o final do ciclo de vida. As crianças e os idosos consomem mais do que produzem através do próprio trabalho, enquanto adultos produzem mais do que consomem. As transferências intergeracionais possibilitam que as demandas nos períodos de dependência econômica sejam atendidas.

Em 2004, um conjunto de pesquisadores de sete países se reuniu em Berkeley, EUA, em uma oficina dirigida pelos professores Ronald Lee e Andrew Mason para uma ampla discussão sobre o impacto eminente da dinâmica populacional e da estrutura etária sobre a economia (D'ALBIS; MOOSA, 2015). A partir desse encontro, desenvolveu-se o projeto *National Transfer Accounts* (NTA), cujo objetivo central é melhorar a compreensão de como o crescimento da população e as mudanças da estrutura etária influenciam o crescimento econômico, a equidade geracional, as finanças públicas e outras características importantes da macroeconomia (UNITED NATIONS, 2013).

Nesse projeto, vêm sendo desenvolvidos métodos para a desagregação por idade dos principais componentes das contas nacionais, bem como estimativas de transferências privadas no âmbito dos domicílios. Esses métodos são baseados em uma extensa literatura que trata de transferências intergeracionais, perfis etários de produção, consumo e poupança, transferências públicas e privadas e crescimento econômico (ARTHUR; MCNICOLL, 1978; LEE, R., 1980; SAMUELSON, 1958; WILLIS, 1988)

Se por um lado a primeira agenda do projeto preencheu uma lacuna sobre redistribuição e transferências de renda ao longo do ciclo de vida e entre

gerações, por outro, o foco na produção no mercado de trabalho levou à subestimação da contribuição feminina para a economia. As primeiras contas satélites do NTA não consideravam as atividades domésticas não remuneradas, em geral realizadas pelas mulheres, e que beneficiam tanto as famílias como a comunidade. O principal motivo para isso é a característica não monetária desse tipo de atividade, fazendo com a mesma não fosse considerada como atividade produtiva.

Para que o NTA apresentasse uma imagem completa da atividade econômica de homens e mulheres, fez-se necessário uma perspectiva de gênero que considerasse também as contribuições não monetárias feitas pelas mulheres no interior dos domicílios, até então invisíveis nas contas nacionais. Em 2010, inicia-se uma agenda no projeto para a desagregação das contas de transferências nacionais por sexo e, ainda, para a inclusão de uma conta satélite que incorporasse o tempo de trabalho doméstico não remunerado, com o objetivo de incluir atividades produtivas até então desconsideradas na contabilidade nacional. Desse esforço, resulta o desenvolvimento do *National Time Transfer Accounts* (NTTA), dirigido por Gretchen Donehower (NTA, 2017).

O NTTA tem como foco gerar estimativas de perfis de produção, consumo e transferência de trabalho doméstico não remunerado por idade e sexo. O trabalho doméstico não remunerado é composto pelos serviços providos dentro dos domicílios, como cuidado informal dos moradores, limpeza, preparo e cozimento de alimentos, e constitui uma parcela importante das transferências intergeracionais.

Por muito tempo, a produção doméstica esteve praticamente ausente dos modelos macroeconômicos. Contudo, nas últimas décadas, algumas pesquisas têm incorporado o trabalho doméstico aos cálculos de produção econômica nacional e alguns resultados sugerem que o valor da produção doméstica, ou seja, o acumulado das atividades realizadas no âmbito domiciliar, chegue a representar entre um quarto e metade do PIB dos países (VARGHA; GÁL; CROSBY-NAGY, 2017).

Uma das maneiras de se estimar a produção de trabalho doméstico não remunerado de um país é através da valoração do tempo gasto pelos indivíduos no conjunto de atividades realizadas no domicílio. Para estimar essa produção, as pesquisas de uso do tempo são essenciais. Essas pesquisas possibilitam a compreensão da dinâmica da vida cotidiana, dando visibilidade ao conjunto de tarefas domésticas realizadas nos domicílios, que são, majoritariamente, responsabilidade das mulheres.

No cálculo das contas nacionais de transferências de tempo tem-se, de um lado, o que os indivíduos produzem em termos de trabalho doméstico não remunerado e, de outro, o que os indivíduos consomem do que foi produzido. Segundo a literatura, em termos líquidos, as mulheres fazem as maiores contribuições para a produção doméstica, sendo que as crianças e, em menor medida, os homens, são os maiores beneficiários dos serviços providos dentro dos domicílios. Considera-se, para fins de análise de transferência do tempo, as atividades feitas pelo indivíduo, mas que poderiam ser realizadas por uma terceira pessoa, análogo à ideia da contratação do serviço no mercado privado.

O ponto de partida para as estimativas do NTTA são as pesquisas de uso do tempo. Essas pesquisas constituem a principal fonte de dados para o estudo do trabalho doméstico não remunerado. Os projetos de implementação de pesquisas de orçamento de tempo na América Latina e no Caribe iniciaram-se na década de 1980 e seguem até os dias atuais. Em relação aos países desenvolvidos, essa implementação pode ser considerada tardia e uma das razões para esse atraso é justamente a demora no desenvolvimento e conscientização conceitual e acadêmica sobre as transformações sociais, econômicas, políticas e de mercado de trabalho segundo uma perspectiva de gênero.

Atualmente, o Brasil não possui nenhuma estimativa sobre as contas nacionais de transferência de tempo. Essa lacuna deve-se à ausência de pesquisas de uso do tempo representativas no país. Segundo a publicação da Série Assuntos de Gênero N° 122, da Cepal, atualmente 18 países contam com alguma medida de uso do tempo na América Latina e no Caribe. Nem todos os países analisados possuem pesquisas completas de orçamento de tempo.

Como o próprio relatório adverte, existem heterogeneidades e diferenças nas modalidades, metodologias, população-alvo, objetivos da pesquisa, fundamentos constitucionais e legais, atividades pesquisadas, instrumentos utilizados, cobertura geográfica, entre outros fatores (CEPAL, 2016). Apesar disso, desses 18 países, o único que conta com apenas um único quesito sobre tempo de trabalho doméstico é o Brasil.

Esse é o grande desafio que se coloca. Para avançar na discussão e incorporar o Brasil ao debate internacional, faz-se necessário, primeiramente, romper com a limitação imposta pelas fontes de dados atuais. Desde 2001, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) coleta a informação acerca do número de horas semanais habitualmente dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência. Tendo em vista a experiência de pesquisas realizadas em outros países e a discussão presente na literatura, pode-se afirmar que o tempo dedicado ao trabalho doméstico pode ser subestimado quando captado através de uma única pergunta, como é o caso da PNAD. Para lidar com essa questão, apresenta-se uma proposta metodológica de correção da informação de horas de atividade doméstica semanais. Essa correção vai possibilitar que, a partir de um único quesito da PNAD, sejam estimados todos os perfis de produção, consumo e transferência de trabalho doméstico por idade e sexo, assim como feito atualmente em países que dispõem de pesquisas completas de uso do tempo.

Este trabalho está organizado de forma a apresentar, em primeiro lugar, no capítulo que se segue, a revisão da literatura pertinente, tratando-se da desigualdade entre homens e mulheres na alocação de tempo em trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado e a articulação, por parte das mulheres, desses dois tipos de trabalhos. Além disso, apresenta-se também a evolução da mensuração do trabalho doméstico não remunerado em termos de instrumentos utilizados e conjunto de atividades consideradas, situando o conjunto de esforços da experiência brasileira no sentido de quantificar o trabalho doméstico. Por fim, discutem-se os resultados encontrados segundo algumas metodologias para estimar o valor econômico agregado a nível nacional do trabalho doméstico não remunerado.

Segue-se a isso, no capítulo 3, uma proposta metodológica para a correção da informação de uso do tempo no Brasil disponível na PNAD, tomando como referência a pesquisa “*Encuesta Nacional de Uso del Tiempo*” (ENUT) realizada na Colômbia, entre os anos de 2012 e 2013. Trata-se de uma pesquisa de uso do tempo completa, com representatividade nacional e aplicada a um país com características culturais, sociodemográficas e econômicas relativamente semelhantes às do Brasil. A partir dessa correção, foram gerados os perfis etários de produção de trabalho doméstico não remunerado. No quarto capítulo, o foco é estimar os padrões por idade e sexo do consumo e transferência de trabalho doméstico. Além das estimativas de padrões médios por idade, são apresentados também os padrões por nível socioeconômico, para uma discussão sobre as desigualdades nas transferências de tempo. No capítulo 5, muda-se o foco para uma discussão sobre o valor econômico do trabalho não remunerado no Brasil e sobre a produção econômica de homens e mulheres quando se considera tanto a esfera pública e quanto a privada.

2 O trabalho doméstico

Nas sociedades modernas, a produção de bens e serviços nos domicílios para o consumo direto das famílias ocupa parte significativa do trabalho social. Essa produção é feita através do trabalho doméstico não remunerado. Há várias décadas, pesquisadores vêm chamando atenção para a importância do trabalho doméstico dentro da economia e criticando o fato de essa produção não ser incluída na contabilidade da produção nacional, ignorando as longas jornadas nas atividades domésticas que as mulheres realizam e subestimando sua contribuição para a economia em comparação com os homens.

Em 1934, Margaret Reid definiu como produtiva toda atividade que poderia ser delegada a uma terceira pessoa e apresentou o conceito de produção doméstica:

"Household production consists of those unpaid activities which are carried on, by and for the members, which activities might be replaced by market goods or paid services, if circumstances such as income, market conditions and personal inclinations permit the service being delegated to someone outside the household group" (REID, 1934).

O trabalho doméstico, segundo a definição da autora, abarca as atividades que exigem esforço físico ou mental e que têm como resultado a transformação de um bem ou a realização de um serviço, que são feitas por um ou mais membros do domicílio sem que haja alguma remuneração em troca de sua realização (REID, 1934).

No trabalho doméstico estão compreendidas atividades que exigem realização diária, como preparo de alimentos, atividades feitas algumas vezes na semana, como manutenção da limpeza, do vestuário e compras. Outras atividades podem ser feitas de modo programado, como jardinagem, pagamento de contas, pequenos reparos no domicílio. Existem, ainda, as atividades que são realizadas conforme as demandas, que é o caso das atividades de cuidado de

membros da família, sejam eles crianças, enfermos ou idosos. Também fazem parte do trabalho doméstico atividades como organização das tarefas, transporte de membros da família para escola, recreação ou serviços de saúde. Essas atividades podem ser vistas como necessárias para o funcionamento do domicílio e bem-estar dos seus membros (NIETO, 2014).

Uma variedade de termos é encontrada na literatura para se referir a essas atividades: afazeres domésticos, trabalho doméstico, trabalho doméstico não remunerado, trabalho reprodutivo, trabalho na unidade doméstica, trabalho de cuidado não remunerado aos membros da família (BRUSCHINI, 2006, 2007; MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2007). É comum na literatura dividir o trabalho doméstico em dois grandes grupos de atividades: as atividades domésticas gerais e as atividades de cuidados de moradores, principalmente o cuidado de crianças (VARGHA *et al.*, 2017)

Embora o conceito de produção doméstica seja de tão longa data, o trabalho doméstico permaneceu, por muito tempo, ignorado nos estudos sobre o trabalho (BRUSCHINI, 2006). Na economia, o estudo do bem-estar humano muitas vezes se restringe apenas à produção mercantil de bens e serviços, negligenciando o trabalho doméstico (MELO; CASTILHO, 2009). Nesse sentido, a perspectiva de gênero é fundamental para o estudo desse tipo de produção. O movimento feminista teve participação ativa na reestruturação de um conceito de trabalho que incorporasse tanto a esfera pública quanto a esfera privada, trazendo à tona a temática da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres nos domicílios (ÁVILA; FERREIRA, 2014b; MELO; CASTILHO, 2009). Nesse processo político, foram desenvolvidas as teorias que cumpriram com o papel de constatar as desigualdades entre homens e mulheres no interior dos domicílios (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos. Nesse fenômeno histórico, o homem tem prioridade para assumir as responsabilidades da esfera produtiva (trabalho remunerado), enquanto às mulheres seria destinada a esfera reprodutiva (atividades domésticas não remuneradas). Essa divisão conta com dois princípios organizadores: o de separação, em que os trabalhos podem ser

divididos em “trabalhos de homem” e “trabalhos de mulher”, e o hierárquico, que reconhece que o “trabalho de homem” teria mais valor do que aquele realizado pelas mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007; PARSONS; BALES, 1955).

Para explicar as desigualdades na alocação de tempo entre trabalho remunerado e não remunerado entre homens e mulheres, ao menos três correntes teóricas são encontradas na literatura: a teoria do capital humano, os modelos de barganha e os modelos baseados em normas e instituições.

Segundo a teoria do capital humano, as diferenças na alocação do tempo entre trabalho remunerado e não remunerado seria explicada pelas vantagens comparativas entre os membros do casal, decorrentes da especialização (KITTERØD; LAPPEGÅRD, 2010). Em sua obra *A treatise on the Family*, Becker argumenta que os membros do casal seriam mais produtivos caso se especializassem em um único tipo de trabalho, o que levaria a uma maximização da renda familiar. Os recursos relativos de cada um dos membros determinariam em qual esfera cada um deles deveria se especializar, se na pública ou na privada. Como consequência das normas e valores construídos historicamente, as mulheres seriam mais produtivas no trabalho doméstico, enquanto os homens seriam mais produtivos no trabalho remunerado (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010). Becker, entretanto, menciona que as diferenças observadas na alocação de tempo de homens e mulheres seriam devido às vantagens biológicas que o sexo feminino teria para realizar as atividades de cuidado dos filhos (BECKER, 1993).

Dessa teoria, poder-se-ia concluir que o membro do casal com mais capital humano deveria fazer menos trabalho não remunerado. As mudanças observadas ao longo das últimas décadas, tais como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, aumento dos rendimentos e da escolaridade feminina, colocam em questionamento a teoria do capital do humano, já que apesar dessas mudanças, a alocação entre trabalho remunerado e não remunerado segue em desequilíbrio entre homens e mulheres (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010; SEVILLA-SANZ; GIMÉNEZ-NADAL; FERNÁNDEZ, 2010).

Já nos modelos de barganha, ao contrário da teoria do capital humano, o foco é a utilidade individual e não a utilidade conjunta do casal. Nesse caso, a alocação do tempo em trabalho remunerado e não remunerado seria resultado de conflito e não mais de racionalidade econômica (SPITZER; HAMMER, 2017). Não sendo o trabalho doméstico algo prazeroso, os membros da família tentariam trocar o tempo gasto em trabalho doméstico em tempo gasto em trabalho remunerado. O que determinaria como essa troca se daria seria a quantidade de poder que cada membro possui. Um conjunto de variáveis determinaria a quantidade de poder de barganha dos membros do casal, como gênero, raça, escolaridade, renda e o próprio desempenho no mercado de trabalho (BLOOD; WOLFE, 1960; BRINES, 1994; KITTERØD; LAPPEGÅRD, 2010). Quanto maior o poder de barganha, em menos atividade doméstica o membro da família se engajaria.

Nas teorias baseadas em normas e instituições, reconhece-se que a divisão do trabalho doméstico dentro do domicílio seria fortemente determinada por aspectos psicológicos e sociológicos da identidade de gênero (SEVILLA-SANZ; GIMÉNEZ-NADAL; FERNÁNDEZ, 2010). Aqui, a questão da socialização é central (COVERMAN, 1985). Os indivíduos são socializados de modo a seguir regras associadas a cada um dos gêneros. A socialização das mulheres, principalmente entre as camadas mais populares, segue voltada para a atividade doméstica não remunerada e esse processo se dá desde a infância. Neto (1982), ao estudar o papel da criança do sexo feminino na divisão do trabalho da família urbana em bairros periféricos de Salvador, afirma: “[...] se verifica nessa população que a criança do sexo feminino desde muito cedo é treinada para as tarefas domésticas, para o papel de dona de casa e mãe” (NETO, 1982: p.01). A autora nomeia esse processo como “*adultização da criança*”, no qual, desde muito novas, as meninas assumem responsabilidades nas atividades domésticas e também nas atividades de cuidado, sendo mais sobrecarregadas do que os meninos.

Realizar as atividades domésticas é, então, um meio pelo qual os papéis de gênero apropriados segundo as normas da sociedade são demonstrados e reafirmados (SHELTON; JOHN, 1996). Muitas evidências empíricas são encontradas a esse respeito. Pesquisas qualitativas demonstram, por exemplo,

que quando os homens realizam alguma parcela do trabalho doméstico, essa participação é vista como uma “ajuda” e tende a ser valorizada na sociedade, já que esse comportamento não estaria dentro do que seria socialmente esperado para os homens (MACHADO, M. S., 2014). Também se nota o que a autora chama de “infantilização” do marido em relação às atividades domésticas, em uma concepção de que os homens seriam incapazes de realizar atividades domésticas complexas. Existem também evidências de que para compensar o fato de terem maiores rendimentos, as mulheres se dedicam mais aos afazeres domésticos, com uma maneira de reestabelecer a imagem esperada pela sociedade dentro dos domicílios (BITTMAN *et al.*, 2003; MARRI; WAJNMAN, 2007).

A noção de que as mulheres apresentariam vantagens na realização do trabalho doméstico tem consequências significativas sobre o salário, as oportunidades na carreira e tem sido também associada a baixas taxas de fecundidade em alguns países, como uma resposta às desigualdades no âmbito doméstico (LAAT; SEVILLA, 2011; SEVILLA-SANZ; GIMÉNEZ-NADAL; FERNÁNDEZ, 2010).

2.1 Articulação entre trabalho doméstico não remunerado e trabalho remunerado

As modalidades da divisão sexual do trabalho podem diferir no tempo e no espaço, mas seguem regidas pelo princípio de separação e hierarquia (HIRATA; KERGOAT, 2007). Ao longo das últimas décadas, houve uma expansão na participação feminina no mercado de trabalho em diversos países, o que é considerado uma das principais mudanças sociais nas sociedades modernas (BAXTER; HEWITT; WESTERN, 2005), sendo o aumento no nível da escolaridade feminina um dos principais fatores associados (WAJNMAN, 2006). Esse é um dos processos que tem levado a novas configurações da divisão sexual do trabalho. Com o número crescente de mulheres na força de trabalho e as mudanças nos padrões culturais, o modelo tradicional das famílias com homens provedores vai cedendo lugar ao modelo de conciliação entre as esferas pública e doméstica (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Se por um lado as mulheres avançaram na conquista da esfera pública, ocupando cargos de trabalho remunerado, por outro, a dinâmica doméstica segue praticamente inalterada, sem romper com as regras rígidas que determinam o cuidado da casa e dos filhos como sendo responsabilidade feminina (BRUSCHINI, 1990; DURAN, 2000; JELIN, 1995; SORJ, 2004). Por esse motivo, no modelo de conciliação, cabe quase que exclusivamente às mulheres a necessidade de articulação da atuação profissional com as demandas domésticas. A conciliação entre as duas esferas tornou-se condição necessária para a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007; SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Na América Latina, assim como em algumas outras partes do mundo, os cuidados, sejam aqueles requeridos por crianças, adultos com incapacidades ou idosos, não possuem característica de direito dos cidadãos. Isso significa que o cuidado fica a cargo das famílias, mais especificamente das mulheres. A necessidade de cuidados é muitas vezes atendida segundo a disponibilidade privada de uma ou de um conjunto de pessoas, sejam da família ou de uma rede informal contratada. Assim, o bem-estar dessas pessoas fica sob responsabilidade das famílias e não do Estado.

Os efeitos da ausência de apoio institucional às mulheres para o cuidado dos filhos e de idosos refletem sobre a participação feminina no mercado de trabalho. Para as mulheres com filho, o salário de reserva tende a ser maior, já que a remuneração a ser auferida tem que cobrir os custos da terceirização do trabalho doméstico e dos cuidados e, ainda, compensar a redução do tempo que seria dedicado ao cuidado dos filhos (SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2001). Quando se consideram mulheres cujos filhos de até 3 anos frequentam a creche, a taxa de ocupação é de 71,7%, contra apenas 43,9% entre aquelas cujos filhos não tem acesso a creche (ÁVILA; FERREIRA, 2014a). Guiginski (2015) também demonstra que mulheres com dois ou mais filhos em idade pré-escolar, apresentam chances 3,2 vezes menores de estarem no mercado de trabalho em comparação com mulheres da mesma faixa etária sem filho. Os resultados de Vieira (2009) apontam que 40% das mulheres de 20-24 anos e 60% das mulheres de 25-29 anos atribuem a inatividade econômica ao fato de

um trabalho remunerado atrapalhar os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos.

Enquanto as mulheres das camadas mais altas podem recorrer à terceirização do trabalho doméstico, as mulheres de camadas médias estão em lugar de tensão entre os limites do trabalho doméstico e do trabalho feito fora de casa. E mesmo quando estão em ocupações de trabalho remunerado, tendem a reproduzir os papéis tradicionais voltados para as atividades de manutenção do lar e cuidado de crianças e idosos. O conflito seria menor entre as mulheres mais pobres, onde não existe opção entre estar no espaço público ou espaço privado, já que o trabalho seria uma questão de sobrevivência da família (NETO, 1982).

Alguns estudos comprovam que a renda feminina é um dos fatores mais relevantes na contratação de serviços domésticos, como uma maneira de se desatar do trabalho doméstico e se dedicar ao trabalho remunerado (CHEUNG; LUI, 2015; COHEN, 1998; TREAS; RUIJTER, 2008). Entre as mulheres de alto nível de escolaridade, observa-se o que Hirata e Kergoat (2007) conceituam como “modelo de delegação”, que se sobrepõe ao modelo de conciliação. Nesse modelo, as trabalhadoras de renda mais alta delegam as atividades domésticas a outras mulheres, através da contratação de empregadas domésticas.

No Brasil, o trabalho doméstico sempre foi marcado pela presença das mulheres, sobretudo das mulheres negras. Em 2011, segundo o Dieese, estimava-se que 6,6 milhões de pessoas tinham como ocupação o serviço doméstico, sendo que desse montante, mais de 92% eram mulheres (DIEESE, 2013). Entre as mulheres ocupadas no serviço doméstico, 60% são negras (GUERRA, 2017). Trata-se de uma ocupação que se estende do período da escravidão, marcada pela desvalorização social e, até muito recentemente, também pelo acesso restrito aos direitos trabalhistas, o que leva a um serviço de custo relativamente baixo e de ampla oferta. A vasta oferta de empregadas domésticas a baixo custo acaba se tornando uma solução para as mulheres que assumiram responsabilidades profissionais (HIRATA; KERGOAT, 2007; SORJ, 2004).

Em Ávila e Ferreira (2014) analisam-se os resultados da pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente”¹, destacando-se os efeitos da conciliação entre as esferas pública e privada. Nesta pesquisa, 75% das entrevistadas concordavam com a afirmação de que “a rotina era extremamente cansativa” e 68% declararam “sentir falta de tempo para algo” no dia-a-dia. Quando indagadas porque sentiam que faltava tempo, 29% responderam que sentiam falta para cuidar de si, 18% sentiam que faltava tempo para ficar com os filhos e 11% disseram sentir falta de tempo para a diversão (MACHADO, M. S., 2014).

2.2 Tendências de diferenciais de tempo de trabalho doméstico entre homens e mulheres

Como efeito da expansão da participação feminina no mercado de trabalho e da diminuição do tamanho médio do número de moradores dos domicílios, algumas mudanças ocorreram no tempo que homens e mulheres dedicam ao trabalho doméstico. Utilizando 66 pesquisas de uso do tempo de 19 países que cobrem meio século de mudanças (1961 a 2011), Altintas e Sullivan (2016) demonstram que há um movimento generalizado no sentido de uma maior igualdade de gênero no tempo dedicado ao trabalho doméstico, mas com diferenças significativas entre os países, tanto no nível quanto no ritmo da convergência. Segundo os autores, o ritmo da convergência foi maior nos países onde a divisão do trabalho doméstico entre os gêneros era mais desigual, que era onde haveria mais espaço para mudanças significativas.

Resultados semelhantes foram encontrados no relatório preparado pelo Conselho de Famílias Contemporâneas da Universidade do Texas, elaborado por Sullivan, Gershuny e Rosbinson, publicado em 2015, referente a 14 países. Em 1960, as horas de trabalho doméstico das mulheres ficaram acima de quatro horas por dia na maioria dos países analisados. Nas décadas seguintes, observa-se um declínio para um nível abaixo de 2 horas e meia por dia. As exceções para o período posterior são os países da Europa do sul e central da Itália, Espanha, Áustria, Eslovênia e Alemanha, onde as horas de atividades domésticas das mulheres permaneceram em pelo menos 175 minutos por dia

¹ Pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão.

ou mais. Com relação aos homens, notou-se que em todos os países do estudo, os homens fizeram menos de uma hora de trabalho doméstico na década de 1960. Já na década de 2000, em quase todos os países, os homens fizeram entre uma hora (os EUA) e uma hora e meia (Noruega) de trabalho doméstico básico por dia.

A redução nas horas de trabalho doméstico ao longo das últimas décadas representa tanto uma mudança no comportamento dos indivíduos quanto a diferença entre coortes. Essa é a conclusão de Artis e Pavalko (2003), a partir dos dados do *National Longitudinal Survey*, realizado nos Estados Unidos entre 1975 e 1988. O percentual de tarefas domésticas pelas quais as mulheres eram totalmente responsáveis caiu de 57,75% em 1974-1975 para 47,72% em 1987-88. A análise demonstra ainda que as mulheres que se tornam menos tradicionais em suas atitudes de gênero tiveram significativamente menos responsabilidade pelo trabalho doméstico, controlando por mudanças na estrutura familiar e no tempo disponível para o trabalho doméstico.

Esses resultados confirmam que, apesar das mudanças ao longo das últimas décadas, persiste uma diferença substancial no tempo que mulheres e homens gastam no trabalho doméstico. Chama a atenção também o fato de vários países já possuírem, desde 1960, pesquisas detalhadas sobre o uso do tempo, o que afeta diretamente as possibilidades de análise, como se discutirá a seguir.

2.3 Medindo o trabalho doméstico não remunerado

"After having time-use data, researchers will wonder how they ever did research without it"

Rebecca Blank

2.3.1 Pesquisas de uso do tempo

Alexander Szalai é um autor de destaque na pesquisa empírica sobre uso do tempo. O pesquisador é responsável pelo primeiro projeto internacional de investigação do uso do tempo, que envolveu 11 países europeus. O projeto nomeado “*Multinational Comparative Time-Budget Research Project*” (1965-1975) tinha como objetivo compreender a vida cotidiana e analisar diferenças entre as populações urbana e rural (CEPAL, 2016). Desde então, um extenso conjunto de países, principalmente os de alta renda, vem aplicando pesquisas de uso do tempo e abordando os mais variados temas (HARVEY, 1997). Ao longo das décadas mais recentes, as pesquisas de uso do tempo se apresentam como um aspecto central à visibilização das atividades com pouco reconhecimento social e econômico, tais como o trabalho doméstico e o cuidado, realizados principalmente pelas mulheres.

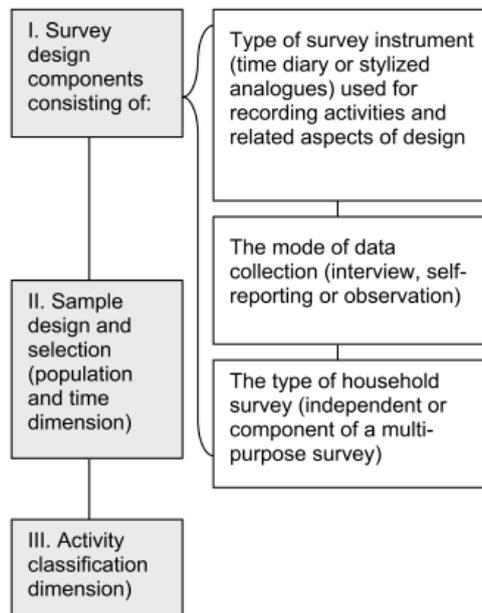
Além de mensurar o trabalho doméstico não remunerado, as pesquisas de uso do tempo são úteis para identificar outras formas de trabalho, sejam elas remuneradas ou não, para a produção de estatísticas que auxiliem nos estudos para discussão da desigualdade de gênero, para mensurar e analisar a qualidade de vida das pessoas bem como fornecer subsídios para planejamento de políticas públicas, como no caso em que se investiga o tempo de deslocamento das pessoas até o local de trabalho e as decisões individuais de investimento em capital humano e cuidado com a própria saúde (FLEMING; SPELLERBERG, 1999; HARVEY; TAYLOR, 2000; ILAHI, 2000).

Frequentemente, o trabalho remunerado realizado fora dos domicílios, com periodicidade, pagamento pela produção e horários pré-estabelecidos para realização, tende a ser melhor coberto pelas pesquisas sociodemográficas e econômicas. As pesquisas de uso do tempo permitem uma visão mais ampla das formas de trabalho, uma vez que permitem verificar não apenas o tempo dedicado ao trabalho remunerado principal, mas também o tempo dedicado a outros trabalhos remunerados, ao setor informal, às atividades feitas nos domicílios, ao cuidado de outras pessoas e aos trabalhos voluntários desenvolvidos na comunidade (FLEMING; SPELLERBERG, 1999).

Um bom exemplo de como a pesquisa de uso do tempo pode expandir os horizontes de análise sobre as diferentes formas de trabalho é o estudo de Hirway (1999), feito no contexto indiano. Por normas e valores socioculturais, o trabalho remunerado feminino no contexto indiano não é valorizado como o trabalho não remunerado no ambiente doméstico. Por essa razão, as mulheres tendiam a reportar menos trabalho remunerado do que de fato realizavam nas pesquisas domiciliares. Com a metodologia da pesquisa de uso do tempo, esse viés é parcialmente corrigido, uma vez que as mulheres declaram o tempo despendido em ambas as atividades, tanto remuneradas como não remuneradas. Ao analisar as atividades do âmbito domiciliar através da pesquisa de uso de tempo, foi possível identificar uma maior participação feminina nas atividades econômicas, em relação às estatísticas tradicionais de trabalho utilizadas até então.

Segundo o guia para produção de estatísticas de uso do tempo das Nações Unidas, as pesquisas podem variar com relação ao tipo de instrumento utilizado para a coleta (diários ou questionários fechados), o modo como a informação será coletada (entrevista, auto-preenchimento ou observação) e o tipo de propósito do questionário (dedicado apenas à temática de uso do tempo ou com propósitos múltiplos). No desenho da pesquisa ainda há que se analisar qual será o desenho amostral, tanto em termos de população quanto em termos de intervalo de tempo e, ainda, qual a classificação de atividades a ser utilizada (UNITED NATIONS, 2005). A figura 1, extraída do manual da ONU, ilustra os componentes básicos que devem ser considerados para se realizar uma pesquisa de uso do tempo.

FIGURA 1 – Componentes básicos para o desenho de uma pesquisa de uso do tempo



Fonte: extraído de Nações Unidas (2005), p. 14

2.3.2 Instrumentos de coleta

Uma discussão metodológica importante no âmbito das pesquisas de uso do tempo é sobre a captação correta e fidedigna das atividades realizadas pelos entrevistados. A natureza do instrumento de pesquisa utilizado afeta diretamente a qualidade do dado coletado e, por esse motivo, é importante conhecer quais as implicações das metodologias empregadas. O formato mais comum das pesquisas de uso do tempo é o de diários (GERSHUNY, 2003). Nessa metodologia, o levantamento do uso do tempo é feito a partir do preenchimento, por parte dos entrevistados, de um protocolo, onde se registram as atividades desenvolvidas, bem como o horário de início e de término de cada atividade, geralmente ao longo de um período de 24 horas (UNITED NATIONS, 2005). Além de responder sobre o tempo dedicado à atividade, os entrevistados também devem oferecer informações sobre o contexto da atividade (como, onde e com quem a atividade foi realizada) e também se estava se dedicando a outra atividade simultaneamente.

Uma segunda metodologia frequentemente utilizada, principalmente nas pesquisas feitas na América Latina (GARCIA; PACHECO, 2014), é a de perguntas sobre o tempo gasto em uma lista pré-estabelecida de atividades.

Nesse tipo de questionário, o tempo declarado das atividades do dia a dia depende do que os entrevistados se recordam de terem gasto no dia anterior ou em alguns casos, na semana anterior (AGUIAR, 2010). Geralmente, as perguntas aparecem no formato: “quantas horas por dia você gasta na atividade x?”. É comum que se pergunte antes se realizou um determinado tipo de atividade e, então, indagar o tempo dedicado a essa atividade. Geralmente, essa metodologia é a empregada quando se tem restrição orçamentária e tende a ser a escolhida em países de nível baixo ou médio de renda (PARKER; GANDINI, 2011; UNITED NATIONS, 2005).

Existem evidências na literatura de que a metodologia de lista pré-estabelecida de atividades possa levar a uma sobrestimação do trabalho doméstico não remunerado captado. Nas pesquisas de uso do tempo do México, por exemplo, de 2002 e 2009, empregou-se essa metodologia e Damián (2014) argumenta que a lista muito ampla de atividades listadas, juntamente com a dificuldade em se precisar o tempo gasto em cada uma delas, teria favorecido uma sobrestimação do tempo de atividades domésticas. Outro ponto que a autora destaca é a possibilidade de se realizar um conjunto de atividades simultaneamente que, seguindo a metodologia de informar os tempos individuais em cada atividade, levaria, naturalmente, a uma inflação do tempo de trabalho doméstico. Isso ocorre, de maneira frequente, quando se realizam atividades domésticas simultaneamente com cuidado de moradores, sobretudo de crianças. Uma vez que se declara o tempo gasto nas atividades domésticas e o tempo dedicado ao cuidado, o trabalho doméstico poderia até ser duplicado.

Na comparação entre a metodologia de diário e o questionário fechado composto por uma lista de atividades, Parker e Gandini (2011) apontam que os resultados da primeira metodologia tendem a ser melhores para captar corretamente o volume de trabalho doméstico. A metodologia de questionário fechado, segundo as autoras, contabiliza mais horas de trabalho doméstico do que a metodologia de diários. Uma das explicações para essa diferença está relacionada às expectativas sociais ao redor do tema de trabalho doméstico, que difere de modo significativo entre homens e mulheres, sendo os

questionários fechados mais susceptíveis às diferenças de percepção entre os gêneros, além de diferenças de atitudes, crenças e opiniões (AGUIAR, 2010).

Apesar de se apresentarem como menos suscetíveis a erros de percepção sobre as atividades do dia a dia, a qualidade da informação coletada através dos diários pode ser afetada pelo nível de escolaridade dos respondentes, uma vez que os diários tendem a ser auto preenchidos.

2.3.3 Classificação de atividades

Ao longo do desenvolvimento das pesquisas de uso do tempo, fez-se necessária a consolidação de parâmetros que tornassem as pesquisas comparáveis, tanto entre os países como ao longo do tempo. Em 1995, na 28^o sessão da Comissão Estatística das Nações Unidas, enfatizou-se o valor das estatísticas de uso do tempo para abordar uma série de preocupações socioeconômicas nacionais e internacionais, incluindo a igualdade de gênero. Nesse evento, surgiu uma demanda institucional de uma proposta de classificação de atividades de uso do tempo a serem empregadas nas pesquisas.

A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, também em 1995, recomendou que os serviços de estatística nacionais, regionais e internacionais e agências relevantes governamentais e das Nações Unidas trabalhassem para melhorar a coleta de dados sobre a contribuição total de mulheres e homens para a economia e para desenvolver uma classificação internacional de atividades para estatísticas de uso do tempo.

Em 1997, a Divisão de Estatística das Nações Unidas convocou um grupo de peritos sobre o tema e elaborou um esboço preliminar das classificações das atividades. A partir desse primeiro esboço, foi criado, em 2000, o Sistema de Classificação Internacional de Atividades para as Estatísticas de Uso do Tempo, ICATUS, que passou a ser amplamente utilizado nas pesquisas. A ICATUS, *International Classification of Activities for Time Use Statistics*, é uma classificação de todas as atividades que uma pessoa poderia realizar ao longo do dia, com o intuito de fornecer um arcabouço padronizado para o aprimoramento dos instrumentos de pesquisa de uso do tempo desenvolvidos

e aplicados pelos países, independentemente de sua natureza (UNITED NATIONS, 2017). Essa classificação atende aos princípios de consistência com o Sistema de Contas Nacionais (SNA), de modo a permitir o cálculo da contribuição da produção doméstica nas contas satélites. A ICATUS fornece uma classificação que define de modo claro as atividades econômicas, atividades não econômicas, atividades produtivas e não produtivas e trabalho não remunerado, para que sejam consideradas todas as formas de trabalho existentes.

A ICATUS é uma classificação hierárquica de três níveis de todas as atividades possíveis que o entrevistado poderia realizar durante as 24 horas do dia. O primeiro nível se divide em nove grupos de atividades: 1) Emprego e atividades relacionadas, 2) Produção de bens para uso final, 3) Serviços domésticos não remunerados para familiares ou agregados, 4) Serviços de cuidados não remunerados para familiares ou agregados, 5) Trabalho voluntário não remunerado, estagiários e outros trabalhos não remunerados, 6) Aprendizagem, 7) Socialização e comunicação, participação comunitária e prática religiosa, 8) Cultura, lazer, mídia de massa e práticas esportivas e 9) Autocuidado.

Apesar de ter sido concebida para atender a uma demanda por padronização a nível internacional, as Nações Unidas reforçam que a ICATUS pode ser adaptada às necessidades dos países, refletindo o contexto e as especificidades socioculturais (UNITED NATIONS, 2017). Na América Latina, foi desenvolvida a CAUTAL, *Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina y el Caribe*. Essa classificação é fruto do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Gênero da Conferência de Estatística das Américas (CEA), com o objetivo de atender as necessidades dos países da região em termos de um instrumento com enfoque de gênero e com contexto regional. Essa classificação já foi utilizada em pesquisas de uso do tempo da Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador e Guatemala (CEPAL, 2016).

2.3.4 A experiência da América Latina e Caribe

A Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), realizada em 1979, foi um marco na visão internacional sobre a situação de discriminação das mulheres, envolvendo a discussão sobre a desigualdade na distribuição da carga de trabalho doméstico. A Recomendação Geral 16 afirma que o trabalho doméstico não remunerado pode ser considerado uma maneira de exploração de meninas e mulheres e a Recomendação Geral 17 destaca a necessidade da criação de dados e pesquisas que mensurem esse tipo de trabalho e que tirem da invisibilidade a contribuição econômica feita pelas mulheres nesse tipo de atividade (CEDAW 1991, BARAJAS, 2017).

É justamente na década de 1980 que se iniciaram os projetos de implementação de pesquisas de orçamento de tempo na América Latina e no Caribe – que seguem até os dias atuais (GARCIA; PACHECO, 2014). Em relação aos países desenvolvidos, essa implementação pode ser considerada tardia e umas das razões para esse atraso é justamente a demora no desenvolvimento e conscientização conceitual e acadêmica sobre as transformações sociais, econômicas e políticas do mercado de trabalho e famílias segundo uma perspectiva de gênero.

Segundo a publicação da Série Assuntos de Gênero N° 122, do Cepal, atualmente existem 18 países contam alguma medida de uso do tempo na América Latina e no Caribe. A experiência pioneira na região é de Cuba, o primeiro país a realizar medição de uso do tempo, em 1985. Novas rodadas da pesquisa foram feitas em 1985, 1988 e 1997. O segundo país foi o México, que conta com medições nos anos de 1996, 1998, 2002 e 2009. A terceira experiência foi da Nicarágua, que iniciou suas investigações de uso do tempo em 1998 (CEPAL, 2016).

Outras experiências na região são: Guatemala (2000, 2006, 2011), Bolívia (2001, 2010, 2011), Uruguai (2003, 2007), Costa Rica (2004, 2011), Argentina (2005, 2010), El Salvador (2005, 2011), Equador (2005, 2007, 2010, 2012), Panamá (2006, 2011), Peru (2006, 2010), República Dominicana (2006, 2007),

Colômbia (2007, 2008, 2009, 2010, 2012), Venezuela (2008, 2011), Chile (2009) e Honduras (2009, 2011).

Nem todos os países da região possuem pesquisas completas de orçamento de tempo. Como o próprio relatório adverte, existem heterogeneidades e as diferenças sobre as modalidades, metodologias, população-alvo, objetivos da pesquisa, fundamentos constitucionais e legais, atividades pesquisadas, instrumentos utilizados, executores e instituições parceiras, cobertura geográfica e seleção de indicadores (CEPAL, 2016).

Garcia e Pacheco (2014) analisam questões metodológicas e substantivas de uma série de pesquisas de uso do tempo do México. O México é considerado um dos países da região com a maior produção de medições do uso de tempo com avanços substantivos, tanto do ponto de vista metodológico quanto estatístico (CEPAL, 2016). Nieto (2014) faz algumas comparações envolvendo México, Equador e Peru e mostra que a carga semanal total de trabalho das mulheres, ou seja, a soma do tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico não remunerado, excede em 17 horas a masculina no Equador, 19 horas no México e 13 horas no Peru. Também chama a atenção a diferenças entre as horas de trabalho doméstico realizadas por filhos e filhas. Nos três países analisados, as entrevistadas na condição de filhas do responsável pelo domicílio fazem mais do que o dobro de afazeres domésticos do que os filhos.

Pacheco e Florez (2014) investigaram de maneira detalhada o uso do tempo em populações de áreas rurais a partir da *Encuesta Nacional de Uso del Tiempo* de 2009 do México. Segundo os autores, nos contextos rurais, os estereótipos da divisão sexual do trabalho são ainda mais marcados, refletindo cargas femininas de trabalho doméstico muito mais elevadas que as masculinas. Além disso, também foram encontradas evidências de que os homens de áreas urbanas dedicam mais tempo ao trabalho doméstico não remunerado em relação aos homens residentes em áreas rurais.

Na Colômbia, as desigualdades entre homens e mulheres no tempo de trabalho doméstico também são notórias. Na última pesquisa de uso tempo realizada no país, a *Encuesta Nacional de Uso del Tiempo* (ENUT) de 2016-

2017, as mulheres com 10 anos ou mais dedicavam, em média, 7 horas e 14 minutos por dia ao trabalho não remunerado, como atividades de serviço doméstico e cuidados não remunerados, trabalho voluntário e atividades de transportes relacionados a essas atividades. Entre os homens, o valor observado é de 3 horas e 25 minutos (DANE, 2017). O mesmo ocorre no Uruguai, onde as pesquisas de uso do tempo de 2003 e 2007 confirmam que o tempo gasto pelas mulheres em trabalho doméstico, cuidados, apoio a outros domicílios e trabalho voluntário é o dobro em relação ao tempo gasto pelos homens (UNFPA, 2013).

2.3.5 O caso brasileiro

No Brasil, apesar da quantidade limitada de informação sobre uso do tempo em relação aos demais países da região, um conjunto de esforços pode ser encontrado na literatura, para analisar o tempo dedicado ao trabalho doméstico. Em 1980, Figueiredo realizou um estudo de orçamento de tempo com 30 mulheres e 10 homens responsáveis pelo domicílio em uma comunidade de pescadores da Bahia, Arembepe. A autora demonstrou que as mulheres dessa amostra dedicam, em média, 5 horas e 30 minutos por dia à produção doméstica. Como as mulheres entrevistadas eram responsáveis pelo domicílio, muitas delas também se dedicavam à produção econômica, para atender as necessidades de suas famílias. Nesse estudo, utilizou-se a metodologia de diário, onde eram listadas as atividades realizadas ao longo das horas do dia (FIGUEIREDO, 1980).

Machado-Neto e Britto (1982) também investigaram aspectos do uso tempo, focando em mulheres de baixo nível de renda residentes em Salvador. A pesquisa incluiu 28 mulheres casadas, cronometrando o tempo dedicado a cada atividade, o local onde a atividade era realizada, a atividade que desempenhavam, quem mais estava presente na realização da atividade e atividades simultâneas. Os resultados demonstram como, segundo as próprias autoras, o trabalho doméstico “recorta por sobre a vida”, ocupando os espaços temporais que seriam de lazer e descanso.

Os trabalhos de Neuma Aguiar possuem destaque na defesa do uso da metodologia de orçamento-tempo nos estudos sobre o trabalho feminino como uma maneira de dar visibilidade à carga de trabalho doméstico e de se fazer o cálculo correto do número de horas que as mulheres se dedicam a atividades produtivas (AGUIAR, 1984). Em uma iniciativa pioneira, Aguiar coordenou a pesquisa “Múltiplas Temporalidades de Referência: Trabalho Doméstico e Trabalho Remunerado – Análise dos Usos do Tempo em Belo Horizonte, Minas Gerais”. A pesquisa foi a campo entre 2001 e 2002, com uma amostra probabilística de 400 domicílios e coletou informações sociodemográficas dos moradores bem como das características dos domicílios. Os moradores selecionados preencheram dois diários para captar o uso do tempo, um que deveria ser preenchido em algum dia entre segunda e sexta-feira e outro voltado para a final de semana. Os resultados da pesquisa demonstram que 40,7% das entrevistadas faziam mais de 5 horas diárias de trabalho não remunerado. Entre os homens, 38,6% não realizaram nenhum tipo de trabalho doméstico e 41,0% faziam até 2 horas por dia (SOUZA; NEUBERT; AGUIAR, 2003).

Um aspecto interessante dessa pesquisa são as questões de opinião sobre a “justiça quanto à divisão das tarefas domésticas do domicílio”. Uma em cada cinco mulheres entrevistadas declarou que considera injusta a divisão do trabalho doméstico no domicílio. Entretanto, a grande maioria, tanto de homens quanto de mulheres, declarou que considera justa (70,5% e 66,7%, respectivamente) a divisão de trabalho doméstico feita em seus domicílios. Como a autora destaca, esses resultados constatarem que se mantém no Brasil a percepção de que o trabalho doméstico é um trabalho “feminino” (SOUZA; NEUBERT; AGUIAR, 2003).

Outra fonte de informação sobre tempo de trabalho doméstico é a Pesquisa de Padrões de Vida da População (PPV) de 1996-1997, uma pesquisa piloto realizada pelo IBGE com apoio do Banco Mundial. A pesquisa abordou diversos temas, como composição domiciliar e familiar, contracepção, saúde, antropometria, educação, trabalho, mobilidade ocupacional e, ainda, afazeres domésticos. O trabalho doméstico foi investigado através de dois quesitos: “durante os últimos 7 dias dedicou-se aos afazeres domésticos?” e “Quantas

horas por dia?”. Segundo Bruschini (2006), nessa pesquisa, o tempo médio de trabalho doméstico semanal das mulheres foi de 36 horas semanais, e o dos homens, 14 horas.

A PPV foi utilizada por Sant'Anna (2001) para tratar de desigualdades étnico/raciais e de gênero no Brasil:

“A média de horas semanais no trabalho e nos afazeres domésticos também apresentam, diferenças significativas: as mulheres afro-descendentes gastam 63 horas e as mulheres brancas 58 horas, ou seja, 5 horas a menos. No que diz respeito aos homens, a média de horas semanais no trabalho principal e nos afazeres domésticos temos o seguinte comportamento: homens brancos, 47 horas; homens afro-descendentes, 46 horas. Ou seja, as mulheres brancas dedicam 11 horas a mais do que os homens brancos e as mulheres afro-descendentes dedicam 17 horas a mais do que os homens afro-descendentes” (SANT'ANNA, 2001, p. 28).

A historiadora destaca a importância de evidenciar as diferenças existentes entre as mulheres brancas e mulheres negras, com uma maneira de ampliar a compreensão do contexto de precariedade das mulheres negras. A maior carga de trabalho doméstico reflete sobre as oportunidades das mulheres negras, tanto na educação como no trabalho remunerado. Nessa mesma pesquisa, as mulheres brancas dedicaram, por semana, duas horas a mais do que as mulheres negras ao estudo e ao trabalho remunerado (SANT'ANNA, 2001).

2.3.6 Pesquisas piloto de uso do tempo no Brasil

O IBGE realizou, em 2001, uma pesquisa sobre o uso do tempo entre os moradores dos bairros de Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, no estado do Rio de Janeiro. Essa pesquisa tinha como o objetivo subsidiar a construção de um modelo de pesquisa de uso do tempo que seria utilizado como referência na implantação de um projeto a nível nacional (SOARES; SABÓIA, 2007).

Segundo o relatório de pesquisa da ENCE, as especificações utilizadas na pesquisa foram:

- 1) Versão simplificada da classificação internacional da ONU-ICA TUS para atividades de uso do tempo
- 2) Metodologia de coleta de dados: entrevistas rememorativas
- 3) Utilização de um diário para registro do tempo despendido em atividades desenvolvidas durante o dia útil anterior à entrevista, com intervalos de tempo de 15 minutos.
- 4) Registro do tempo gasto na atividade principal e na atividade simultânea.
- 5) Inclusão das variáveis de contexto das atividades (onde, com quem e para quem) de acordo com a classificação da ONU e de outros países (Eurostat, Austrália, Canadá e Nova Zelândia, para as atividades principais).
- 6) Registro das três principais atividades desenvolvidas aos domingos.
- 7) Inclusão de variáveis classificatórias de uso do tempo: gênero, escolaridade, religião, renda domiciliar, idade, etc (ENCE, 2001, p. 10).

Nessa pesquisa, é possível diferenciar o tempo dedicado aos afazeres domésticos gerais e às atividades de cuidados. No grupo de 25 a 34 anos estão as principais diferenças nas cargas de trabalho doméstico entre homens e mulheres. Nessa faixa etária, as mulheres faziam cerca de 90% a mais de afazeres domésticos gerais e 134% a mais de cuidados a membros do domicílio, em comparação aos homens (IBGE, 2001).

Em 2007, o IBGE organizou o Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo, promovido em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Nesse evento, surgiu a proposta de criação de um grupo de trabalho que desse prosseguimento aos esforços de implementação de pesquisas de uso do tempo no país (FONTOURA *et al.*, 2010).

Em 2008, foi criado o Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), composto por representantes da SPM na coordenação, IBGE e IPEA. A criação desse comitê teve grande relevância para que o IBGE e outras instituições envolvidas passassem a seguir as recomendações que vinham sendo feitas pelas instituições internacionais. Como desdobramento do trabalho do comitê, o IBGE realizou, pela primeira vez, um teste nacional de Pesquisa de Uso do

Tempo, com o propósito de avaliar a metodologia que poderia ser aplicada futuramente. A pesquisa piloto de uso do tempo foi a campo em 5 unidades da federação, Pará, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal no ano de 2009. Fizeram parte da amostra 12 mil domicílios. Nessa pesquisa, a exemplo do que já vinha sendo feito em outros países, utilizou-se a metodologia de diários, como recomenda a Divisão de Estatística da ONU e a ICATUS para a classificação das atividades. No diário, os entrevistados relatavam, a cada 15 minutos, o que estavam fazendo, onde e com quem estavam realizando a atividade e também alguma outra atividade que estivesse sendo realizada simultaneamente. A pesquisa tornou possível algumas comparações entre as regiões do Brasil, até então, inéditas. A principal diferença foi entre Pernambuco e Rio Grande do Sul. Os percentuais de homens que dedicaram algum tempo ao trabalho doméstico não remunerado nos dois estados foram 30,8% e 64,5%, respectivamente (IBGE, 2001). Apesar dos esforços e recursos empregados, os dados da pesquisa piloto não foram divulgados oficialmente pelo IBGE e seus microdados nunca foram disponibilizados aos pesquisadores.

2.3.7 Trabalho doméstico nas PNADs

Em termos de informações sobre tempo de trabalho doméstico com representatividade nacional, o destaque são as informações existentes na PNAD, a Pesquisa de Amostra por Domicílios, conduzida anualmente pelo IBGE. A PNAD constitui uma das mais importantes fontes de informação sociodemográfica e econômica da população brasileira. Essa pesquisa possui abrangência nacional e investiga, anualmente, características gerais da população e também quesitos como educação, trabalho, rendimento e habitação. Na pesquisa realizada em 1982, perguntou-se, pela primeira vez, sobre afazeres domésticos, na forma de duas perguntas:

“V6308 (110) P.109. Ajuda normalmente nos afazeres domésticos?”

“V6309 (111) P.110. Quantas horas por semana normalmente ajuda nos afazeres domésticos?”².

² Questionário PNAD 1982. Disponível em: Consórcio de Informações Sociais (CIS)

Entretanto, essas perguntas só foram aplicadas aos moradores com idades entre 4 e 18 anos, por fazerem parte de um módulo que tinha como tema central a educação³. Em 2001, o quesito sobre afazeres domésticos foi novamente retomado. Desde então, às pessoas de 5 anos ou mais de idade é perguntado se habitualmente cuidavam, em tempo parcial ou integral, dos afazeres domésticos, independentemente da sua condição de atividade e ocupação na semana de referência. As perguntas feitas aos entrevistados são:

“Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência?”

“Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos”

No manual do entrevistador, encontra-se a definição de afazeres domésticos considerados na pesquisa:

Entendeu-se por afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho), de:

- a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia;
- b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es);
- c) Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas;
- d) Cuidar de filhos ou menores moradores; ou
- e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência. (Notas Metodologias, p 48).

A partir da informação de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos da PNAD, diversos trabalhos foram feitos (FONTOURA, N. DE O.; GONZALEZ, 2009; MARRI; WAJNMAN, 2007; MELO; CASTILHO, 2009; MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2007; SOARES, 2008; SOARES; SABÓIA, 2007). Sabe-se, por exemplo, que a jornada com afazeres domésticos feminina é mais que o dobro da masculina em praticamente todos os grupos de idade (SOARES, 2008). A posição no arranjo domiciliar também está associada à carga de trabalho doméstico: a jornada doméstica média das cônjuges é cerca

³ Manual do entrevistador, 1982 – Tema: Educação. PNAD 3.04. Editor: IBGE, Departamento de Estatísticas de População e Indicadores Sociais, 1982, 34p.

de o triplo da jornada dos cônjuges do sexo masculino. Além disso, as pessoas do sexo masculino na condição de 'filho' apresentam a menor jornada em afazeres domésticos (SOARES; SABÓIA, 2007).

A diferença entre as cargas de trabalho doméstico masculino e feminino também guarda relação com o nível de escolaridade. Quanto maior o nível de escolaridade, menor o diferencial de horas de atividade doméstica entre mulheres e homens. Melo e Castilho (2009) estimam que mulheres com menores níveis de escolaridade dediquem, em média, 54% a mais de tempo a afazeres domésticos do que os homens com a mesma escolaridade. Já no topo da distribuição, a diferença seria de 37%. As autoras também demonstraram que as trabalhadoras agrícolas, as que trabalham em produção, reparação e manutenção de bens e serviços, vendedoras e prestadoras de serviços e trabalhadoras dos serviços são que mais dedicam tempo às tarefas domésticas.

Há que se avaliar, entretanto, a qualidade desse tipo de informação, baseada em uma única pergunta. Ao responder esse tipo de pergunta, os entrevistados têm que passar por um "processo cognitivo" e podem ter interpretações variadas da pergunta feita (WINKLER, 2002). Como se pode observar no manual do entrevistador, a lista de atividades que deveriam ser consideradas como afazeres domésticos faz referência a um conjunto restrito de atividades, ignorando tarefas como pequenos reparos ou manutenção do domicílio, organização do domicílio, compras ou mesmo atividades domésticas em outros domicílios, atividades que a literatura demonstra, inclusive, serem mais frequentemente realizadas pelos homens (NIETO, 2014). Além disso, essa lista de atividades faz referência apenas ao cuidado de filhos ou menores moradores, ignorando as atividades de cuidados de idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais. Ainda com relação ao cuidado de filhos, não se descreve o que deveria ser considerado como cuidado, deixando margem para a interpretação do próprio entrevistado.

Outro ponto que merece ser destacado é que este tipo de levantamento depende também da memória do entrevistado, que responde o que seria uma espécie de estimativa do tempo dedicado aos afazeres domésticos ao longo da

semana de referência. Essa estimativa pode ser sensível ao nível de escolaridade dos entrevistados, que podem ter diferentes habilidades para fazer o cálculo do número de horas semanais (AGUIAR, 2010).

O método utilizado na PNAD pode ser também observado em outras pesquisas como nos exemplos apresentados no quadro 1. Na literatura, é comum usar o termo “questionário estilizado” para se referir às captações de trabalho doméstico feitas através de perguntas diretas, como as listadas no quadro (BORRA; SEVILLA; GERSHUNY, 2013; KAN; PUDNEY, 2008).

QUADRO 1 - Pesquisas que utilizam questões semelhantes à PNAD para captar trabalho doméstico não remunerado

Pesquisa	País	Pergunta
<i>Panel Study of Income Dynamics</i>	Estados Unidos	“About how much time do you spend on housework in an average week – I mean time spent cooking, cleaning, and doing other work around the house?”
<i>National Survey of Families and Households</i>	Estados Unidos	“Write the approximate number of hours per week that you, your spouse/partner, or others in the household normally spend”
<i>Canadian General Social Survey</i>	Canadá	(1) “Last week, did you spend any time doing housework, including cooking, cleaning, grocery shopping and laundry for your household?” and, if so, “for how many hours?” (2) Last week, did you do any unpaid work to maintain or improve your house, yard, or automobile?” and, if so, “for how many hours?” and (3) “Last week, how many hours did you spend looking after children who live in your household?”
<i>Home On-line Study</i>	Reino Unido	“About how many hours do you spend on housework in an average week, such as time spent on cooking, cleaning and doing the laundry?”

Fonte: elaboração própria

Niemi (1993) analisou a diferença do tempo de trabalho remunerado estimado a partir da metodologia de diários e de questionários estilizados para o caso da Finlândia. Segundo a autora, as comparações mostram que é difícil substituir o método de diário por perguntas diretas da entrevista, quando o tempo que se deseja medir está associado a atividades diárias, sobre as quais as pessoas teriam mais dificuldade para estimar o tempo dedicado. Além disso, no emprego de diários, as diferentes percepções de diferentes grupos não levam a distorções nos resultados, o que pode acontecer no caso de questionários estilizados.

Alguns estudos apontam que as estimativas de tempo de trabalho doméstico em questionários estilizados são geralmente maiores do que as baseadas em diários (BAXTER; BITTMAN, 1995; BIANCHI *et al.*, 2000; JUSTER; ONO; STAFFORD, 2003). Alguns estudos indicam que as diferenças entre os dois métodos são substancialmente maiores no caso das mulheres do que no caso dos homens (BAXTER; BITTMAN, 1995; NIEMI, 1993; ROBINSON, 1985). Kan e Pudney (2008) estimam que, no caso britânico, a diferença no número de horas semanais dedicadas a trabalho doméstico como atividade principal seja cerca de 47 minutos maior quando as mulheres responderam através de pergunta direta em relação às respostas obtidas com os diários. No caso dos homens, a diferença é maior, com uma diferença de 117 minutos por semana.

Por outro lado, também existem evidências de que a declaração de trabalho doméstico seja subestimada nos questionários em comparação aos diários de uso do tempo. As atitudes relacionadas aos papéis de gênero são um dos motivos que explicam as divergências encontradas entre os dois tipos de informação (PRESS; TOWNSLEY, 1998). No caso da Dinamarca, Bonke (2005) comprova que homens e mulheres relatam menos tempo de trabalho doméstico em questionários estilizados em relação aos diários e, em termos absolutos, as mulheres apresentam mais subnotificação do que os homens. Os achados desse estudo também apontam que mães apresentam menor subnotificação de trabalho doméstico em comparação com os pais. Press e Townsley (1998) argumentam que isso ocorre porque as expectativas de que a mulher cuide da casa e dos filhos são maiores do que entre os homens, fazendo com que elas declarem mais horas de trabalho doméstico através da pergunta estilizada, aproximando-se do que se estimaria através dos diários.

PNAD contínua

Recentemente, o IBGE reformulou a PNAD anual e passou a implementar a PNAD contínua. A PNAD contínua (PNADC) abrange conteúdos da antiga PNAD e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e permitirá a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento. A PNADC aplica um esquema de rotação de domicílios, que não existia na pesquisa anterior. Em 2016, a PNADC investigou outras formas de trabalho para além do trabalho

remunerado. Entre essas outras formas de trabalho, estavam compreendidas as atividades domésticas e as atividades de cuidado.

Na PNADC, a metodologia de investigação do tempo de trabalho doméstico sofreu alterações, passando a indicar, de modo mais claro, quais seriam as atividades a serem consideradas como trabalho doméstico. Nessa nova pesquisa, o entrevistado responde primeiro se realizou uma série ampla de atividades, para, então, responder a estimativa de quantas horas teria feito desse tipo de trabalho. As atividades consideradas na PNADC estão no Quadro 2. Essa nova metodologia, ao contrário da metodologia da PNAD anual, faz menção clara às atividades de cuidados.

Alguns resultados já foram divulgados pelo IBGE a respeito do trabalho doméstico na PNADC. No primeiro informativo, o instituto apresentou resultados de produção para o próprio consumo, cuidados de pessoas, afazeres domésticos e trabalho voluntário de pessoas de 14 anos ou mais de idade. A partir dos quesitos descritos no Quadro 3, foram estimadas as taxas de realização por tipo de atividade doméstica. Com relação aos cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, a taxa de realização em 2017 foi de 37,0% entre as mulheres e de 25,6% entre os homens. A realização desse tipo de atividade está concentrada entre as idades de 25 e 49 anos, onde estão 64,1% dos homens que forneceram cuidados e 60,5% das mulheres. A taxa de realização de cuidados é menor entre as mulheres brancas, de 33,8% contra 39,9% das mulheres pardas e 38,3% das mulheres pretas (IBGE, 2018).

No que tange às demais atividades domésticas que não envolvem cuidados, a taxa de participação observada foi de 91,7% para mulheres e 76,4% para homens (IBGE, 2018). Esses resultados são um pouco diferentes daqueles observados na PNAD anual, onde apenas 50% dos homens declaram realizar atividades domésticas (Soares, 2008; Melo, Considera e Di Sabbato, 2016). Essa diferença deve-se, provavelmente, às mudanças ocorridas nas formas das perguntas e também à ampliação da lista de atividades domésticas, que passou a incorporar atividades em que os homens se engajam mais. A taxa de participação de homens em “pequenos reparos/manutenção do domicílio”, por

exemplo, é quase o dobro que a feminina, 63,1% e 34,0%, respectivamente. E a participação de homens e mulheres em atividades como “cuidar da organização do domicílio” é praticamente a mesma, ao redor de 73% (IBGE, 2018).

As diferenças entre a PNAD anual e a PNAD contínua, assim como os estudos anteriormente mencionados, compõem bons exemplos de como a metodologia empregada na captação do trabalho doméstico pode afetar não apenas os níveis absolutos, mas também o *gap* observado entre homens e mulheres.

QUADRO 1 – Variáveis de atividades domésticas e de cuidado na PNADC 2016

Cuidado de pessoas	Opções de resposta
Na semana de ... a ... (semana de referência), ... realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir)?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: auxiliar em atividades educacionais?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: ler, jogar ou brincar?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio, tais como: transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, realizou outras tarefas de cuidados a moradores deste domicílio?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... cuidou de parentes que não moravam neste domicílio e que precisavam de cuidados (crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais)?	Sim, Não, Não aplicável
Afazeres Domésticos	Opções de resposta
Na semana de referência, ... fez tarefas domésticas para o próprio domicílio?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: cuidar dos animais domésticos?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... fez tarefas outras domésticas para o próprio domicílio?	Sim, Não, Não aplicável
Na semana de referência, ... fez alguma tarefa doméstica em domicílio de parente?	Sim, Não, Não aplicável
Tempo dedicado	Opções de resposta
Na semana de referência, ... qual foi o total de horas que dedicou às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos?	001 a 120 horas

Fonte: Dicionário de variáveis PNADC 2016

2.4 O valor econômico do trabalho doméstico não remunerado

As primeiras estimativas do valor econômico agregado a nível nacional do trabalho doméstico não remunerado encontradas na literatura são de Mitchell (1919) e Kuznets (1929) para os Estados Unidos e de Lindahl, Dahlgren e Korb (1929) para a Suécia. Na época, os pesquisadores fizeram as estimativas multiplicando o número de domicílios tanto em áreas urbanas como rurais pelo custo anual correspondente a contratação de um “servente” doméstico (HAWRYLYSHYN, 1976; IRONMONGER, 2000). Em termos institucionais, as aplicações pioneiras são atribuídas à Noruega, onde o instituto de estatística, já em 1912, incluía a produção doméstica nos cálculos da renda nacional, através da atribuição de valores monetários ao trabalho doméstico (ASLAKSEN; KOREN, 1996).

A discussão sobre a valorização do trabalho doméstico contribui para legitimação dessa atividade como um tipo de trabalho e para o reconhecimento de uma economia considerada por muito tempo como invisível e não produtiva. Na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher (1995), já mencionada anteriormente, adotou-se uma plataforma de ação que desse pleno reconhecimento à produção econômica das mulheres:

- “(i) Improving data collection on the unremunerated work which is already included in the United Nations System of National Accounts, such as agriculture, particularly subsistence agriculture, and other types of non-market production activities;
- (ii) Improving measurements that at present underestimate women's unemployment and underemployment in the labor market;
- (iii) Developing methods, in the appropriate forums, for assessing the values, in quantitative terms, of unremunerated work that is outside national accounts, such as caring for dependants and preparing food, for possible reflection in satellite or other official accounts that may be produced separately from but are consistent with core national accounts with a view to recognizing the economic contribution of women and making visible the unequal distribution of remunerated and unremunerated work between men and women.” (Plataforma de Ação, IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, Pequim, 1995).

A atribuição de valor econômico ao trabalho doméstico não é útil apenas para avançarmos nas políticas de igualdade de gênero. Esse exercício também lança luz sobre uma série de outras questões. Para melhor entender o padrão etário de produção e consumo, é necessário incluir não apenas os insumos adquiridos no mercado, mas também o tempo utilizado para os transformar no bem final que será consumido pelos membros da família. Por exemplo, quando consideramos a produção de um jantar, essa inclui não apenas os alimentos a serem utilizados na preparação, mas também o tempo dedicado ao preparo. Então, quando todos se sentam à mesa para jantar, não estão consumindo apenas o alimento comprado, estão consumindo também tempo de trabalho doméstico não remunerado. A não incorporação do tempo de trabalho doméstico leva a uma subestimação do real custo de dependentes, sejam eles crianças ou idosos, que recebem longas horas de cuidados no âmbito domiciliar todos os dias e que compõe uma parcela significativa das transferências intergeracionais. Os cálculos do valor da produção nacional de trabalho doméstico são, portanto, úteis para a análise do funcionamento da economia como um todo, da economia doméstica, do real montante de consumo no setor privado e das interações entre o setor público, o mercado e as famílias (DONEYOWER, 2014; PEDRERO, 2004).

A produção doméstica consiste em atividades que atendem às necessidades humanas, sejam elas próprias ou de terceiros, feitas por membros da família, mas que poderiam ser realizadas através da contratação de prestadores desse tipo de serviço. É justamente dessa definição que partem as metodologias mais atuais para a valoração da produção doméstica. A ideia principal é atribuir valor monetário às horas dedicadas ao trabalho doméstico, tendo em vista o fato de que membros da família realizarem tais atividades poupa o orçamento das famílias em termos de contratação desse tipo de serviço.

O tempo dedicado ao trabalho doméstico é o principal insumo na produção doméstica, sendo, portanto, utilizado para estimar a expressão monetária da produção de serviços não registrados na contabilidade nacional (VELAZCO; VELAZCO, 2016). Na abordagem microeconômica, existem quatro principais metodologias para a atribuição de valor monetário à produção doméstica: 1) custo de substituição por um generalista; 2) custo de substituição por um

especialista; 3) custo do salário médio ou mediano e 4) custo de oportunidade (BUDLENDER, 2004)

Os métodos de custo de substituição, seja por um generalista ou por um especialista, vem sendo amplamente utilizados nas estimativas da contabilidade das transferências de tempo, como proposto por Donehower (2014), do NTTA. Nesses métodos, atribui-se o salário-hora que seria pago para um substituto que desempenhasse as atividades domésticas feitas pelos membros do domicílio. O substituto para o trabalho doméstico poderia ser um generalista, que realiza todo o trabalho doméstico ou especialistas em cada tipo de trabalho doméstico, como tarefas de cuidado, manutenção da limpeza, preparo de refeições, entre outros. Geralmente, a escolha do tipo de substituto é determinada pelo tipo de informação disponível na pesquisa de uso do tempo que for utilizada para os cálculos. Nos métodos dos custos de substituição, para fins de estimativa da contribuição indireta do trabalho doméstico para a economia, todos receberiam a mesma remuneração pela realização das atividades, independentemente das características dos indivíduos que realizam o trabalho doméstico.

A valoração do trabalho doméstico também pode ser feita atribuindo-se o salário médio observado às horas de trabalho doméstico não remunerado. Geralmente, o salário médio é calculado separadamente para homens e mulheres. As horas de trabalho doméstico são, então, monetizadas de acordo com a média de salários observada no mercado de trabalho.

No método do custo de oportunidade, o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado seria valorado de acordo com o salário que o indivíduo possuiria no mercado de trabalho. Nesse método, quanto maior o custo de oportunidade envolvido no *trade-off* entre trabalho não remunerado e trabalho remunerado, maior seria o valor imputado. Tanto no método do salário médio quanto no método do custo de oportunidade, o valor estimado da produção doméstica feminina é afetado pelas diferenças salariais observadas no mercado de trabalho. Esses métodos, como argumentam Velazco e Velazco (2016), transferem o padrão desigual de salários entre os subgrupos populacionais à valoração do trabalho doméstico.

Embora as medidas de custo de oportunidade possam ser relevantes para a tomada de decisões dos arranjos domiciliares, a abordagem do custo de substituição é considerada mais apropriada para fins de contabilização da contribuição para a economia, já que os preços de mercado não são afetados pelo excedente dos consumidores (ABRAHAM; MACKIE, 2005). Alguns autores argumentam ainda que a utilização do custo de oportunidade levaria a uma sobrestimação da contribuição do trabalho doméstico para a economia, já que a maioria das tarefas domésticas poderia ser igualmente desempenhada, independentemente do nível de escolaridade de quem realiza (SAMBT; DONEHOWER; VERBIČ, 2016; VARGHA; GÁL; CROSBY-NAGY, 2017)

Para identificar a metodologia mais adequada para cada contexto, deve-se levar em consideração a realidade econômica e sociocultural do país analisado. Nos países de alto nível de renda, a contratação de serviços domésticos tende a ser relativamente mais cara na comparação com países de renda média ou baixa, onde existe uma ampla oferta de prestadores desses serviços. Nesses países, o emprego doméstico é muitas vezes caracterizado por baixa remuneração, pouca valorização, desigualdade em termos de gênero, raça e região, condições precárias e acesso limitado a seguridade social (VELAZCO; VELAZCO, 2016). Nesse cenário, a contribuição indireta das mulheres para a economia, estimada a partir de salários observados no mercado para substitutos, seria subestimada, uma vez que as horas de trabalho doméstico seriam valoradas com base nos baixos salários pagos às prestadoras do serviço.

Essa conclusão pode ser obtida pela comparação entre os valores encontrados, por exemplo, em países europeus e latino-americanos. Vargha e colegas (2017) estimaram a produção doméstica em 14 países europeus utilizando o método do custo de substituição por especialistas. Os autores encontraram que, em 2002, o valor total da produção doméstica varia entre 23,7% do PIB na Letônia e 56,9% na Alemanha, sendo que o valor médio nos 14 países é de 43,3%. Se olharmos para as estimativas já realizadas na América Latina, utilizando a mesma metodologia, encontramos montantes como 22,57% no México, em 2009, 34% na Guatemala em 2000, 23% na Nicarágua em 1998, 24,2% no Peru em 2010 (VELAZCO; VELAZCO, 2016).

Isso demonstra que os montantes encontrados na América Latina são significativamente menores em comparação com aqueles encontrados nos países europeus⁴, como efeito da remuneração baixa dos prestadores de serviços domésticos.

Outro argumento contra o método do custo de oportunidade afirma que haveria uma supervalorização do tempo de trabalho doméstico das pessoas com altos rendimentos (SAMBT; DONEHOWER; VERBIČ, 2016) sem que isso significasse melhoria na qualidade no trabalho a ser desenvolvido. Entretanto, as pessoas com altos rendimentos têm mais chances de contratarem serviços domésticos e, conseqüentemente, realizarem menos horas desse tipo de trabalho. Sendo assim, mesmo que fosse atribuído um alto valor de salário-hora ao tempo de trabalho doméstico dessas pessoas, o efeito poderia ser reduzido pelo menor engajamento desse grupo nesse tipo de atividade.

No caso do Brasil, as primeiras contribuições no tema são de Melo, Considera e Di Sabbato (2007). No estudo intitulado “*Os afazeres domésticos contam*”, os autores utilizaram três diferentes valores de remuneração de serviços domésticos remunerados para contabilizar os afazeres domésticos, partindo da informação disponível na PNAD. Os valores considerados foram:

[...] pelo primeiro, considerou-se o rendimento médio do trabalho doméstico registrado na PNAD no mês de setembro como sendo o rendimento médio do ano; o segundo método usou as variações mensais do salário mínimo ao longo do ano para fazer variar o valor registrado pela PNAD em setembro; pelo terceiro método usou-se a metodologia das contas nacionais brasileiras, fazendo com que o salário de setembro registrado pela PNAD variasse mensalmente segundo a variação mensal do rendimento do trabalho doméstico registrado pela PME (Melo, Considera e Di Sabbato , 2007, p. 449).

Os autores concluíram que os três métodos levariam a estimativas muito parecidas, em torno de 11% do PIB no período analisado, que vai de 2001 a 2005. Desse montante, 82% seria devido às contribuições femininas e 18% atribuída à contribuição masculina. Em 2006, como destacam os autores, a

⁴ Esse mesmo resultado foi observado por Budlender e Brathaug (2008) e Fraumeni (2008).

contribuição feminina para a economia através do trabalho doméstico não remunerado teria representado R\$ 213 bilhões de reais. Em 2016, em um dos capítulos do livro “*Uso do tempo e gênero*”, os autores apresentaram uma atualização dessas estimativas. Em 2011, valor do trabalho doméstico não remunerado teria atingido 13,4% do PIB brasileiro (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2016).

Nesse capítulo, buscou-se descrever, brevemente, o longo caminho percorrido na literatura entre a definição do trabalho doméstico como uma atividade produtiva e sua incorporação às estimativas da produção econômica nacional. No decorrer desse processo, as pesquisas de uso do tempo foram o principal insumo para os estudos que quantificaram a desigualdade entre homens e mulheres no ambiente doméstico. Essa desigualdade, como se argumentou, afeta as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, principalmente as de grupos socioeconômicos menos favorecidos. As pesquisas de uso do tempo vêm sendo implementadas em diversos países nas últimas décadas, apresentando constante aperfeiçoamento. Embora tenham sido feitas tentativas de implementação desse tipo de pesquisa no Brasil, seguimos contando apenas com os quesitos disponíveis na PNAD. Aproveitando a experiência de uma pesquisa de uso do tempo completa de outro país, apresenta-se, no capítulo a seguir, uma proposta para corrigir os dados brasileiros de maneira a gerar estimativas mais precisas sobre o tempo que homens e mulheres dedicam ao trabalho doméstico não remunerado. A correção dos dados é o primeiro passo para gerar as curvas de consumo e transferência e para se estimar o valor econômico do trabalho doméstico, como se apresenta nos capítulos posteriores.

3 Proposta metodológica para correção da informação de uso do tempo no Brasil

Esse capítulo visa apresentar uma proposta metodológica para a correção da informação de uso do tempo no Brasil, com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), feitas pelo IBGE. Essas pesquisas constituem um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no país. A PNAD investigou desde 1971, anualmente, temas como características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outros, com periodicidade variável, como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar (IBGE, 2018).

As estimativas foram feitas com base na informação sobre trabalho doméstico captada desde 2001 através do quesito: “número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos”. Apesar de a PNAD utilizar o termo afazeres domésticos para nomear as atividades domésticas, nesse estudo, o termo empregado será trabalho doméstico não remunerado. O trabalho doméstico não remunerado delimitará o conjunto de atividades domésticas e de atividades de cuidados realizadas pelos entrevistados.

A primeira etapa percorrida foi uma análise da qualidade da informação de horas de trabalho doméstico da PNAD. Foram escolhidos três pontos no tempo ao longo da série história sobre trabalho doméstico, com a finalidade de investigar o padrão, o nível e a consistência ao longo dos anos analisados. Essa análise também permitiu testar se a escolha de um ano específico traria efeitos sobre as estimativas de produção, consumo e transferência de trabalho doméstico.

Para facilitar a interpretação, a informação do número de horas de trabalho doméstico, que é coletada referente a uma semana, foi transformada em número de horas diárias. Utilizando os pesos atribuídos aos indivíduos, agregou-se o tempo de trabalho doméstico por idade e sexo. Assim, cria-se um

banco onde cada linha representa uma idade e as colunas representam o número médio de horas de trabalho doméstico para cada sexo.

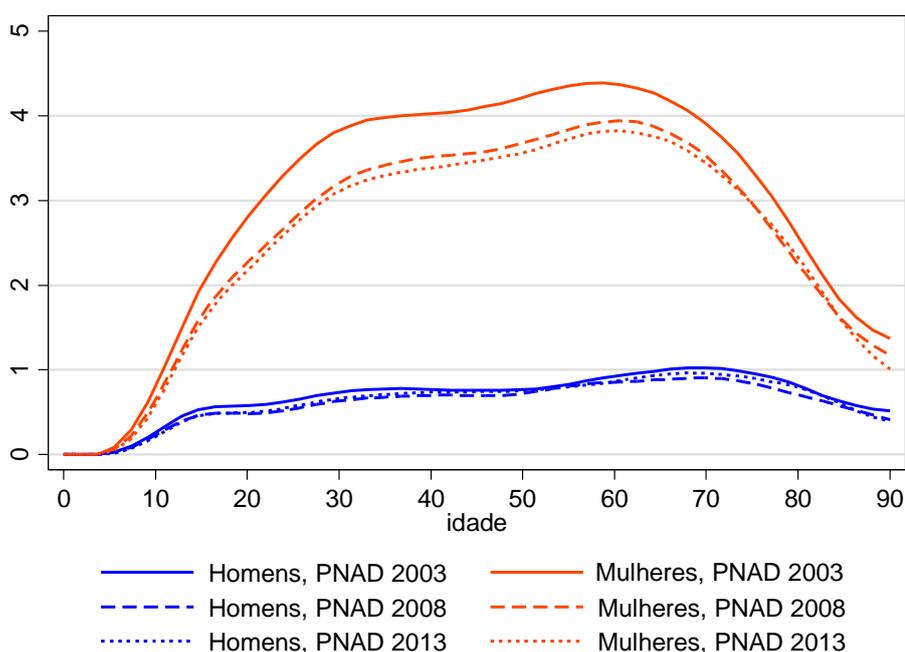
O Gráfico 1 apresenta o número médio de horas diárias de trabalho doméstico não remunerado por idade e sexo nas PNADs dos anos de 2003, 2008 e 2013. Em relação à análise temporal, é possível notar que a informação é consistente ao longo dos anos analisados, apresentando padrões etários muito semelhantes nos três períodos escolhidos e com mudanças apenas no nível. Entre 2003 e 2008, observa-se uma redução significativa do tempo que as mulheres dedicaram ao trabalho doméstico. Essa tendência já foi encontrada em outros países, como se discutiu na revisão da literatura. Por outro lado, no contexto brasileiro, temos, nesse período, uma série de mudanças socioeconômicas que podem ser elencadas para explicar essa tendência. Nesse período, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho aumentou mais de quatro pontos percentuais, passando de 58,8% para 63,0% (BARBOSA, 2014), acompanhando o ritmo de crescimento econômico no país. Impulsionado pelo aumento dos rendimentos das famílias, da formalização e do acesso ao crédito, o setor de serviços se expandiu nesse período, absorvendo parte das mulheres que entraram no mercado de trabalho. Essa mudança pode estar associada à redução da jornada de trabalho doméstico que as mulheres declararam nesses anos, uma vez que o tempo dedicado ao trabalho não remunerado compete com o tempo dedicado ao trabalho remunerado.

Na literatura, o padrão etário de horas de trabalho doméstico é marcado por dois picos. O primeiro deles ocorre entre os 20 e os 40 anos e está associado à presença de filhos no domicílio, que aumentam a demanda por trabalho doméstico e cuidados. O segundo pico é ao redor das idades em que as mulheres se aposentam, como consequência de uma maior disponibilidade para o trabalho doméstico⁵. O segundo pico pode variar de acordo com a dinâmica do sistema de aposentadoria de cada país. No que tange à estrutura, verifica-se que os dados brasileiros destoam dos resultados encontrados na literatura, já que não se nota um aumento de trabalho doméstico nas idades associadas à presença de filho no domicílio. O tempo médio de trabalho

⁵ Esse padrão é observado em 14 países da Europa, analisados por Vargha et al (2017). e também em países como Costa Rica (Jimenez-Fontana, 2017), Colômbia (Urdinola & Tovar (2017), Uruguai (Bucheli e Lara, 2018).

doméstico não remunerado de mulheres entre 30 e 40 anos está entre 3 e 4 horas diárias ao longo dos anos analisados. Em países europeus e outros países latino-americanos, esse tempo médio é superior a 5 horas por dia, apontando para uma possível subnotificação de trabalho doméstico no Brasil em decorrência da metodologia empregada na PNAD.

GRÁFICO 1 – Número médio de horas diárias de trabalho doméstico não remunerado por idade e sexo. Brasil: 2003, 2008 e 2013



Fonte: elaborado a partir das PNADs de 2003, 2008 e 2013, disponíveis no CIS

3.1 Correção dos dados brasileiros

Tendo em vista as limitações e as potencialidades dos dados brasileiros discutidas anteriormente, propõe-se uma metodologia para correção da aparente subnotificação de horas de trabalho doméstico encontrada na PNAD. Buscou-se, para isso, um país que guardasse similaridades sociodemográficas, econômicas e culturais com o Brasil, cujo padrão pudesse ser utilizado para correção dos dados. O país escolhido foi a Colômbia. Com relação aos indicadores sociodemográficos, os dois países se assemelham em termos de taxa de fecundidade, 1,88 filhos entre as mulheres colombianas e 1,78 entre as mulheres brasileiras em 2015 (BANCO MUNDIAL, 2017). Em termos de

desigualdade na distribuição de renda, o coeficiente de Gini demonstra que os dois países possuem níveis elevados e praticamente iguais, 51,1 na Colômbia e 51,3 no Brasil, também no ano de 2015 (BANCO MUNDIAL, 2017). No que tange ao mercado de trabalho, em 2017, o percentual de mulheres em relação à força de trabalho total é estimado em 43,1% para o Brasil e 43,4%⁶ para a Colômbia, refletindo estruturas semelhantes de participação feminina na força de trabalho dos dois países. Assim como no Brasil, o mercado de trabalho colombiano também é marcado por diferenças de salários entre homens e mulheres, pela precariedade e informalidade, com quase metade dos trabalhadores sem acesso a direitos trabalhistas (GALVIS, 2010; GARCÍA, J. I.; QUEVEDO; CRUZ, 2008).

A participação no mercado de trabalho das mulheres colombianas também se demonstra sensível ao contexto familiar. Na Colômbia, o número de crianças com menos de seis anos tem um efeito negativo e significativo sobre a probabilidade de participação no mercado de trabalho (CHARRY, 2003), mesmo resultado encontrado por Guiginski e Wajnman (2016), ao estudarem composição etária domiciliar e nível de acesso ao trabalho no Brasil.

Outro aspecto importante a se considerar é o trabalho doméstico remunerado, que representa a face complementar do trabalho doméstico não remunerado. Os dois países também partilham um contexto de peso significativo do emprego doméstico no mercado de trabalho, marcado pela baixa remuneração e alta concentração feminina⁷. Em 2011, segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho sobre a condição das empregadas domésticas ao redor do mundo, o salário médio nesse tipo de ocupação equivaleria a 46% do salário médio de todas as ocupações remuneradas na Colômbia e 41% no Brasil. Enquanto na maioria dos países de alta renda o percentual de mulheres que atuam no serviço doméstico é inferior a 4% de todas as ocupadas, Colômbia e Brasil concentram, nesse tipo de atividade, respectivamente, 13,0% e 17,0% das mulheres ocupadas (OIT, 2013).

⁶ 2017 The World Bank Group. International Labour Organization, ILOSTAT database, using World Bank population estimates. Labor data retrieved in March 2017.

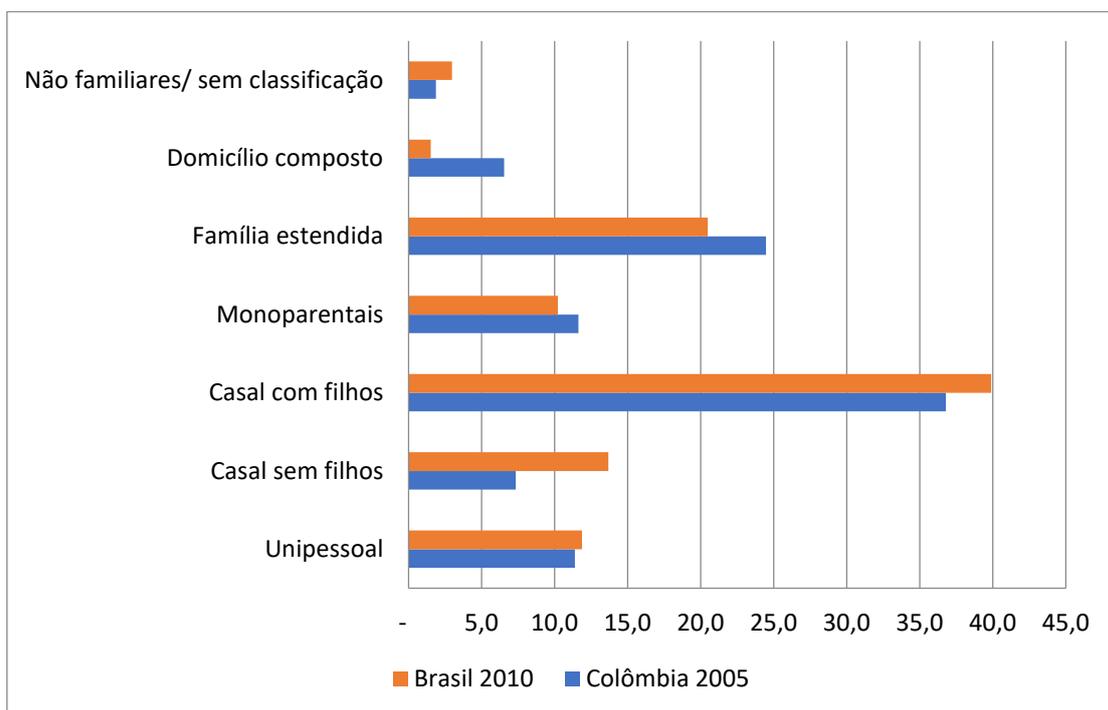
⁷ Uma especificidade é a presença do trabalho feminino infantil entre os empregos domésticos na Colômbia, associada à migração forçada, resultante dos conflitos armados (Escobar e Meertens, 1997).

Em ambos os casos, as mudanças na legislação, no sentido de igualar os direitos das empregadas domésticas aos demais trabalhadores, são recentes. Somente em 2016, na Colômbia, através do decreto da Lei 1788, passou a ser exigido o pagamento por parte dos empregadores de um subsídio para a inclusão das empregadas domésticas no sistema de seguridade social do país (VALENCIA; ZAPATA, 2017). No Brasil, esse mesmo direito foi alcançado pelas trabalhadoras do serviço doméstico em 2015, através da aprovação da Lei Complementar nº 150, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 72, que ficou conhecida como a PEC das Domésticas.

Os arranjos domiciliares também devem ser considerados quando se discute o trabalho doméstico não remunerado. Pineda (2005) descreve os traços que marcavam a família tradicional colombiana: os valores católicos, casamentos com ligação religiosa, estrutura patriarcal com a figura masculina associada à chefia dos domicílios, monogamia legal, aceitação maior da separação em detrimento de divórcios, regras estritas com relação a gênero. Os dois países vêm, ao longo das últimas décadas, experimentando mudanças semelhantes, que afetam as organizações familiares, como a crescente urbanização, avanço tecnológico, industrial e de serviços, aumento no uso de anticoncepcionais, separação entre sexualidade e reprodução, aumento nos níveis de escolaridade, crescente participação feminina no mercado de trabalho e diminuição da influência da religião católica sobre as comunidades (ÁNGEL, 1998; ITABORAÍ, 2015; PINEDA, 2005).

A tendência de redução do tamanho médio dos arranjos domiciliares, principalmente em decorrência da queda no número de filhos, está associada à redução das jornadas de afazeres domésticos. O Gráfico 2 apresenta a distribuição relativa dos domicílios segundo os tipos de domicílios no Brasil e na Colômbia, nos censos mais recentes dos dois países. Nos dois países, o contexto domiciliar é centrado nos núcleos familiares biparentais com filhos, que representam cerca de 40% dos domicílios, e nos arranjos estendidos, sendo que no Brasil o percentual de famílias estendidas era ligeiramente menor, 20,5% contra 24,5% na Colômbia.

GRÁFICO 2 - Distribuição relativa dos domicílios segundo os tipos de domicílios, Brasil e Colômbia



Fonte: elaboração própria a partir dos censos disponíveis no IPUMS

A Colômbia conta com uma pesquisa completa sobre o uso do tempo, a *Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT)*, desenvolvida pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) do país, cujo objetivo geral é gerar informações sobre o tempo dedicado a atividades de trabalho e pessoais de entrevistados com 10 anos ou mais de idade. O período de coleta das informações da pesquisa foi entre o mês de agosto de 2012 e o mês de julho de 2013. A metodologia utilizada foi a de perguntas sobre o tempo gasto em uma lista pré-estabelecida de atividades. Nesse tipo de questionário, as informações coletadas dependem de que os entrevistados se recordem do tempo gasto em cada uma das atividades listadas. No questionário aplicado, perguntou-se antes se o entrevistado realizou um determinado tipo de atividade e, então, indagou-se o tempo dedicado a essa atividade.

Um objetivo específico da pesquisa⁸, como destaca o próprio DANE, é de que a mesma forneça subsídios para a inclusão de formas de trabalho não remunerado no sistema de contas nacionais para garantir sua visibilidade, indo

⁸ Manual de Recolección y Conceptos Básicos. Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT) 2012/2013

de encontro aos objetivos dessa tese. O Quadro 3 apresenta as atividades sobre as quais se investigou o tempo gasto na ENUT 2012-2013.

Assim como feito anteriormente com os dados da PNAD, também se analisou o nível e a estrutura do tempo de trabalho doméstico não remunerado na Colômbia por idade e sexo. O trabalho doméstico não remunerado foi dividido em atividades de cuidados a moradores e demais afazeres domésticos. O Quadro 4 apresenta as atividades e as sub-atividades da pesquisa de uso do tempo colombiana que foram consideradas para estimar as horas diárias de trabalho doméstico não remunerado. As tarefas domésticas incluem preparo de refeições, manutenção de vestuário, limpeza e manutenção e administração do domicílio. No caso das atividades de cuidados, foram consideradas, de modo específico, as atividades de cuidados a menores de 5 anos e as atividades de apoio e cuidado aos demais moradores, independentemente da idade.

O Gráfico 3 apresenta o trabalho doméstico não remunerado desagregado em atividades de cuidado e demais atividades domésticas. Nota-se que o nível e a estrutura do tempo dedicado às atividades domésticas se distinguem daqueles encontrados no caso de cuidados. Nas atividades domésticas, o número de horas diárias no caso das mulheres cresce em um ritmo acelerado a partir dos 10 anos de idade e se mantem em patamares elevados, atingindo o ponto mais alto em torno dos 65 anos, onde as mulheres fazem, em média, 4,1 horas por dia. No caso do tempo dedicado ao cuidado de crianças, o pico é observado nas idades em que as mulheres têm maior probabilidade de ter filhos, entre os 20 e 30 anos. Nesse intervalo etário, as mulheres dedicam, em média, pelo menos uma hora por dia aos cuidados. No caso dos homens, observa-se menos oscilação ao longo do curso de vida, sendo que participação dos mesmos só atinge a média de uma hora diária de afazer doméstico a partir dos 60 anos.

QUADRO 2 – Conjunto de atividades coletadas na ENUT 2012-2013

Trabajo comprendido en el sistema de cuentas nacionales	Bienes y servicios para el mercado
	Autoconsumo, autoconstrucción y alquileres de viviendas ocupadas por sus propietarios y servicio doméstico remunerado
	Bienes y servicios producidos por el Gobierno y las Instituciones sin fines de lucro que sirven a los hogares
Trabajo no comprendido en el sistema de cuentas nacionales	Servicio doméstico y de cuidado no remunerado al propio hogar
	Trabajo voluntario directo:
	Servicio doméstico y de cuidado no remunerado para otros hogares y para la comunidad
	Trabajo voluntario indirecto:
Actividades personales	Servicios prestado a través de instituciones sin fines de lucro que sirven a los hogares
	Estudio, actividades sociales, culturales y deportivas

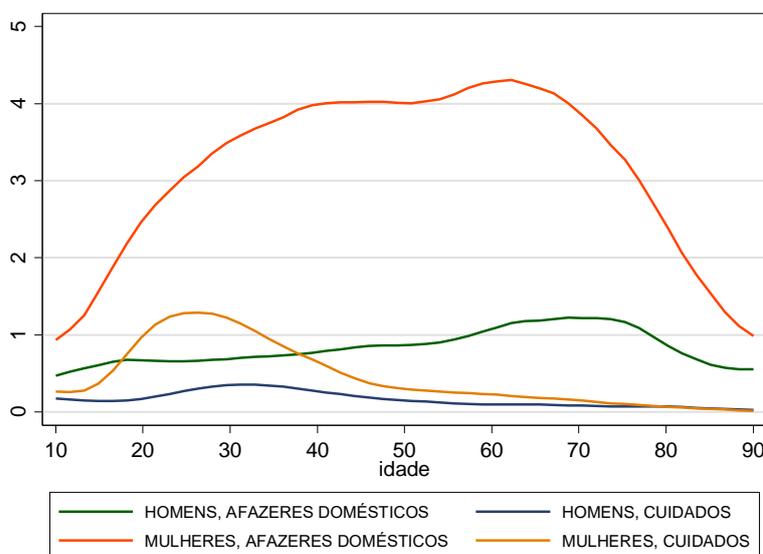
Fonte: Manual de Recolección y Conceptos Básicos. Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT) 2012/2013, p. 14

QUADRO 3– Atividades domésticas e de cuidados disponíveis na ENUT 2012/2013

	Actividades	Subactividades					
tarefas domésticas	Suministro de alimentos	1. Preparar y servir alimentos.	2. Levantar los platos o lavar la loza.	3. Llevarle la comida a personas del hogar al sitio de trabajo o estudio.			
	Mantenimiento de vestuario	1. Lavar, planchar o guardar la ropa de las personas del hogar	2. Reparar ropa, cobijas, maletas o calzado de las personas del hogar	3. Llevar o recoger ropa o zapatos de la lavandería o zapatería.			
	Limpieza y mantenimiento del hogar	1. Barrer, trapear, tender camas, sacudir el polvo, sacar la basura	2. Cuidar mascotas, cuidar el jardín, limpiar el vehículo	3. Traer combustible para uso del hogar diferente a leña	4. Reparar o hacer instalaciones en la vivienda	5. Reparar electrodomésticos, muebles o vehículos del hogar	6. Llevar a reparar electrodomésticos muebles o vehículos del hogar.
	Administración del hogar	1. Comprar artículos personales para el hogar	2. Comprar o reclamar medicamentos	3. Dirigir o supervisar actividades de trabajo doméstico en el hogar	4. Pagar facturas, poner o recoger encomiendas	5. Buscar vivienda para comprar o tomar en arriendo	6. Cobrar subsidios.
atividades de cuidado	Actividades con menores de 5 años	1. Jugar	2. Leer o contar cuentos	3. Llevar al parque.			
	Cuidado físico a miembros del hogar	1. Alimentar a una persona o ayudarle a hacerlo	2. Bañar o vestir a una persona o ayudarle a hacerlo	3. Suministrar medicamentos, hacer terapias o dar tratamiento a enfermedades.			
	Apoyo a miembros del hogar	1. Ayudar con tareas o trabajos escolares.	2. Acompañar a citas médicas, odontológicas, urgencias, terapias u otras atenciones en salud	3. Llevar o traer a personas del hogar al sitio de estudio, trabajo o a eventos culturales deportivos o recreativos			

Fonte: Manual de Recolección y Conceptos Básicos. Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT) 2012/2013

GRÁFICO 3 - Número médio de horas de cuidado e demais atividades domésticas por idade e sexo. Colômbia, 2012-2013

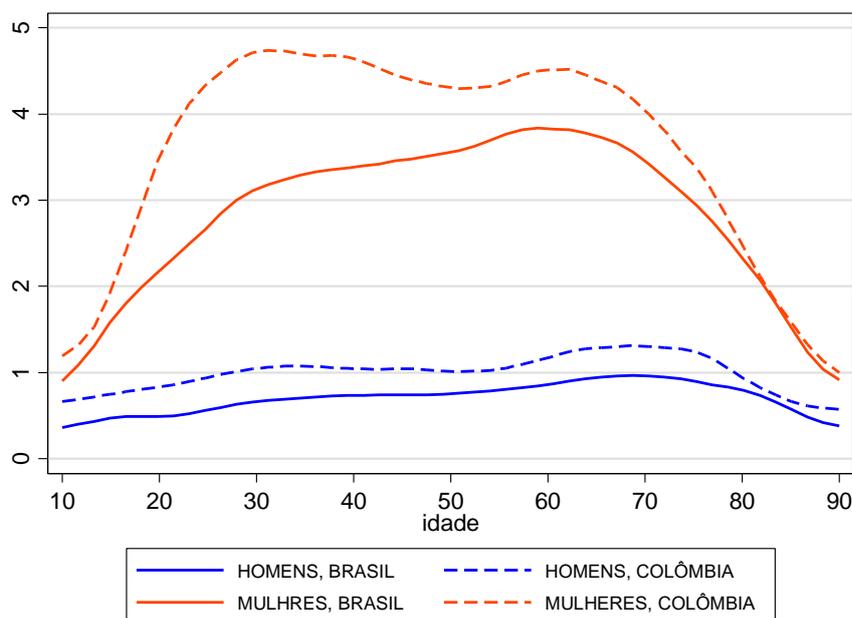


Fonte: elaborado a partir da ENUT 2012/2013

O Gráfico 4 apresenta o número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado por faixa etária e sexo para o Brasil e a Colômbia. No caso colombiano, o número de horas de trabalho doméstico não remunerado é a soma do tempo dedicado às atividades domésticas e o tempo dedicado ao cuidado de crianças. No caso brasileiro, a própria variável de número de horas dedicadas ao afazeres domésticos, que, segundo o manual do entrevistador, deveria contabilizar também as horas com cuidado e representar as horas de trabalho doméstico não remunerado.

Existem diferenças tanto em relação ao padrão quanto em relação ao nível de trabalho doméstico dos dois países. Em todas as idades, o tempo médio observado no Brasil é menor do que o observado na Colômbia. Tendo em vista a limitação do dado brasileiro, acreditamos que essa diferença se deva, em partes, ao tipo de pergunta feita no Brasil. Além disso, uma importante diferença é observada na estrutura, já que não se nota aumento no trabalho doméstico no Brasil no intervalo etário onde as mulheres têm mais chances de cuidarem de crianças no domicílio. A subdeclaração de horas de trabalho doméstico no caso das mulheres brasileiras, tomando por base as informações da Colômbia, parece estar concentrada nas idades de 20 a 40 anos. Já no caso dos homens, o sub-registro é estável ao longo de todas as idades.

GRÁFICO 4 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado por idade e sexo. Brasil e Colômbia

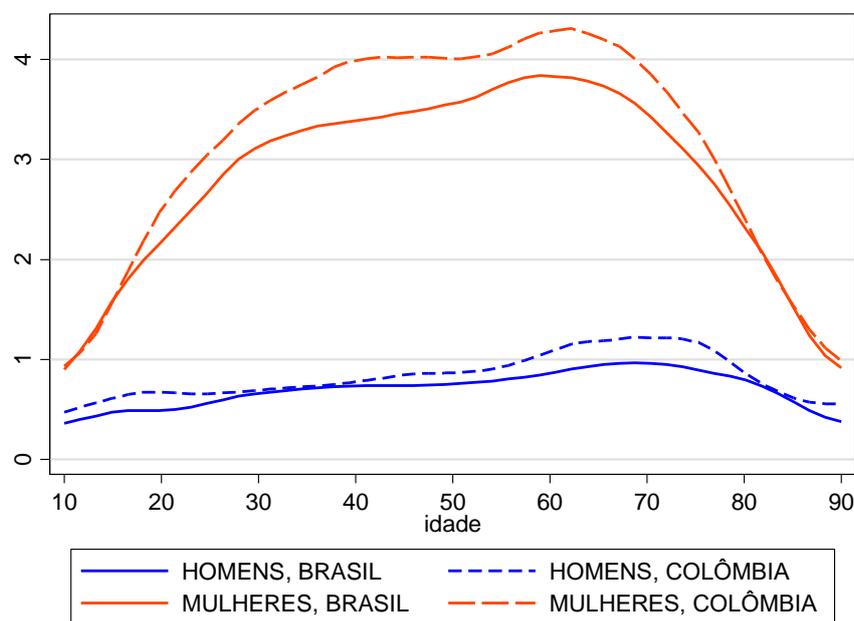


Fonte: elaborado a partir da ENUT 2012/2013 e PNAD/2013

Para entender essas diferenças, apresenta-se o Gráfico 5, que compara as horas de atividades domésticas da Colômbia, exclusive os cuidados, com as horas de trabalho doméstico coletadas no caso brasileiro. A partir do Gráfico 5 é possível notar que, embora a informação da PNAD tenha tido o objetivo de captar tanto as horas de atividades domésticas quanto as horas de cuidados, o padrão observado é muito semelhante ao encontrado quando se considera apenas as atividades domésticas na Colômbia, excluindo-se as horas dedicadas aos cuidados.

Com base nos resultados apresentados nos Gráficos 4 e 5, é possível afirmar que a subdeclaração de horas de trabalho doméstico no caso brasileiro, tomando por base as informações da Colômbia, parece estar associada a uma falha na declaração das horas de cuidado. Cabe lembrar que a própria pergunta da PNAD levaria a subdeclaração das horas de cuidado, uma vez que indaga aos entrevistados o número de horas que dedicavam por semana às atividades domésticas, deixando margem para que as pessoas não incluíssem o cuidado de crianças.

GRÁFICO 5 - Número médio de horas de atividades domésticas na Colômbia (exclusive cuidados) e de horas de trabalho doméstico não remunerado no Brasil por idade e sexo



Fonte: elaborado a partir da ENUT 2012/2013 e PNAD/2013

3.2 O método proposto

Para melhorar as estimativas de trabalho doméstico obtidas através da PNAD, propõe-se um método de correção que combinará dois tipos de instrumentos. Alguns estudos já foram feitos no sentido de ajustar estimativas de perguntas estilizadas, adotando a combinação de diferentes fontes de informação e diferentes instrumentos através de imputação (BORRA; SEVILLA; GERSHUNY, 2013; GERSHUNY, 2003; KAN; PUDNEY, 2008). Nesses trabalhos, os autores dispunham de pesquisas aplicadas no mesmo contexto, apenas com diferenças no tamanho das amostras, já que as pesquisas de uso do tempo tendem a ser feitas em amostras menores do que as pesquisas que utilizam perguntas estilizadas para captar o tempo de trabalho doméstico. No caso brasileiro, as pesquisas listadas na revisão da literatura apresentam algumas limitações para que o mesmo pudesse ser feito, entre elas, a não disponibilização das bases de dados, o caráter local ou mesmo a defasagem no tempo, considerando as pesquisas da década de 1990.

Para a correção dos dados brasileiros, propõe-se uma padronização indireta, um método demográfico comumente aplicado para a correção de taxas de mortalidade. A padronização indireta permite que seja estimada a função completa por idade para casos em que há insuficiência de dados ou dados de baixa qualidade. Nesse método, é necessário tomar de outra população uma função de distribuição por idade e supor que a população sobre a qual se desconhece o padrão correto segue essa mesma estrutura. Na padronização indireta o pressuposto é em relação ao formato da curva e não em relação ao nível (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998). Embora seja comumente utilizado para corrigir informações de mortalidade, a aplicação do método pode se estender para outros casos em que se tenha limitações para estimar funções por idade.

A partir da comparação entre as informações da PNAD 2013 e a ENUT 2012/2013, foi possível estabelecer um primeiro pressuposto para a correção da informação de trabalho doméstico não remunerado no Brasil. O primeiro pressuposto é de que os entrevistados tendem a reportar melhor o tempo de trabalho doméstico de atividades que não envolvem cuidado. Assim, à informação de afazeres domésticos coletada na PNAD, deveria ser adicionada a carga de cuidados, que teria sido subestimada pela própria metodologia da pesquisa.

Para a correção dos dados brasileiros, é necessário estimar qual seria a carga de cuidados que teria sido subdeclarada a partir do nível de horas de atividades domésticas já declarado. Na análise dos dados da Colômbia foi possível observar que as horas de atividades domésticas e as horas dedicadas aos cuidados de moradores guardam relação entre si. Essa relação é esperada uma vez que a existência de moradores dependentes de cuidados provavelmente implica em um aumento na demanda por outras atividades domésticas dentro do domicílio. Uma análise do coeficiente de correlação de Pearson demonstrou que existe uma relação linear positiva e significativa entre horas de atividades domésticas e horas dedicadas aos cuidados ($p=0,2251$, $p\text{-valor}<0,001$).

Utilizando o método de padronização indireta, “toma-se emprestada”, dos dados da Colômbia, a relação existente entre o número de horas de cuidado e o número de horas dedicadas às demais atividades domésticas. Estimou-se uma razão $K_{i,j,l,m,n}^{COL}$ que representa o número médio de horas diárias de cuidado realizadas para cada hora de demais atividades domésticas feitas. A razão k foi estimada considerando um conjunto de variáveis sociodemográficas que estão relacionadas de modo direto ao tempo gasto no trabalho doméstico⁹.

$$K_{i,j,l,m,n}^{COL} = \frac{\text{horas cuidado}_{i,j,l,m,n}^{COL}}{\text{horas demais afazeres}_{i,j,l,m,n}^{COL}} \quad (\text{equação 1})$$

Onde:

i : sexo do respondente

j : idade do respondente

l : idade da criança mais nova no domicílio

m : status ocupacional do respondente

n : situação censitária do domicílio de residência (urbano ou rural).

Essa razão foi estimada para o caso colombiano, e, posteriormente, utilizada para o ajuste dos dados brasileiros, para estimar o número diário de horas de cuidados esperado com base no mesmo conjunto de variáveis sociodemográficas utilizadas na estimativa da razão k na Colômbia¹⁰. A estimativa das horas de cuidado foi feita com base na equação 2:

$$\text{horas cuidado}_{i,j,l,m,n}^{BRA} = K_{i,j,l,m,n}^{COL} * \text{horas demais afazeres}_{i,j,l,m,n}^{BRA} \quad (\text{equação 2})$$

Uma vez estimadas as razões para o conjunto de variáveis sociodemográficas escolhidas, foi feita uma avaliação da distribuição desses valores, para verificar a existência de pontos atípicos, que poderiam influenciar os resultados. A regra

⁹ Para o cálculo da razão k , foi utilizada a base de dados agregada segundo as variáveis sociodemográficas escolhidas. Foi necessário utilizar como último grupo etário o intervalo de 70 anos ou mais, porque ao considerar um grupo amplo de variáveis, os valores encontrados apresentaram muitas oscilações.

¹⁰ Não foram incluídas, no cálculo da razão k , as observações com valores de tempo de cuidado e de atividades domésticas classificados como *outliers*. Essas observações representam 0,94% das declarações no caso de atividades domésticas e 1,22% no caso de cuidados.

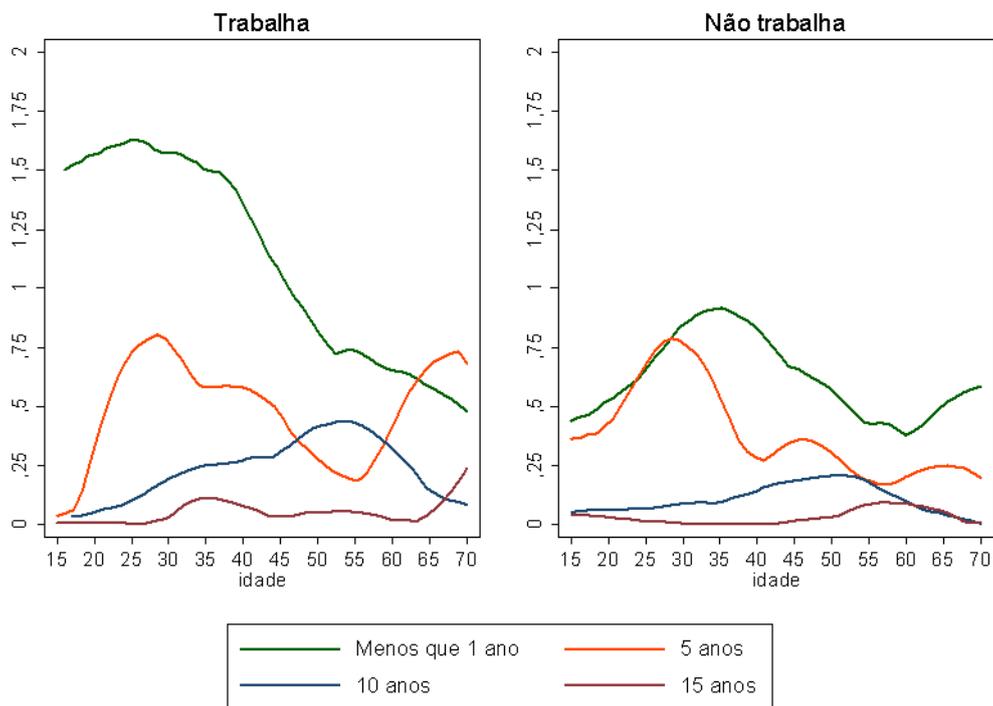
de classificação de um valor de k como atípico foi a distância interquartilica. Os casos classificados como atípicos foram reestimados através de um modelo de regressão linear generalizado, com função de ligação identidade e família exponencial gaussiana (adequada para variável contínua e positiva), sendo usadas como variáveis explicativas as próprias variáveis selecionadas no cálculo da razão k (equação 1).

3.3 Resultados do método proposto

Os Gráficos 6 e 7 apresentam o comportamento da razão k estimada para homens e mulheres residentes em área urbana, segundo algumas idades selecionadas da criança mais nova no domicílio. Os valores de k , ou seja, a média de horas de cuidados para cada hora de atividade doméstica, é maior em domicílios onde a criança mais nova tem menos de um ano de idade. Esse resultado era esperado, uma vez que quanto mais novas, mais demandantes de cuidados as crianças tendem a ser.

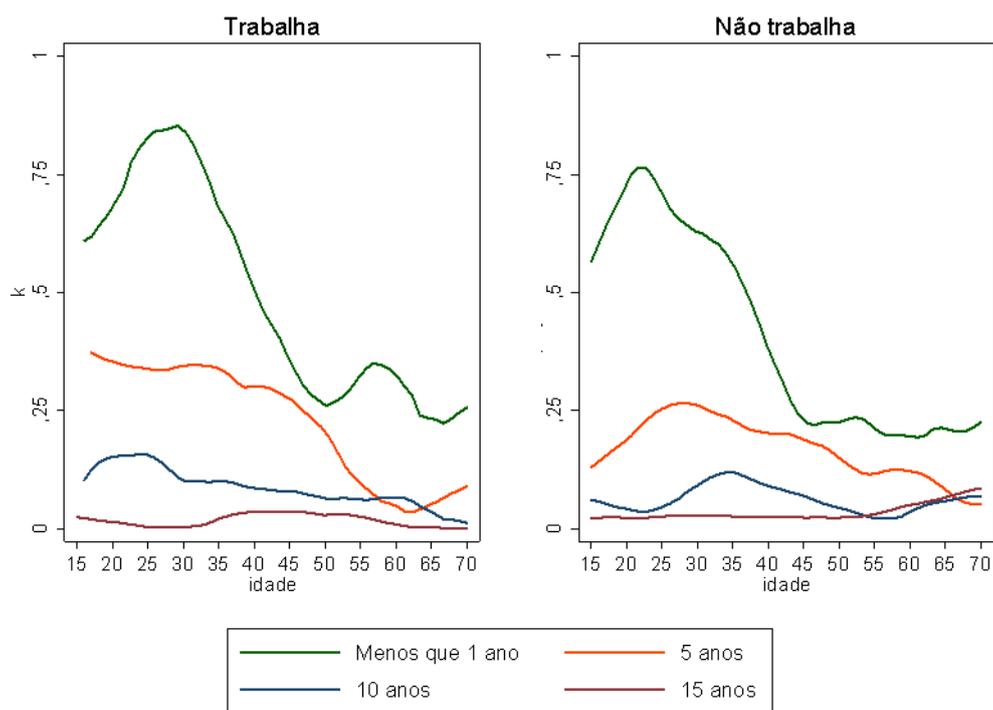
No caso dos homens, os valores de k são mais altos quando os mesmos trabalham. Por exemplo, um homem de 30 anos que trabalha e que tem no domicílio uma criança com menos de um ano de idade faz, em média, 1,5 horas de cuidado para cada hora de atividade doméstica. Para mulheres com as mesmas características, o valor encontrado é de 0,75 hora de cuidado para cada hora de atividade doméstica. Deve-se ter em mente que essa razão apenas indica a relação entre as horas dedicadas aos dois tipos de atividades domésticas. Mesmo que os valores dessa razão sejam maiores entre os homens, os mesmos estão associados a valores de horas de atividades domésticas muito menores em relação às horas das mulheres.

GRÁFICO 6 - Estimativa da razão k por idade, segundo status de ocupação e idade da criança mais nova no domicílio. Homens, Colômbia 2012-2013



Fonte: elaborado a partir da ENUT 2012/2013

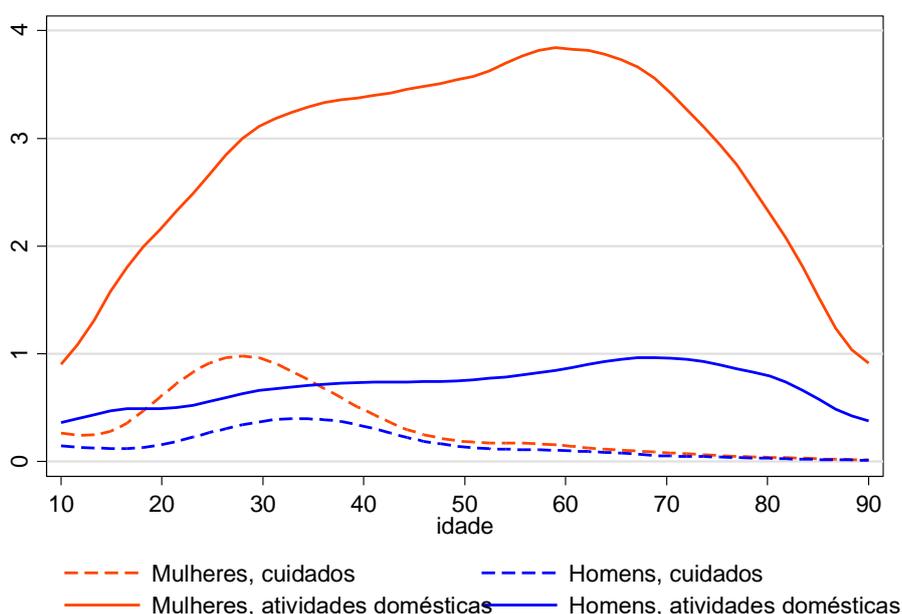
GRÁFICO 7 - Estimativa da razão k por idade, segundo status de ocupação e idade da criança mais nova no domicílio. Mulheres, Colômbia 2012-2013



Fonte: elaborado a partir da ENUT 2012/2013

O Gráfico 8, por sua vez, apresenta o número médio de horas de cuidados, estimadas através da padronização indireta proposta e as horas de atividades domésticas, que, por pressuposto do método empregado, seriam as horas já captadas pela PNAD. As horas médias de cuidados por dia, no caso das mulheres, são mais altas entre as idades de 20 a 40 anos, atingindo cerca de uma hora para mulheres com idades entre 25 e 30 anos. No caso dos homens, o aumento também é observado entre essas idades, entretanto, em um nível relativamente mais baixo. Com relação às atividades domésticas, observa-se que, no caso das mulheres, a curva é crescente até os 60 anos, atingindo a média de quase quatro horas por dia, tornando-se decrescente após essa idade. Entre os homens, verifica-se uma estabilidade das horas de atividades domésticas ao longo das idades, atingindo o pico ao redor dos 70 anos de idade, em cerca de uma hora em média por dia.

GRÁFICO 8 - Número médio de horas de cuidado e demais atividades domésticas idade e sexo. Brasil, 2013

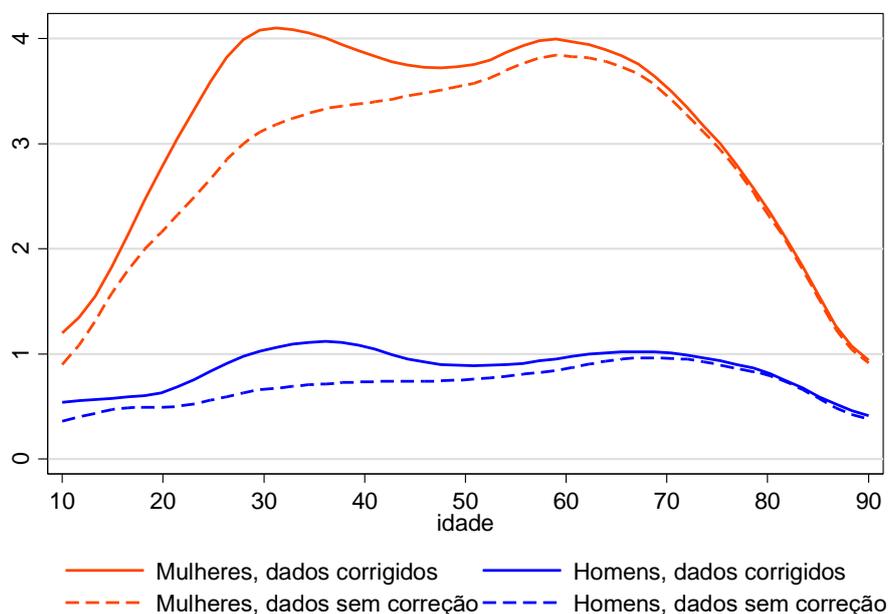


Fonte: elaborado a partir da PNAD/2013

A comparação entre o número de horas de trabalho doméstico captada na PNAD e o número de horas estimado após a correção é apresentada no Gráfico 9. Com a inclusão das horas de cuidados, o padrão da curva de horas de trabalho doméstico do Brasil passa a se assemelhar àquele encontrado em

outros países da América Latina e também da Europa¹¹. Esse padrão é marcado, segundo a literatura, por dois picos de produção de trabalho doméstico entre as mulheres, que acontecem ao redor dos 30 anos e novamente ao redor dos 60 anos. E, para os homens, os dois momentos de relativa maior participação nas atividades domésticas ocorreriam ao redor dos 35 e dos 70 anos.

GRÁFICO 9 – Número médio de horas de trabalho doméstico por idade e sexo antes e após a correção dos dados. Brasil, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD/2013

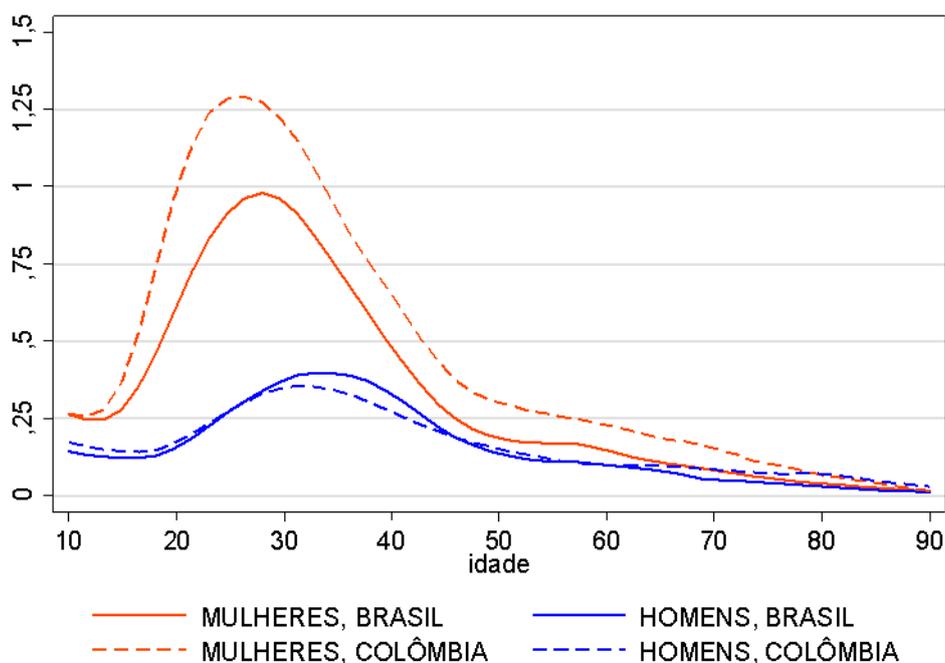
Já na comparação entre os dois países, após a correção, nota-se que as horas dedicadas ao cuidado de filhos estimadas para o Brasil são menores do que as encontradas na Colômbia (Gráfico 10). Isso acontece porque a razão k estimada a partir dos dados da Colômbia foi aplicada sobre um nível de horas de atividades domésticas do Brasil que era menor do que o observado na Colômbia (Gráfico 5). Os dois países apresentam medidas de idade média ao primeiro filho semelhantes, 21,4 anos na Colômbia e 22,0 no Brasil¹². Esse

¹¹ Varga et al 2017, Jiménez-Fontana 2017, Lara e Bucheli 2016

¹² CIA World Factbook, UNICEF

resultado pode estar associado ao pico no número de horas de cuidados de filhos ser apenas ligeiramente mais tardio no Brasil.

GRÁFICO 10 - Número médio de horas de cuidados por idade e sexo. Brasil 2013 e Colômbia 2012-2013



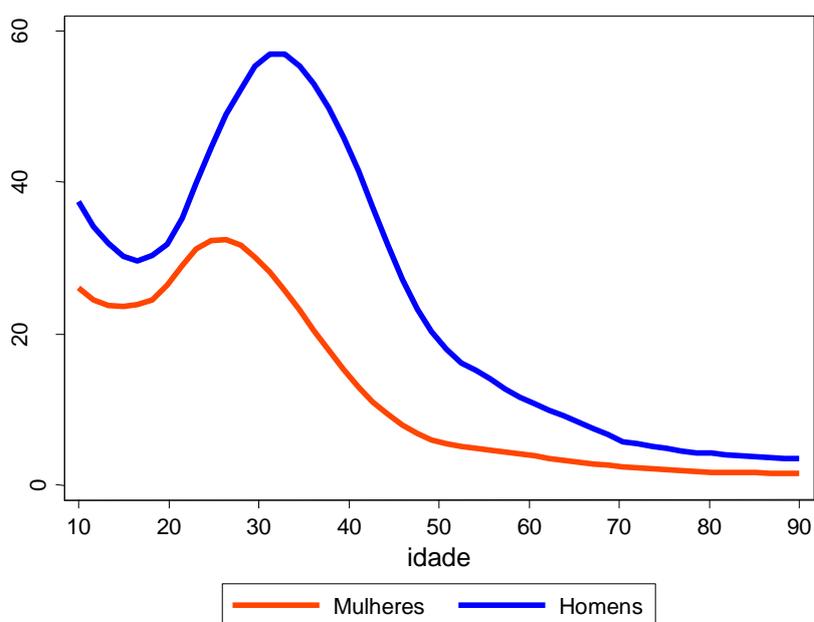
Fonte: elaborado a partir da ENUT 2012/2013 e PNAD/2013

O Gráfico 11 traz o percentual de correção das horas de atividades domésticas captadas na PNAD segundo o método proposto. A subestimação de trabalho doméstico é concentrada nas idades de 20 a 40 anos, justamente quando as mulheres estabelecem sua participação no mercado de trabalho, afetando as análises já feitas com os dados da PNAD. A carga de trabalho doméstico de uma mulher de 25 anos deveria ser 30% maior do que o valor captado na pesquisa. O percentual de correção é maior entre os homens, porque, como os valores da razão k estimadas para a Colômbia já haviam demonstrado, os homens tendem a realizar proporcionalmente mais horas de atividades de cuidados de filhos para cada hora de atividades domésticas gerais. Esse resultado pode estar associado ao fato de o cuidado com filhos ser percebido de modo diferente dos demais trabalhos domésticos. O tempo dedicado ao cuidado dos filhos pode ser entendido também como investimento na “qualidade” dos filhos, que poderão se tornar adultos mais produtivos (GURYAN; HURST; KEARNEY, 2008). E mesmo quando se consideram

apenas as atividades de cuidados dos filhos, os tipos desempenhados por homens e mulheres também são diferentes. As mães gastam proporcionalmente mais tempo em atividades rotineiras do cuidado de crianças, enquanto os pais gastam proporcionalmente mais tempo em atividades de ensino ou recreação (BRYANT; ZICK, 1996; PLECK; MASCIADRELLI, 2004).

Embora o valor do percentual de correção dos homens seja maior, o mesmo é aplicado sobre um número menor de horas de atividade doméstica, resultando em uma carga ainda muito menor do que das mulheres. Isso significa que, mesmo após a correção, o tempo médio de trabalho doméstico não remunerado das mulheres continuará excedendo o tempo médio dos homens.

GRÁFICO 11 – Percentual de correção das horas de trabalho doméstico por idade e sexo. Brasil, 2013

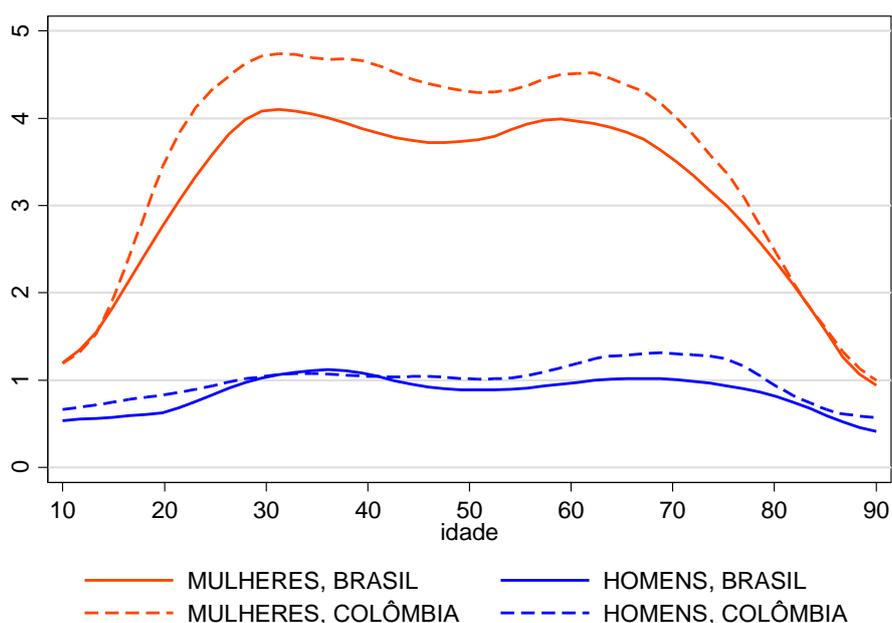


Fonte: elaborado a partir da PNAD/2013

No Gráfico 12 é possível ver a comparação das horas de trabalho doméstico (afazeres mais cuidados) entre Brasil e Colômbia, após a correção dos dados brasileiros. Os padrões das curvas para ambos os sexos são muito semelhantes, como resultado do método de padronização proposto, já que se tomou emprestada da Colômbia a estrutura etária da relação entre cuidados e demais atividades domésticas. Com relação ao nível das curvas, a média de horas de trabalho doméstico no Brasil, mesmo após a correção, ainda é menor.

Contudo, há que se considerar que o método de padronização empregado não visa igualar o nível das duas populações analisadas. As especificidades do contexto brasileiro são mantidas, mesmo após a correção que se baseou em medidas obtidas nos dados da Colômbia. A diferença persistente entre o nível das duas curvas pode estar associada a dois fatores. O primeiro deles é o fato de o Brasil apresentar um contingente maior da força de trabalho feminina na ocupação de serviços domésticos (17% contra 14% na Colômbia), o que pode refletir sobre as jornadas médias observadas no país, uma vez que há mais contratação de empregadas domésticas. O segundo fator é que as curvas refletem uma média da população dos dois países, podendo, portanto, ser afetada pela composição das mesmas. Na Colômbia, o percentual da população residente em área rural é de 23%. Nessa área, as mulheres têm uma jornada de trabalho doméstico não remunerado 25% maior em comparação com as mulheres de áreas urbanas. No Brasil, o percentual de população rural é de apenas 14%. Assim, o simples fato de haver uma participação relativa maior na população da Colômbia de um subgrupo que faz mais trabalho doméstico já seria suficiente para que a média observada nesse país fosse maior do que a observada no Brasil.

GRÁFICO 12 – Número médio de horas de trabalho doméstico por idade e sexo. Brasil, dados corrigidos, 2013 e Colômbia 2012/2013



Fonte: elaborado a partir da ENUT 2012/2013 e PNAD/2013

Os resultados discutidos até aqui indicam que, embora os dados brasileiros possam apresentar uma subnotificação nas horas de trabalho doméstico declaradas, é possível aplicar uma correção que leva ao ajuste não apenas da estrutura como também do nível da curva. Ainda no intuito de entender a qualidade do ajuste proposto, analisamos os dados da PNAD Contínua (PNADC).

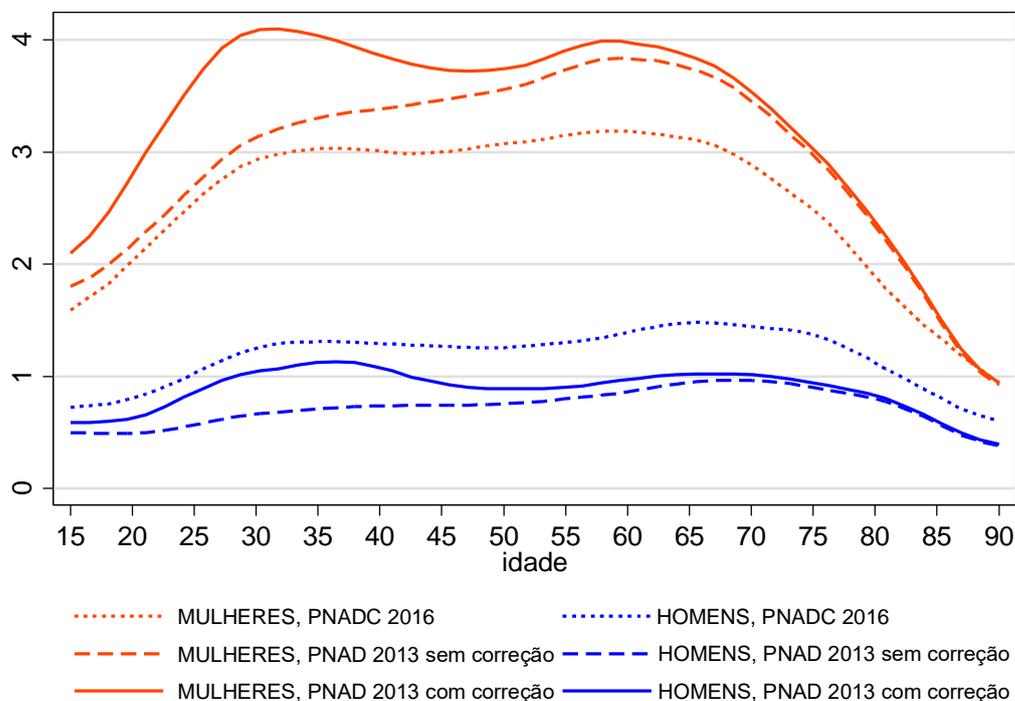
O Gráfico 13 apresenta um comparativo das horas médias de trabalho doméstico diário na PNAD 2013, antes e após a correção proposta, e na PNADC 2016¹³. Na PNADC, perguntou-se, de modo explícito, sobre cuidado com crianças. Enquanto a pergunta da PNAD anual era apenas “número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos”, onde o entrevistado poderia deixar de reportar o tempo dedicado ao cuidado de crianças, na PNADC era necessário primeiro responder a pergunta: “realizou tarefas de cuidados a moradores deste domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais?” e ainda, detalhar quais tipos de atividades de cuidados tinha realizado, como cuidados pessoais, atividades educacionais, leitura, brincadeiras, jogos, monitoria ou companhia, transportar até a escola ou serviço de saúde. Somente depois de responder se realizou todas essas atividades e, também, se realizou as demais atividades domésticas, é que o entrevistado deveria reportar “qual foi o total de horas que dedicou às atividades de cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos”. O fato de mencionar claramente o cuidado como um tipo de trabalho doméstico é provavelmente a explicação para a proximidade da estrutura da curva etária obtida na PNADC com aquela observada nos demais países com pesquisas de uso do tempo completas.

Comparando as curvas, é possível confirmar que a proposta de correção aproxima os dados do padrão esperado, com dois momentos no curso de vida em que a produção de trabalho doméstico é ligeiramente mais alta. Se por um lado a PNADC 2016 apresenta a estrutura esperada para a curva de produção doméstica feminina, por outro, apresenta um nível aquém do que já havia sido observado nas PNADs anteriores, mesmo antes da correção. Para os homens,

¹³ Foi feita uma análise para verificar se havia diferenças nas amostras das duas pesquisas que pudesse justificar as diferenças encontradas. Essa comparação é apresentada nos anexos. Nenhuma diferença significativa foi encontrada.

o resultado é diferente. Ao listar uma série ampla de afazeres domésticos, inclusive aqueles normalmente assumidos pelos homens, a PNADC passou a captar mais trabalho doméstico masculino do que a PNAD anual.

GRÁFICO 13 - Número médio de horas de trabalho doméstico diário por idade e sexo. PNAD 2013 e PNADC 2016.



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013 e PNADC 2016.

Uma pergunta que permanece é por que, mesmo detalhando as tarefas domésticas, as mulheres continuam declarando uma carga de trabalho doméstico tão menor do que a encontrada na literatura e menor inclusive que a própria série histórica da PNAD anual. É difícil precisar o processo cognitivo e as interpretações das entrevistadas que levaram a esse resultado. Uma hipótese que poderia ser levantada para explicar essa diferença é que, tendo em vista o elevado percentual de participação das mulheres em praticamente todas as atividades domésticas listadas, a sensação de simultaneidade na realização dessas tarefas tenha feito com que elas subestimassem o tempo dedicado a todas elas.

Como a revisão da literatura já havia mencionado, as perguntas estilizadas apresentam potencial de subestimação do trabalho doméstico e mesmo com a

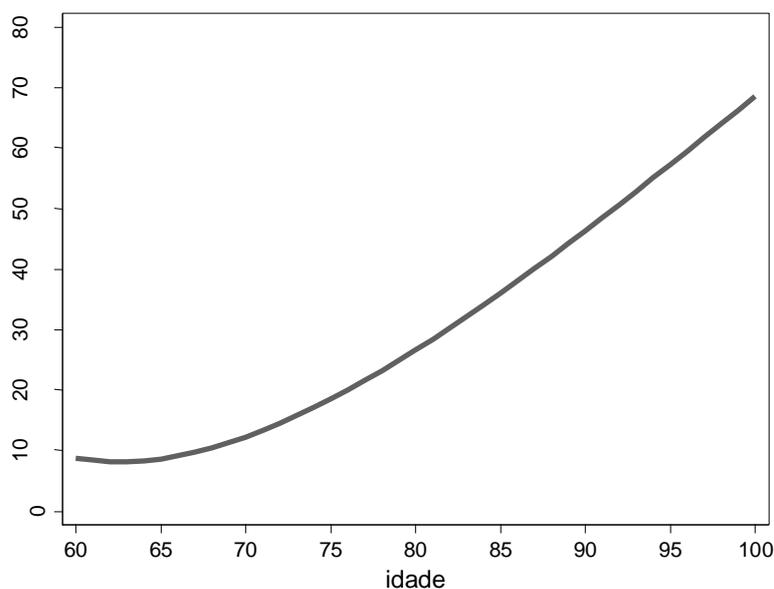
alteração feita na metodologia de coleta, a informação segue apresentando limitações. Reforça-se, com esses resultados, a necessidade de se aprofundar, em um segundo momento, no conjunto de questões que a nova PNAD trouxe. Cabe, futuramente, analisar as combinações mais frequentes das 14 atividades listadas juntamente com o tempo declarado, para melhor entender os efeitos da mudança na metodologia.

Ressalta-se ainda que os dados de trabalho doméstico da PNADC não podem ser desagregados em cuidados e demais atividades domésticas, o que impossibilitaria as estimativas de consumo, que, como se descreverá adiante, devem pelo menos desagregar o cuidado de crianças das demais atividades domésticas, uma vez que apenas crianças deveriam consumir cuidado.

Uma vez apresentadas as potencialidades do método proposto, é necessário também discutir suas limitações. O método foi capaz apenas de corrigir o sub-registro na PNAD anual do tempo de cuidado de crianças, identificado através da comparação entre as curvas por idade do Brasil e da Colômbia. Uma limitação dessa proposta, entretanto, é a questão do cuidado de idosos, que é mais complexa e, por isso mesmo, mais difícil de ser resolvida. A ENUT considera três grandes grupos de atividades de cuidados: 1) atividades com menores de 5 anos, 2) cuidado físico a membros do domicílio e 3) apoio a membros do domicílio. Entretanto, ao menos duas dificuldades são encontradas para identificar a sub-enumeração de horas de cuidados de moradores idosos a partir desses dados. A primeira dificuldade é que, ao contrário do que acontece com as horas dedicadas ao cuidado dos filhos, é difícil precisar, nas curvas por idade, em qual momento do curso de vida poderia estar localizado o sub-registro do tempo dedicado ao cuidado de idosos. A segunda é que, ao contrário do que ocorre com as crianças, não é possível pressupor que a presença de idosos implique necessariamente em demanda por cuidados. Com relação a isso, uma possibilidade seria analisar o uso do tempo em domicílios com idosos em diferentes condições de saúde. Ocorre que as pesquisas de uso do tempo raramente são combinadas com informações de saúde, que poderiam lançar luz sobre as demandas por esse tipo de cuidado.

Para dimensionar o efeito da limitação do método proposto, lança-se mão do suplemento de saúde da PNAD de 2008. Nessa fonte de dados é possível utilizar uma *proxy* para identificar a relação entre a demanda por cuidado e a idade. Pode-se considerar, por exemplo, como potencialmente demandante de cuidados no domicílio o idoso que tenha respondido “Não consegue”, “Tem grande dificuldade” ou “Tem pequena dificuldade” ao quesito “normalmente, por problema de saúde, tem dificuldade para alimentar-se, tomar banho ou ir ao banheiro, seja essa dificuldade pequena, grande ou totalmente incapacitante” (PNAD 2008). A relação entre demandas por cuidado e idade é apresentada no Gráfico 14. Nota-se, que ao redor dos 80 anos de idade, cerca de 25% dos idosos poderiam ser classificados como potencialmente demandantes. A partir dos 90 anos, pelo menos 50% dos idosos seriam potencialmente demandantes.

GRÁFICO 14 – Percentual de idosos potencialmente demandantes de cuidados no domicílio segundo a idade



Fonte: PNAD 2008, elaboração própria

Embora o cuidado de idosos represente uma série de desafios para as famílias que têm que lidar com essa situação, o percentual de domicílios onde isso ocorre ainda é relativamente baixo. Em 2008, no Brasil, apenas 5,15% dos domicílios possuíam algum idoso potencialmente demandante de cuidados, enquanto 54,48% possuíam crianças ou adolescentes (moradores com menos

de 18 anos). Em um primeiro momento, esse pequeno percentual de domicílios não afeta de modo significativo as estimativas que serão feitas. Entretanto, tendo em vistas as tendências de aumento na expectativa de vida dos idosos, essa situação tende a se tornar cada vez mais comum, gerando uma demanda crescente por pesquisas que avaliem com mais detalhes essa questão.

4 O trabalho doméstico não remunerado na perspectiva do consumo e da transferência

Apesar de ser importante para se conhecer a produção de trabalho doméstico, o uso apenas dos tempos individuais dedicados ao trabalho doméstico oferece uma imagem limitada sobre a dinâmica desse tipo de atividade, já que ignora o fato de que a quantidade de trabalho doméstico feita pelo indivíduo tem interdependência com os tempos de trabalho doméstico dos demais moradores. Algumas tarefas só precisam ser feitas uma vez dentro de um intervalo de tempo, como refeições, compras e alguns tipos de limpeza. Assim, se um morador já fez tal trabalho, outro morador não terá que dedicar tempo a esse tipo de atividade naquele período. Analisar apenas o tempo individual de trabalho doméstico também ignora o fato de que parte do trabalho que a pessoa realizou também foi em benefício próprio.

Para entender a dinâmica do trabalho doméstico nos domicílios e a alocação desse tipo de recurso, é necessário investigar as transferências de tempo realizadas entre os moradores. O termo transferência de tempo é utilizado para definir a quantidade de horas, sejam elas diárias ou semanais, que um indivíduo cede do seu próprio orçamento de tempo para realizar atividades das quais outros indivíduos irão se beneficiar. No cálculo da transferência do tempo tem-se, de um lado, o que os indivíduos produzem em termos de trabalho doméstico e, de outro, o que os indivíduos consomem desse tipo de trabalho (DONEHOWER, 2014; VARGHA *et al.*, 2017) .

Para medir a transferência de tempo é necessário identificar a quantidade individual produzida de trabalho doméstico e a quantidade individual consumida de todo o trabalho doméstico produzido pelos moradores do domicílio. A produção foi estimada como descrito no Capítulo 2. Para definir quanto cada morador consumiu dos serviços feitos no domicílio, seguiu-se a metodologia desenvolvida pelo projeto internacional *Counting Women's Work*¹⁴, cujo objetivo principal é incorporar a perspectiva de gênero ao incluir o uso do tempo nas contas nacionais de transferência. Assume-se que todos os

¹⁴ <http://www.cww-dpru.uct.ac.za>

moradores se beneficiam das atividades domésticas gerais e que apenas um grupo específico de moradores se beneficia das atividades de cuidado (DONEYOWER, 2014).

4.1 Estimativa dos perfis de consumo de trabalho doméstico não remunerado

Para distribuir os serviços de cuidados não remunerados realizados no domicílio, deve-se considerar a idade dos moradores que receberam. Crianças em diferentes idades têm demandas diferenciadas em termos de cuidados, sendo a demanda mais acentuada nos primeiros anos de vida, principalmente naqueles que precedem a entrada na escola (ANXO *et al.*, 2011; ZAGHENI *et al.*, 2014). Por esse motivo, as idades das crianças foram divididas em 0 a 3 anos; 4 a 6 anos e 7 a 17 anos¹⁵. Estimou-se, então, o número médio de horas de cuidados observadas nos domicílios com crianças em cada uma dessas faixas etárias, conforme apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 – Número médio de horas de cuidado observado em domicílios segundo a faixa etária das crianças presentes

Faixa etária	Número médio de horas cuidado	Escala de equivalência	
		0 a 3 anos referênci	4 a 6 anos referênci
0 a 3 anos	3,715	1,000	
4 a 6 anos	1,688	0,454	1,000
7 a 17 anos	0,309	0,083	0,183

Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013

A partir dessa estimativa, é possível calcular uma escala de equivalência, que definirá os pesos a serem utilizados na distribuição do consumo de horas de cuidado conforme a composição do arranjo domiciliar. Por exemplo, em um domicílio com crianças 4 a 6 anos observa-se, em média, 1,688 horas de cuidado. Esse valor é 0,454 vezes o valor observado em um domicílio que possui apenas crianças de 0 a 3 anos de idade. Assim, em um domicílio

¹⁵ O tempo médio de trabalho doméstico em domicílios com crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos não varia consideravelmente e, por esse motivo, optou-se por utilizar esse grupo agregado. Apesar da grande heterogeneidade deste grupo em termos das demandas específicas de cuidados, o fato de estarem todos em idade escolar restringe o tempo de cuidado exigido, o que explicaria a homogeneidade em termos de número médio de horas despendidas.

formado por crianças com idades entre 0 e 3 anos e entre 4 e 6 anos, a parcela de tempo de cuidado consumido pelas crianças de 4 a 6 anos deverá ser 0,454 vezes a parcela de tempo atribuída às crianças de 0 a 3 anos.

No caso de existir mais de uma criança em cada grupo etário, a opção adotada foi distribuir o consumo de cuidado igualmente entre elas. Então se, por exemplo, um domicílio possuir duas crianças com idades entre 0 e 3 anos, o tempo consumido por cada uma delas será metade do tempo que se atribuiria a uma única criança de 0 a 3 anos.

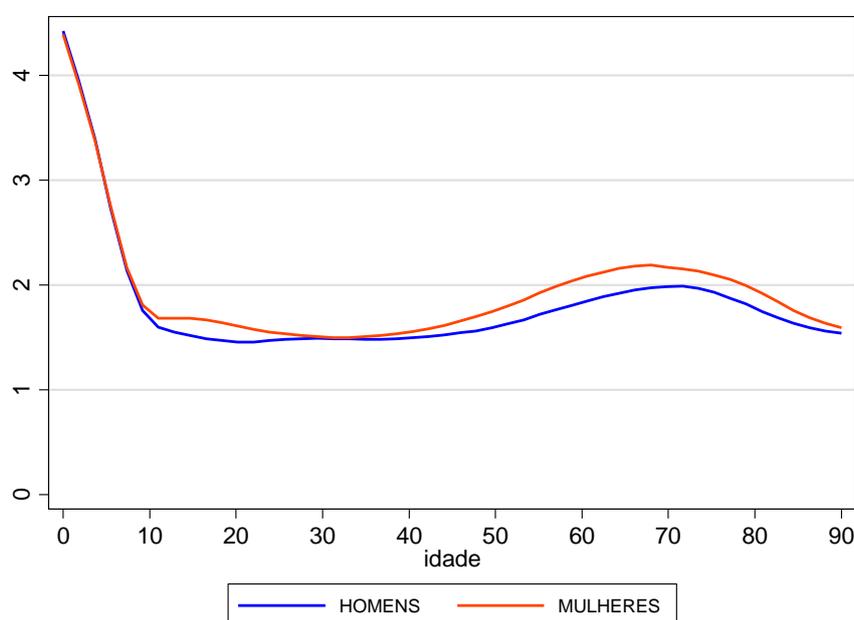
Nos domicílios onde havia crianças, as mesmas receberam todas as horas de cuidados produzidas pelos moradores. Essa é uma limitação imposta pelos dados brasileiros, mas não é observada exclusivamente na PNAD. Nos dados da Colômbia também não é possível identificar a idade da pessoa que recebeu os cuidados no domicílio.

Outro método foi adotado para distribuir as horas de cuidados nos domicílios onde não havia nenhum morador com menos de 17 anos. Foi necessário estabelecer um critério para a distribuição das horas de cuidado produzidas no domicílio: apenas foi classificado como consumidor de cuidados aquele que não realizava nenhuma atividade de cuidado. Nesse caso, as horas de cuidado foram igualmente distribuídas entre todos os moradores que não realizaram essas atividades, independentemente da idade dos moradores. Embora essa solução possa ser questionada, deve-se ter em mente que a fração de horas dedicadas aos cuidados nestes domicílios é muito reduzida, fazendo com o que o método empregado tenha pouca relevância no computo geral do tempo de trabalho doméstico consumido pelos seus moradores.

O Gráfico 15 apresenta o consumo médio de trabalho doméstico não remunerado no Brasil. O consumo é mais alto durante a infância, principalmente no primeiro ano de vida, onde tanto homens como mulheres consomem, em média, 4,5 horas de trabalho doméstico por dia. Até os 10 anos de idade, o consumo decresce rapidamente, atingindo cerca de 1,5 horas por dia. O consumo passa a crescer novamente a partir dos 50 anos, com um momento de acentuada demanda por trabalho doméstico ao redor dos 70 anos. As diferenças entre homens e mulheres só aparecem a partir dos 10 anos,

onde as mulheres passam a consumir mais horas que os homens. Esse resultado provavelmente está associado ao fato de que as mulheres, ao produzirem mais trabalho doméstico do que os homens, também possam consumir mais do que eles. Como as mulheres fazem muito mais trabalhos domésticos do que os homens, os domicílios com maior proporção de mulheres tendem a ser também aqueles que produzem (e também consomem) mais carga de trabalho doméstico.

GRÁFICO 15 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado consumidas por idade e sexo. Brasil, 2013.



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013

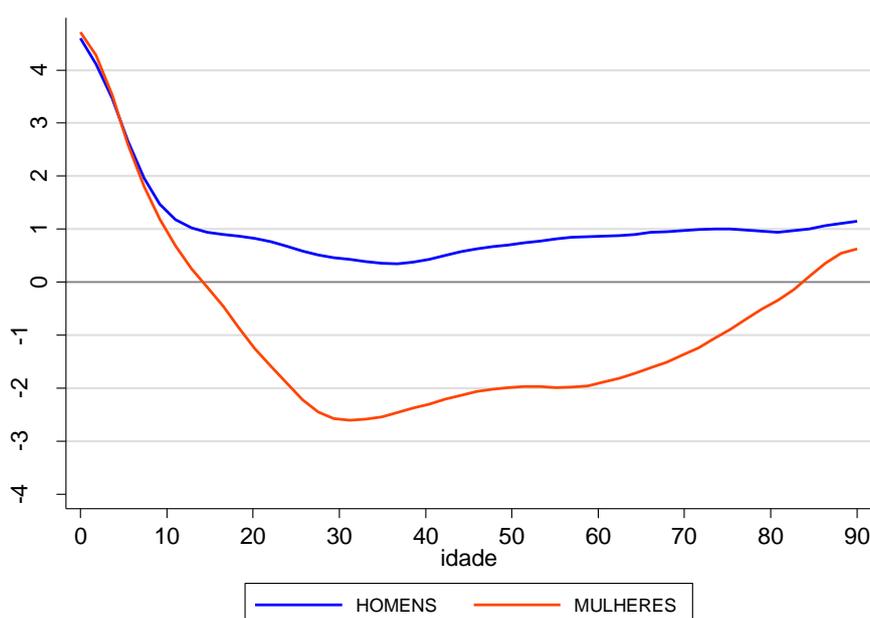
4.2 Estimativas de transferências de trabalho doméstico não remunerado

O ciclo de vida econômico, definido pelos padrões de consumo e de produção ao longo ao longo das idades, é um conceito-chave na abordagem NTA. Nessa abordagem, a diferença entre o que se consome e o que se produz indica o déficit ao longo do ciclo de vida. Ao longo do curso de vida, valores de déficit positivo indicam consumo maior do que a produção e, valores negativos, produção maior do que o consumo. Nos momentos onde o consumo é superior à produção, o mesmo é suprido através de transferências. O mesmo ocorre com o trabalho doméstico. O déficit, nesse caso, indica diferença entre o

consumo de horas diárias de trabalho doméstico e as horas de produção. Quando o déficit é positivo, houve mais consumo de trabalho doméstico do que produção e, quando negativo, houve mais produção de trabalho doméstico do que consumo, sendo, o excedente, transferido para outros membros do domicílio (DONEYOWER, 2014; UNITED NATIONS, 2013).

As transferências líquidas de tempo por idade e sexo são apresentadas no Gráfico 16. Nas primeiras idades, como esperado, o consumo de trabalho doméstico é maior do que a produção, já que durante a infância as crianças recebem horas de cuidados e outras atividades domésticas, sem fazerem contribuições à produção doméstica. Nos primeiros dez anos de vida, não se observa praticamente nenhuma diferença entre homens e mulheres. Entretanto, é possível observar que os homens consomem mais trabalho doméstico do que produzem ao longo de todo o ciclo de vida, sendo classificados como consumidores líquidos de produção doméstica. Já entre as mulheres, observa-se que, já na adolescência, a produção doméstica é maior do que o consumo (valor líquido de transferência menor do que 0). As mulheres produzem mais do que consomem entre os 15 e os 84 anos, o que as coloca na condição de transferidoras líquidas de tempo durante quase todo o ciclo de vida.

GRÁFICO 16 - Transferências líquidas de horas de trabalho doméstico por idade e sexo. Brasil, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013

4.3 Desigualdades na produção, consumo e transferências de tempo de trabalho doméstico não remunerado no Brasil

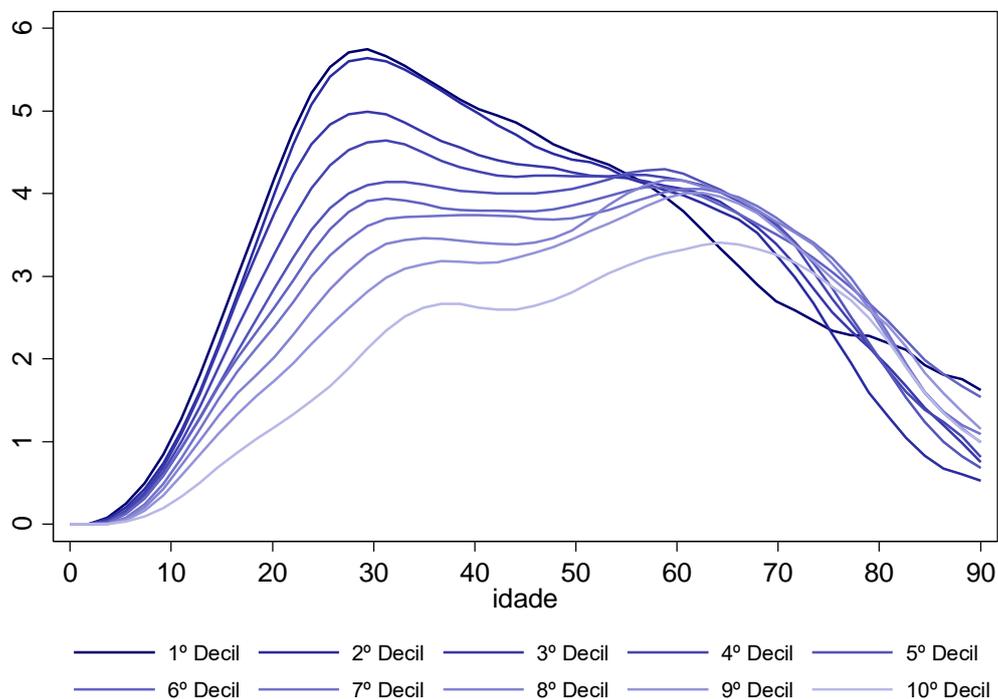
As curvas de consumo, produção e transferências apresentadas até aqui fornecem o comportamento dessas medidas em termos médios, para o país inteiro. Nessa seção, apresentamos os resultados segundo níveis socioeconômicos dos arranjos domiciliares. Para medir esse nível, utilizou-se a variável decil de renda domiciliar per capita.

Produção

O número de horas diárias de trabalho doméstico não remunerado varia consideravelmente entre os níveis de renda, como mostra o Gráfico 17. Aos 20 anos de idade, uma mulher no decil mais baixo de renda faz, em média, 4 horas de trabalho doméstico por dia, contra apenas 1 hora de uma jovem de mesma idade no decil mais alto. Aos 30 anos de idade, as mulheres mais pobres têm uma jornada média de 5,8 horas de trabalho doméstico e as mais ricas, de apenas 2 horas. Essa diferença certamente é explicada pela chance mais alta de contratar uma empregada doméstica para a realização das atividades, diminuindo o tempo que as mulheres mais ricas dedicam a esse tipo de trabalho. No caso dos homens (Gráfico 18), a jornada diária de trabalho doméstico é muito menor do que a feminina em todos os níveis de renda e parece concentrada nas idades relacionadas aos cuidados de filhos.

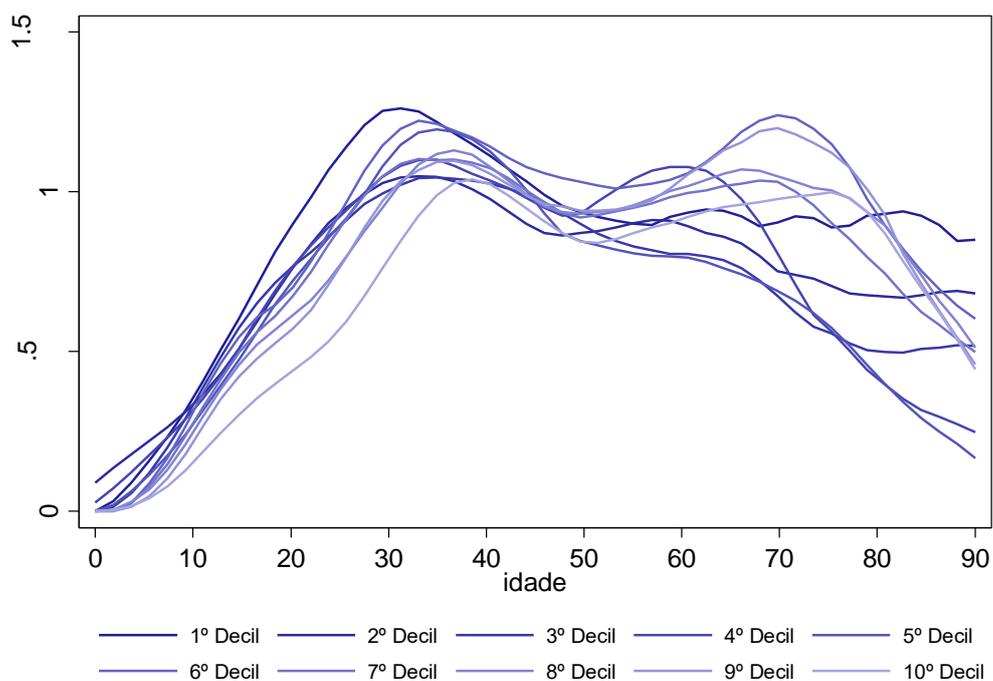
No Gráfico 19, é possível analisar as diferenças entre as jornadas de trabalho doméstico de homens e mulheres em cada nível de renda. Como resultado de uma menor produção doméstica entre mulheres do estrato mais alto e a produção ligeiramente maior dos homens, é neste caso que se observa o menor diferencial entre homens e mulheres, o que corrobora a noção de que as famílias de maior status socioeconômico tem a possibilidade de resolver melhor os conflitos de gênero na atribuição do trabalho doméstico, através da intermediação da contratação do trabalho doméstico remunerado.

GRÁFICO 17 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, mulheres, 2013



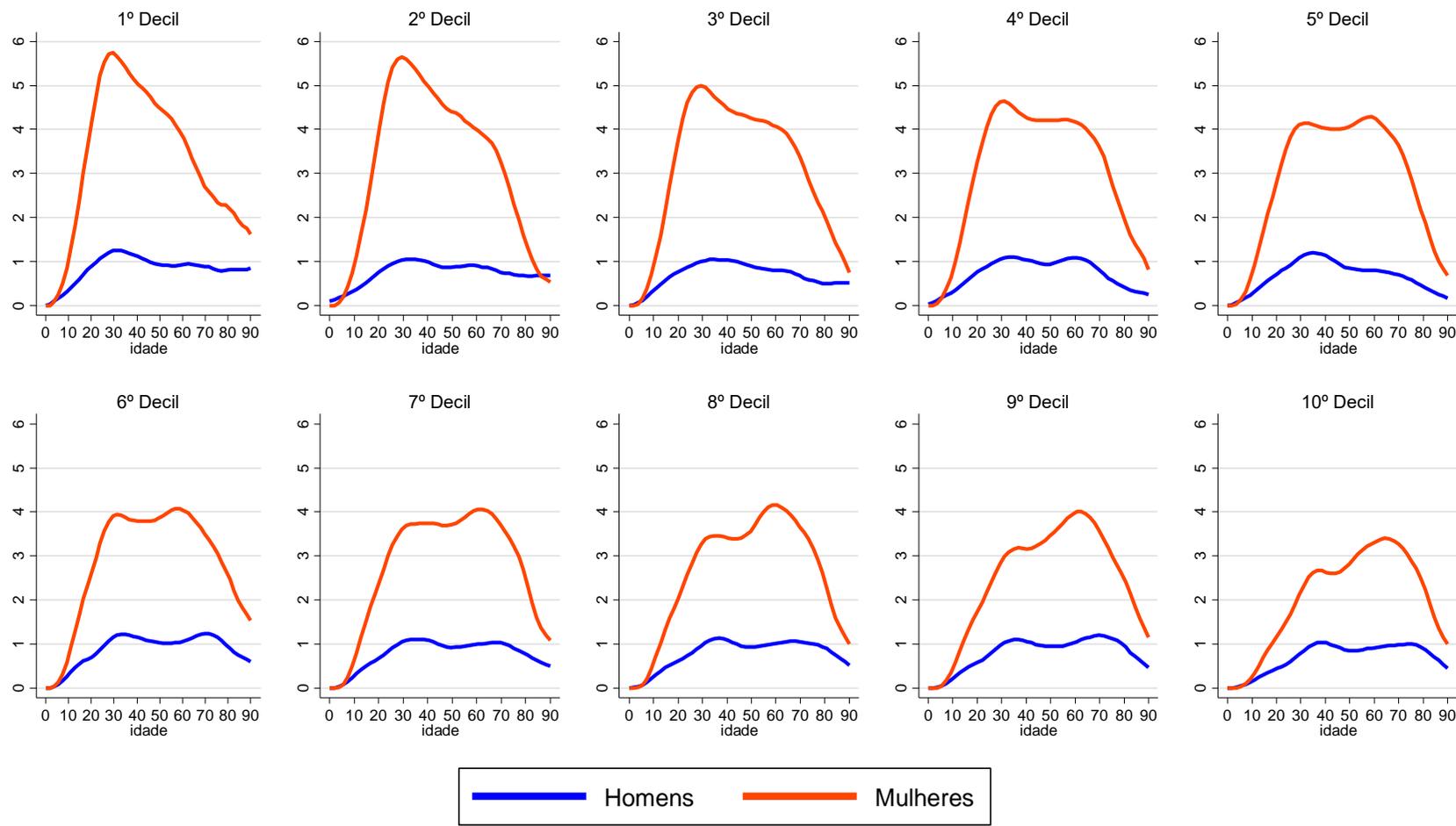
Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

GRÁFICO 18 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, homens, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

GRÁFICO 19- Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade, sexo e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

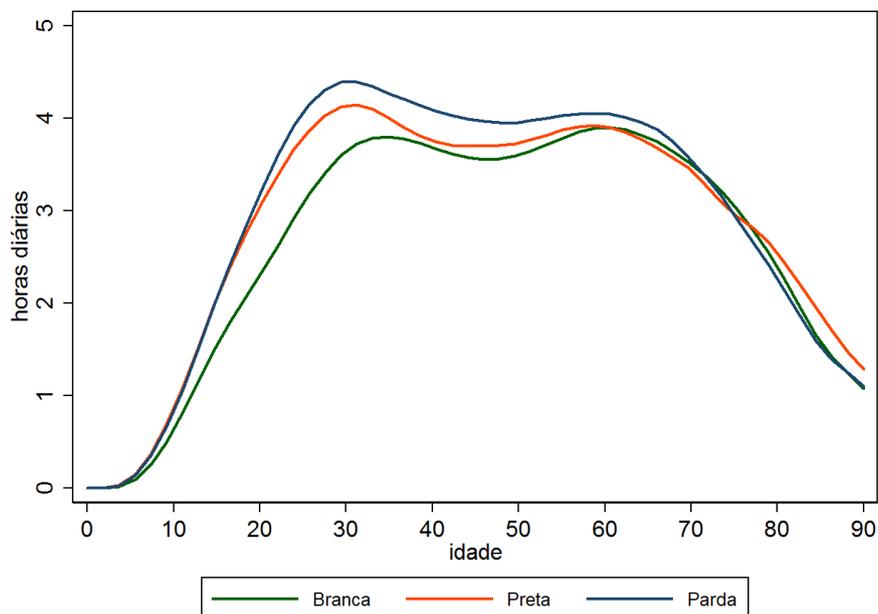
Quando se trata de desigualdades no Brasil, o quesito racial também deve ser considerado. Os Gráficos 20 e 21 apresentam o número médio de horas de trabalho doméstico de mulheres e homens segundo a declaração de raça/cor. As mulheres pardas são as que mais realizam trabalho doméstico, em praticamente todas as idades. Embora os padrões das curvas sejam muito parecidos, é possível notar que o pico de produção doméstica é mais tardio entre as mulheres brancas em comparação com as mulheres pardas e pretas. Ao redor dos 25 anos estão as maiores diferenças entre os grupos, as mulheres brancas nessa idade fazem, em média, 3 horas por dia de trabalho doméstico enquanto as mulheres pardas fazem 4 horas. Ao longo de uma semana, a jornada média de trabalho das mulheres brancas nessa idade seria, portanto, 7 horas menor do que a jornada das mulheres pardas.

Entre os homens, em termos absolutos, as diferenças são muito pequenas entre os grupos raciais analisados, sendo que os homens que se autodeclararam pretos fazem relativamente mais trabalho doméstico ao longo de todo o ciclo de vida.

No Gráfico 22, a dimensão de nível socioeconômico foi incluída para analisar as diferenças entre as mulheres segundo a raça. Desse gráfico, é possível concluir que as mulheres adultas pretas nos primeiros decis de renda são as que mais fazem trabalho doméstico no Brasil. Além disso, também se pode afirmar que a renda opera fortemente para diferenciar as mulheres quanto a suas jornadas de trabalho doméstico, independente do grupo racial.

Entretanto, essa análise investiga padrões médios das mulheres segundo os grupos raciais, sem considerar a composição domiciliar ou mesmo variáveis relativas à união. Tomás (2012), ao analisar o tempo de trabalho doméstico entre casais no Brasil, identificou que mulheres em uniões inter-raciais fazem mais trabalho doméstico do que as mulheres em uniões onde os membros do casal declaram a mesma raça.

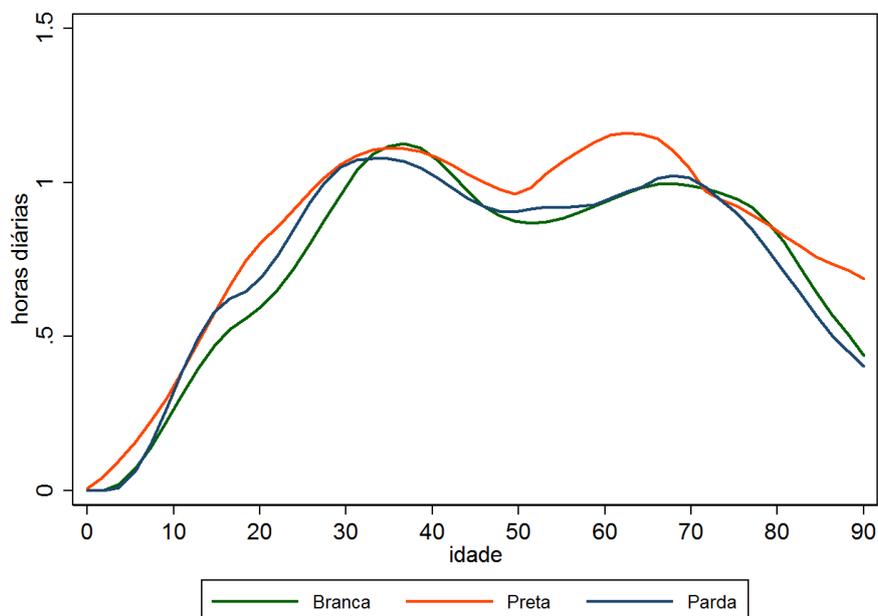
GRÁFICO 20 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade e raça/cor. Brasil, mulheres, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

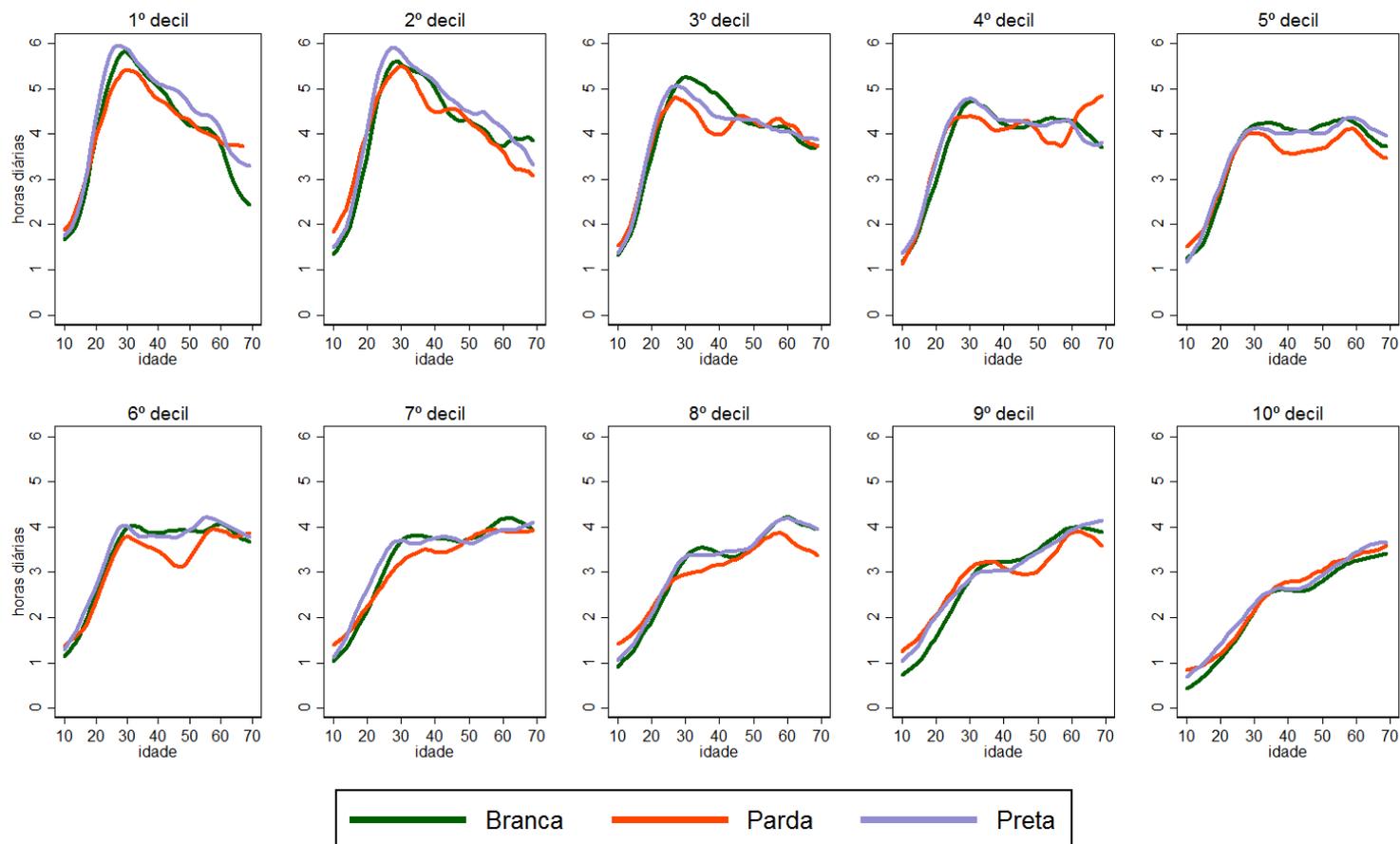
Nota: Como essas análises desagregam as informações por idade, não foi possível considerar os grupos raciais amarelo e indígena, que apresentaram muita oscilação nos valores encontrados, impossibilitando uma análise precisa dos níveis nesse grupo.

GRÁFICO 21 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade e raça/cor. Brasil, homens, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

GRÁFICO 22 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado produzido por idade, raça/cor e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, Mulheres, 2013

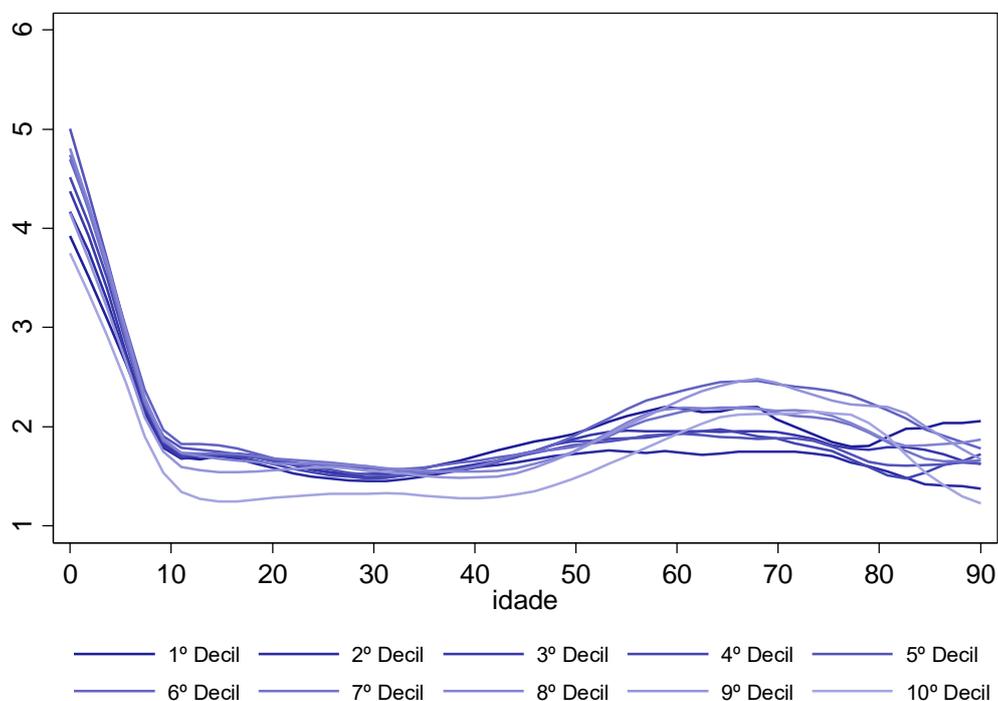


Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

Consumo

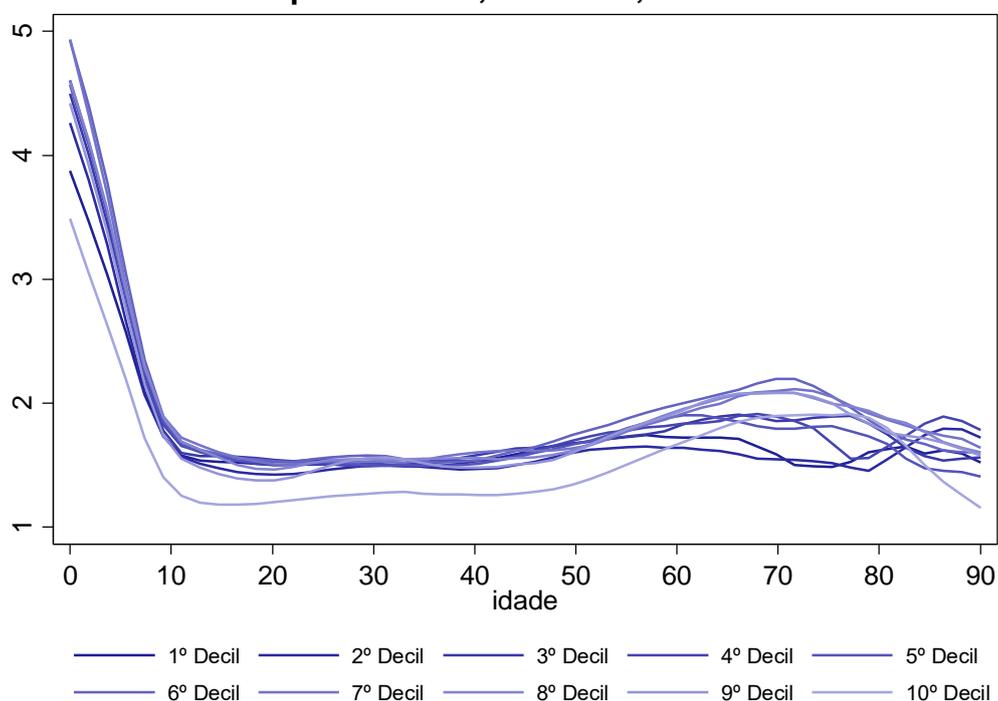
O padrão de consumo de trabalho doméstico de mulheres e homens é apresentado nos Gráficos 23 e 24, respectivamente. Não são observadas diferenças significativas entre os estratos analisados, com exceção do último decil de renda, no qual o consumo de trabalho doméstico é menor do que o dos demais grupos. O menor consumo de trabalho doméstico não remunerado nesse grupo é, certamente, compensado pelo consumo de trabalho doméstico remunerado.

GRÁFICO 23 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado consumido por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, mulheres, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

GRÁFICO 24 - Número médio de horas de trabalho doméstico não remunerado consumido por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, homens, 2013

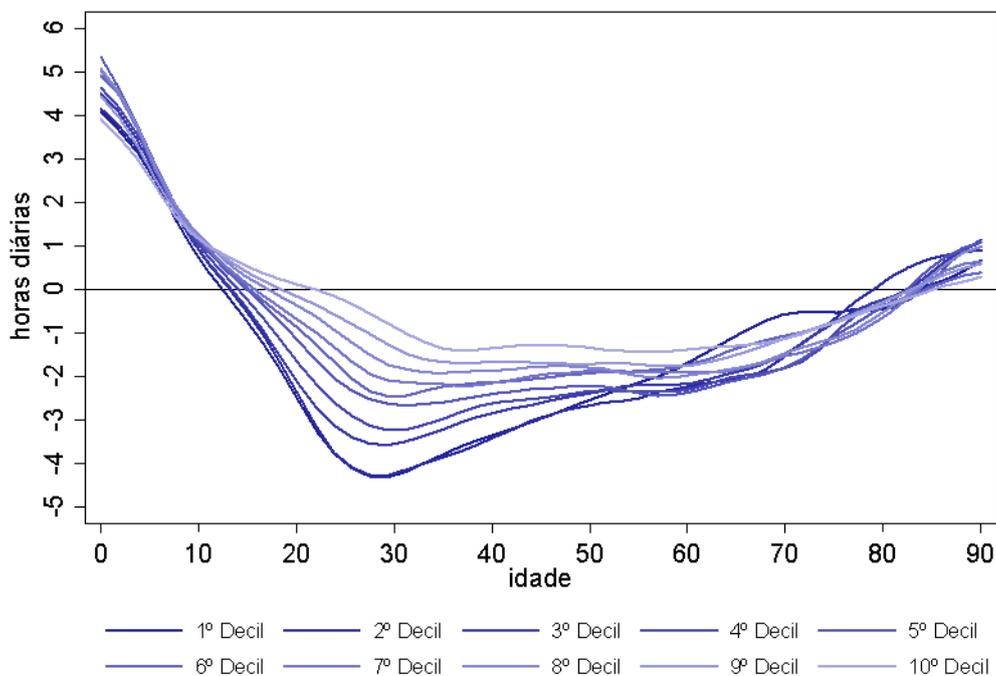


Transferências

Os Gráficos 25 e 26 trazem as transferências líquidas de tempo de mulheres e homens, respectivamente. O primeiro ponto a se destacar é que na medida em que se avança nos estratos de renda, a idade a partir da qual as mulheres passam a ser transferidoras líquidas, ou seja, produzem mais do que consomem, aumenta gradativamente. No estrato mais baixo, as mulheres passam a ser transferidoras líquidas a partir dos 13 anos, enquanto no estrato mais alto, essa idade é de 20 anos. Essa diferença também aparece nas idades mais avançadas. As mulheres do estrato mais baixo passam a consumir mais do que produzem aos 86 anos, enquanto para as mulheres do estrato mais alto, essa idade é de 83 anos. Nesse caso, as mulheres dos estratos mais baixos passariam, em média, 73 anos na condição de transferidoras líquidas, enquanto as mulheres do estrato mais alto, apenas 63 anos. Esse resultado demonstra que, além dos diferenciais já bem conhecidos entre homens e

mulheres, diferenças importantes também são observadas entre mulheres segundo o nível socioeconômico.

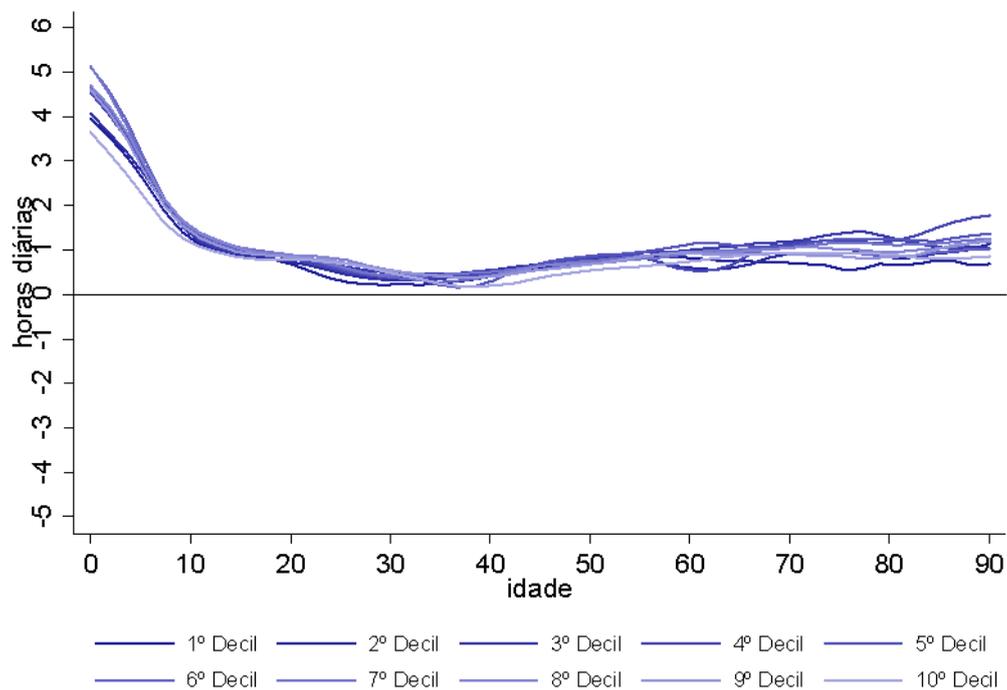
GRÁFICO 25 - Transferências líquidas de horas de trabalho doméstico por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, mulheres, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

Em todos os níveis de renda e em todas as idades, os homens se apresentam como consumidores líquidos de trabalho doméstico, consumindo, em todas as situações, mais do que produzem, como demonstra o gráfico 26.

GRÁFICO 26- Transferências líquidas de horas de trabalho doméstico por idade e decil de renda domiciliar per capita. Brasil, homens, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

5 O valor econômico do trabalho doméstico não remunerado no Brasil

Nesse capítulo, a proposta é realizar um exercício com diferentes métodos para estimar o valor econômico do trabalho não remunerado no Brasil. Pretende-se, com isso, encontrar um limite de variação para o valor agregado desse tipo de produção em relação ao PIB. Como se discutiu no capítulo teórico, as estimativas do valor econômico do trabalho doméstico são muito sensíveis aos níveis de remuneração dos serviços domésticos nos países analisados. Busca-se, portanto, ilustrar os efeitos da dinâmica do mercado de trabalho, em termos de rendimentos, para as estimativas da valorização econômica do trabalho doméstico não remunerado.

Além disso, apresenta-se uma análise preliminar da produção econômica total de homens e mulheres, considerando a produção no mercado e a produção doméstica, apontando para as diferenças em relação ao nível de escolaridade. Essa análise é importante para dar uma dimensão da real contribuição feminina para a economia e como a mesma varia segundo o nível socioeconômico.

5.1 Dados e metodologia

Para estimar a valor econômico do trabalho doméstico não remunerado foram utilizadas três metodologias: 1) método do custo de oportunidade e 2) método do custo de substituição por especialista e 3) método de substituição por generalistas remunerados segundo as exigências trabalhistas.

5.1.1 Método do custo de oportunidade

Nesse método, a produção doméstica foi valorada com base no rendimento-hora que os indivíduos apresentam no mercado de trabalho. A primeira questão a se tratar é a estimativa do valor do rendimento-hora dos indivíduos que não tinham nenhum tipo de trabalho remunerado no momento da entrevista. Os rendimentos dos indivíduos foram imputados a partir de uma equação de

rendimentos. Nessa equação, foi empregado o modelo de seleção proposto por Heckman (1979). Esse modelo é indicado quando se tem um viés de seleção da variável resposta. A variável resposta em questão é o rendimento-hora, que só é observado para as pessoas que estão trabalhando. Ocorre que as pessoas que estão trabalhando possuem características que as selecionaram para estar no mercado de trabalho, diferindo, portanto, das que não estão. Esse é o viés de seleção que o modelo de Heckman corrige. A modelagem é feita em dois estágios. O primeiro modela a probabilidade de que, a partir de um conjunto de variáveis, o indivíduo esteja em uma ocupação remunerada. O segundo, por sua vez, modela o logaritmo do rendimento-hora daqueles que, uma vez selecionados, possuem valor observado de rendimento.

Como variáveis de seleção, foram utilizadas:

- Presença de cônjuge no domicílio
- Presença criança em idade pré-escolar (até 6 anos)
- Sexo
- Escolaridade medida em anos de estudo
- Idade
- Raça

E como variáveis explicativas para o rendimento-hora observado:

- Idade
- Idade ao quadrado
- Escolaridade medida em anos de estudo
- Sexo
- Raça
- Residência em área urbana
- UF

Uma vez modelado o rendimento-hora, parte-se para a atribuição de uma remuneração para as pessoas que não estavam trabalhando, tendo em vista suas características sociodemográficas e os coeficientes estimados a partir da regressão. Seguiu-se, então, para a estimativa da produção econômica anual, conforme a fórmula:

$$D^0 = 52 \sum_i W_i^1 * T_i$$

Onde D^0 é o valor econômico da produção doméstica anual estimado pelo método do custo de oportunidade, W_i^1 o rendimento-hora e T_i o número de horas semanais de trabalho doméstico não remunerado. Os resultados da regressão são apresentados na seção de anexos.

5.1.2 Método do custo de substituição por especialista

No método do custo de substituição, a produção doméstica é valorada conforme os salários observados entre os profissionais que poderiam ser contratados para realizar o trabalho doméstico. No caso dos dados brasileiros, foi possível desagregar o trabalho doméstico não remunerado em dois tipos de especialidades: atividades de cuidados e demais atividades realizadas no domicílio, como limpeza, preparo de alimentos, manutenção das peças de vestuário, entre outras. Sendo assim, seria necessário identificar o rendimento-hora de dois tipos de especialistas: o especialista em cuidados de crianças e o especialista nas demais atividades domésticas. Essa informação foi retirada da própria PNAD, através de dois quesitos:

- I. Rendimento mensal em dinheiro que recebia normalmente, no mês de referência, no trabalho principal da semana de referência;
- II. Código da ocupação no trabalho principal da semana de referência.

O Quadro 5 apresenta as ocupações identificadas na PNAD que foram escolhidas na determinação do rendimento-hora dos especialistas. Essas atividades, no caso do Brasil, são realizadas quase que em sua totalidade por mulheres, 99,96% entre as ocupações relacionadas aos cuidados e 99,62% entre as atividades domésticas gerais.

Tendo em vista as diferenças socioeconômicas existentes no Brasil, optou-se por considerar o rendimento-hora das especialistas de acordo com a Unidade da Federação, a fim de incorporar as diferenças regionais do mercado de trabalho. Como a distribuição do rendimento-hora não segue uma distribuição normal, optou-se por utilizar a mediana dessa variável para precificar o trabalho doméstico.

QUADRO 4 – Tipos de ocupações que substituiriam os trabalhos não remunerados realizados nos domicílios

Tipo de especialista	Ocupações
Atividades de cuidado	Aia, ba, baba, baby sitter, nutriz, pajem, crecheira, mãe social Acompanhante, dama de companhia (no serviço doméstico) Acompanhante, cuida, cuidador de crianças - incl.no transporte escolar Acompanhante, cuida, cuidador de idoso Aia, ba, baba, baby sitter, nutriz, pajem, crecheira, mãe social Ama: de leite, seca Berçarista - excl. no serviço de saúde Monitor, recreacionista, recreadora infantil - excl. no ensino
Afazeres domésticos	Arrumadeira, arrumador (no serviço doméstico) Arrumador de apartamento Auxiliar de serviços: diversos, gerais (no serviço doméstico) Camareiro, carregador de água, criado, curumim (no serviço doméstico) Caseiro, jardineiro - incl. Ajudante, auxiliar Diarista, faxineira, secretaria (no serviço doméstico) Empregada doméstica, Empregado doméstico Lavadeira, passadeira, lavador, passador de roupas (no serviço doméstico) Lavador, limpador de: janelas, vidraças (no serviço doméstico) Limpador, servente, faxineiro (no serviço doméstico)

Fonte: Dicionário de variáveis PNAD 2013

O valor do rendimento-hora em cada um dos tipos de especialidades e em cada um dos estados foi, então, utilizado para estimar a produção doméstica em termos monetários. As horas dedicadas às atividades domésticas são multiplicadas pelo salário-hora do especialista que seria contratado para desempenhar essa atividade. O mesmo foi feito para o caso dos cuidados. A equação a seguir demonstra como o valor econômico da produção doméstica anual per capita foi calculado:

$$D^S = 52 \sum_i (W_{ki}^{AD} * T_i^{AD} + W_{ki}^{AC} * T_i^{AC})$$

Onde:

D^S = valor econômico da produção doméstica anual no método de custo de substituição

W_{ki}^{AD} = mediana do rendimento-hora das especialistas em atividades domésticas em cada uma das K Unidades da Federação

T_i^{AD} = número de horas de atividades domésticas por semana

W_k^{AC} = mediana rendimento-hora das especialistas em atividades de cuidado em cada uma das K Unidades da Federação

5.1.2 Método do custo de substituição por um generalista com carteira assinada

Recentemente, houve uma mudança na legislação brasileira que passou a garantir direitos trabalhistas antes não acessíveis a trabalhadoras domésticas. Essa mudança visa assegurar que essas trabalhadoras tenham acesso ao fundo de garantia por tempo de serviço, definição da jornada semanal de trabalho e pagamento de hora extra. Uma maneira de incorporar essa mudança às estimativas do valor econômico do trabalho doméstico seria aplicar o método de substituição por uma empregada doméstica. Assim, o terceiro método consiste na substituição do trabalho doméstico por um generalista, ou seja, uma única categoria de trabalhadores que exerceriam todo o trabalho doméstico, independentemente de sua natureza. O cálculo foi feito como demonstra a equação a seguir:

$$D^G = 52 \sum_i (W_{ki}^G * T_i)$$

Onde:

D^G = valor econômico da produção doméstica anual no método de custo de substituição por generalista com carteira assinada

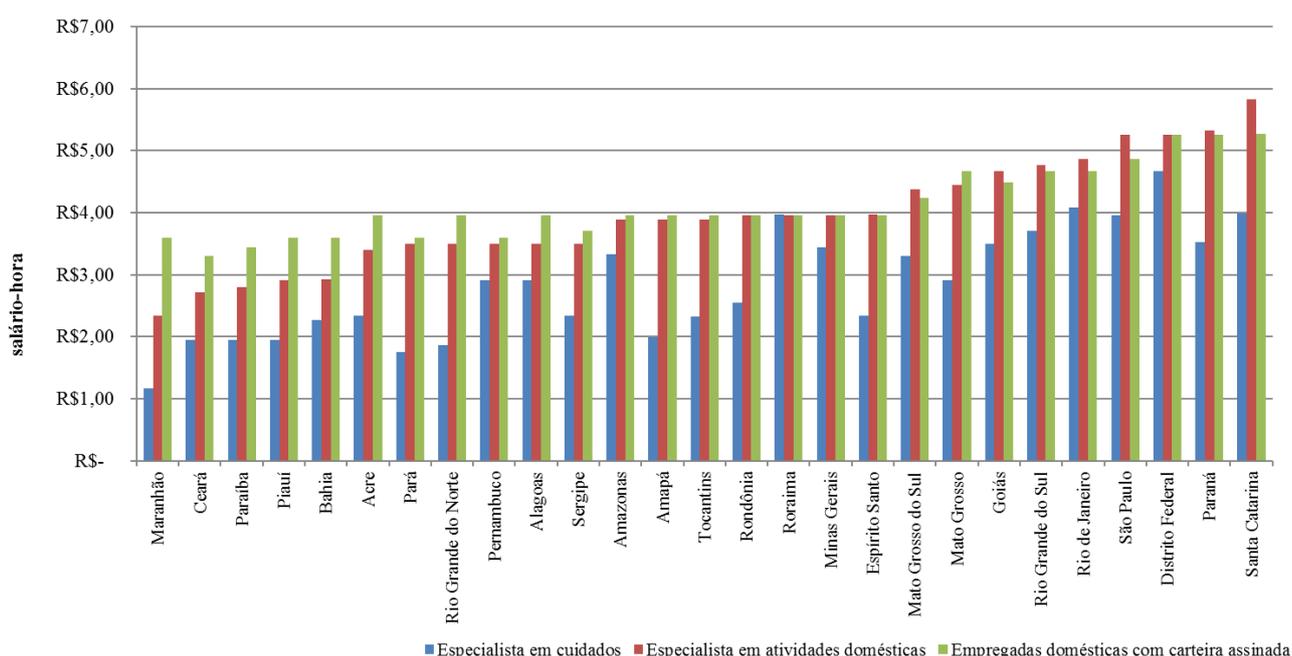
W_{ki}^G = mediana do rendimento-hora das trabalhadoras domésticas em cada uma das K Unidades da Federação

T_i = número de horas de trabalho doméstico não remunerado por semana

O Gráfico 27 apresenta o valor mediano do rendimento-hora para os três tipos de substitutos descritos, segundo a Unidade da Federação. Nota-se uma variação significativa entre os estados. Nos estados onde o valor mediano do rendimento-hora de substitutos do cuidado é mais baixo é onde se encontra também a maior diferença entre o que se paga a uma trabalhadora desse tipo de atividade em relação a uma empregada doméstica com carteira assinada. Nos estados com nível médio de renda mais elevado, essa diferença persiste, porém, em menor magnitude. Além disso, o rendimento-hora pago a especialistas em cuidados é menor do que o pago para especialistas nas demais atividades domésticas em praticamente todos os estados. Essa diferença entre os rendimentos provavelmente está associada à diferença na

composição desses dois grupos de trabalhadoras. No Brasil, as mulheres em ocupação de atividades de cuidados são mais jovens do que as mulheres contratadas para os demais afazeres domésticos. Um quarto das mulheres em atividades de cuidados tem até 24 anos, já entre as mulheres empregadas nas demais atividades domésticas, essa idade de corte é de 33 anos. Ademais, a ocupação em atividades de cuidados tem caráter mais provisório e menos formalizado do que nas atividades domésticas.

GRÁFICO 27 - Mediana do rendimento-hora segundo o tipo de especialidade e a Unidade da Federação. Brasil, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013

A Tabela 2 apresenta as estimativas do valor da produção doméstica no Brasil em relação ao PIB segundo os três métodos propostos. Esses valores apresentam a contribuição da produção doméstica para a economia que ainda não havia sido considerada nas contas nacionais. Independentemente do método escolhido, a contribuição indireta das mulheres para a economia através do trabalho doméstico é pelo menos três vezes maior que a contribuição masculina. No método do custo de oportunidade, a produção anual acumulada do trabalho doméstico seria equivalente a 15,77% do PIB. No método de substituição por especialistas, esse valor seria 10,44%, menor do

que o valor encontrado através da substituição por um generalista com carteira assinada, 10,96%, já que, como se demonstrou, as atividades de cuidado de crianças estão associadas a remunerações inferiores em relação às demais ocupações de serviços domésticos.

TABELA 2 - Valor total agregado da produção doméstica em relação ao PIB (%) em 2013 segundo cada método

Grupo	Método custo oportunidade	Método custo substituto especialista	Método custo substituto generalista com carteira assinada
Mulheres	11,95	8,42	8,81
Homens	3,81	2,02	2,15
Total	15,77	10,44	10,96

Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013

O resultado apresentado na Tabela 2 pode ser utilizado para uma reflexão sobre o valor econômico do trabalho doméstico, mais do que para se concluir por um método mais adequado. Quando se considera o custo de oportunidade, que atribui maior valor econômico ao trabalho doméstico, a produção em relação ao PIB seria de 15,77%. Esse valor está consideravelmente abaixo do que é encontrado em países de alto nível de renda, onde a produção doméstica representaria entre 25 e 60% do PIB (VARGHA; GÁL; CROSBY-NAGY, 2017). Nesse método, uma parcela da população tem seu trabalho doméstico remunerado hipoteticamente acima do valor pago às trabalhadoras do serviço doméstico. Entretanto, mesmo sobrevalorizando o trabalho doméstico através desse método, os salários no país são relativamente baixos e fazem com que a contribuição relativa desse tipo de trabalho para a economia não ultrapasse um quarto do PIB.

Se ao trabalho doméstico fosse atribuído o rendimento de uma empregada doméstica com carteira assinada, o valor seria de quase 11% do PIB, semelhante aos resultados encontrados por Melo e colegas (2007). A título de ilustração: em 2015, o Regime Geral de Previdência Social do Brasil realizava pagamento de benefícios a cerca de 30 milhões de brasileiros. O custo anual desses benefícios representava 7,1% do PIB (CUEVAS *et al.*, 2017). Independentemente do método escolhido, a contribuição para a economia feita pelas mulheres, no interior dos domicílios com os cuidados de filhos e da casa,

supera o orçamento anual utilizado para pagar 30 milhões de benefícios previdenciários.

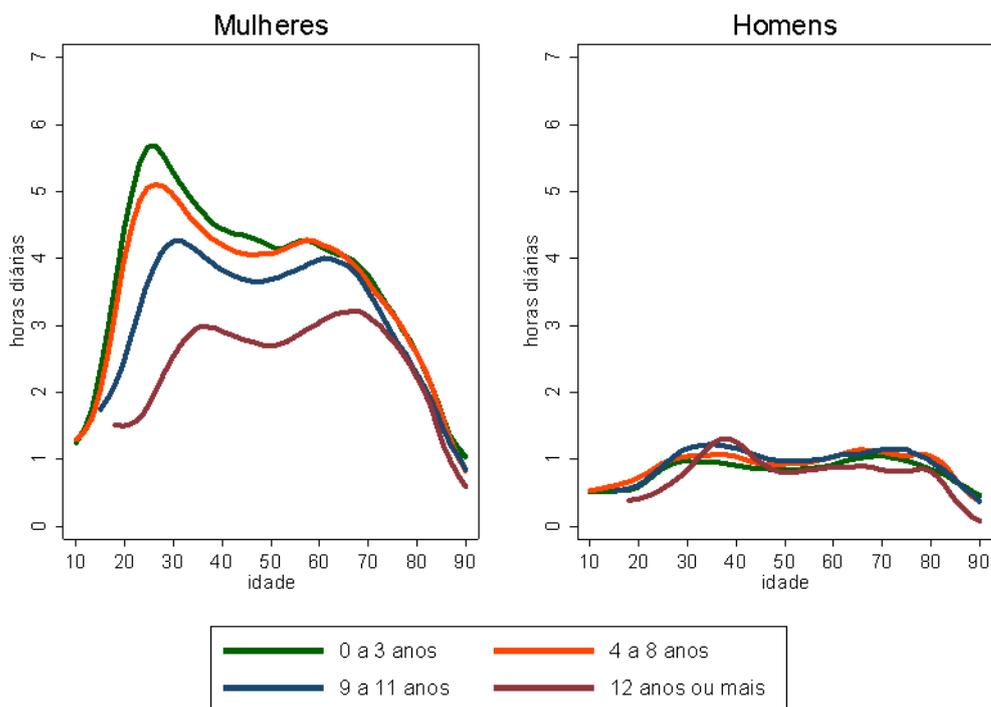
Se fossemos substituir todo o trabalho doméstico não remunerado realizado em 2013, considerando as jornadas de trabalho observadas entre as trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos, seria necessário contratar 7.932.008 trabalhadores, além dos 6.454.015 já existentes (PNAD 2013). Esse movimento alteraria as regras de mercado, afetando o nível dos salários pagos nesse setor. Assim, o método do custo de substituição, no limite, também não resolveria a questão da estimativa do valor econômico do trabalho doméstico.

Qual seria então a melhor estimativa do valor econômico do trabalho doméstico não remunerado no Brasil? Os métodos de substituição e de custo de oportunidade podem indicar o leque de variação para essa estimativa. A contribuição do trabalho doméstico para a economia em 2013 teria, portanto, uma magnitude entre 10,44% e 15,77%. Por outro lado, considerando que o trabalho doméstico ainda se configura como um entrave para permanência estável das mulheres no mercado de trabalho e, além disso, um dificultador de acesso a ocupações de qualidade, é importante se considerar o custo de oportunidade quando se deseja entender o potencial de produção econômica das mulheres comprometido pelo desequilíbrio da divisão do trabalho doméstico dentro dos domicílios.

O custo de oportunidade da realização de trabalhos domésticos é diretamente afetado pelo nível de escolaridade. Além disso, nos grupos de maior escolaridade, em que os rendimentos médios são maiores, encontram-se as maiores chances de contratação de prestadores de serviços domésticos. O Gráfico 28 traz o número médio de horas diárias de trabalho doméstico não remunerado em cada um dos níveis de escolaridade, para homens e mulheres. Entre as mulheres, grandes diferenças são encontradas segundo o nível educacional. Além das diferenças nos níveis, também são encontradas diferenças na estrutura das curvas de produção doméstica. O auge da produção doméstica, em termos de horas, no caso das mulheres, acompanha a idade média à maternidade, que cresce conforme o nível de escolaridade. Assim, entre as mulheres com menor nível de escolaridade, o pico de produção

ocorre ao redor dos 25 anos e é de quase 6 horas por dia. Já entre as mulheres mais escolarizadas, o pico de produção ocorre ao redor dos 35 anos, porém, em um patamar menor, de menos de 3 horas diárias. Entre os homens, poucas diferenças podem ser observadas quando se considera a escolaridade.

GRÁFICO 28 – Número médio de horas diárias de trabalho doméstico não remunerado segundo sexo e o nível de escolaridade. Brasil, 2013



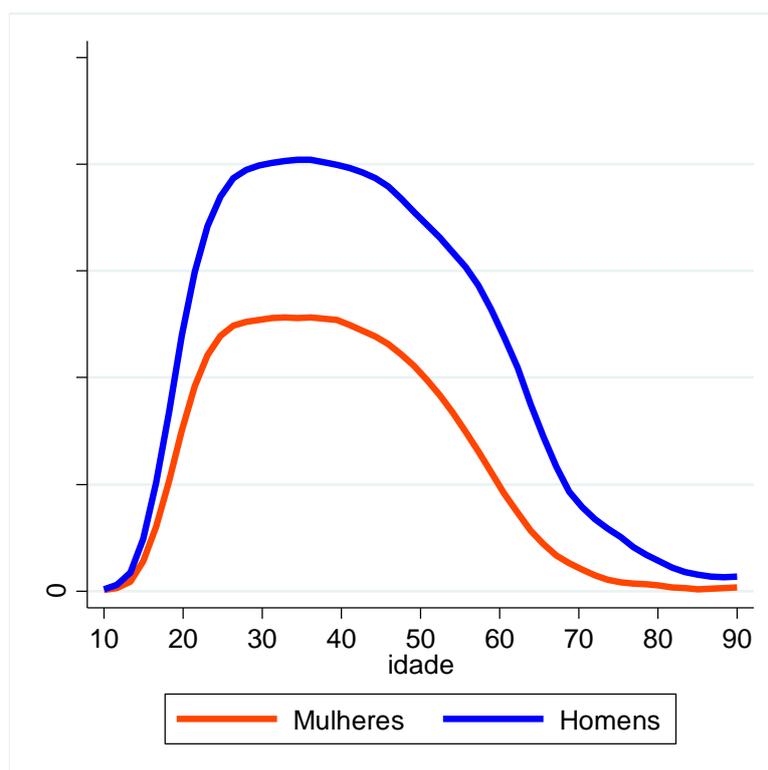
Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

5.1 Produção doméstica e de mercado

O Gráfico 29 traz a produção anual per capita no mercado de trabalho de homens e mulheres, calculada a partir dos montantes auferidos no trabalho remunerado. Se considerarmos apenas a produção no mercado de trabalho, o hiato entre homens e mulheres é enorme. A produção masculina ao redor dos 30 anos, por exemplo, é cerca de 50% maior que a produção feminina. Isso é resultado das menores taxas de participação, menores jornadas e menores salários entre as mulheres.

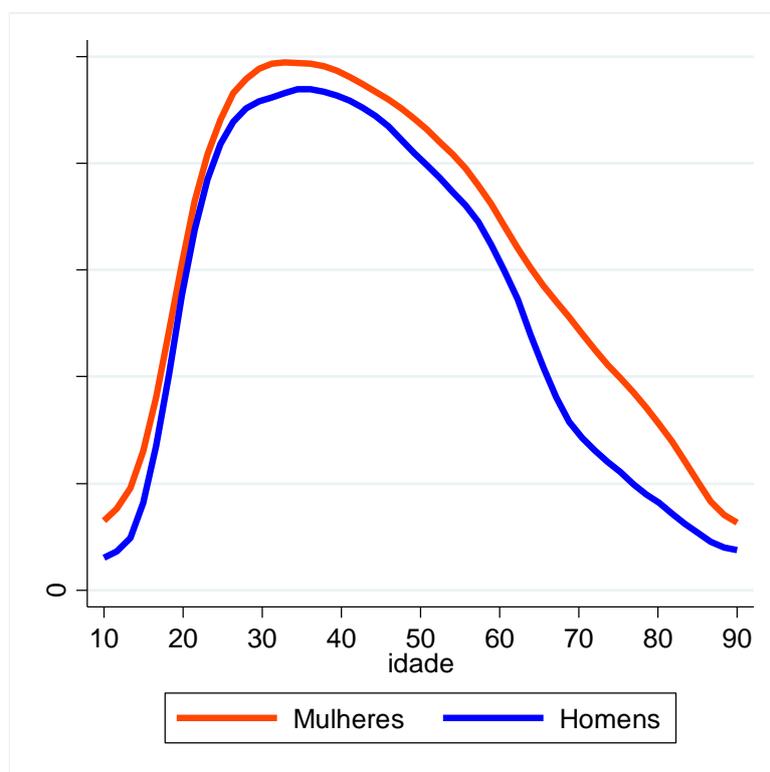
A análise apenas da esfera pública, como já foi mencionado, ignora as longas jornadas de trabalho doméstico das mulheres e, conseqüentemente, subestima a contribuição feminina para a economia. Para avaliar a produção econômica de homens e mulheres, agregou-se a produção nas duas esferas: ambiente doméstico e mercado de trabalho. Nessa seção, optou-se por utilizar a produção doméstica estimada através do método do custo de substituição por especialista, utilizado nas estimativas do NNTA. No Gráfico 30 é possível observar a produção combinada, ou seja, a soma da produção doméstica e a produção no mercado. Quando a produção doméstica é considerada, as mulheres passam a produzir mais do que homens em todas as idades do ciclo de vida.

GRÁFICO 29 – Produção anual per capita no mercado de trabalho (R\$) por idade e sexo. Brasil, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

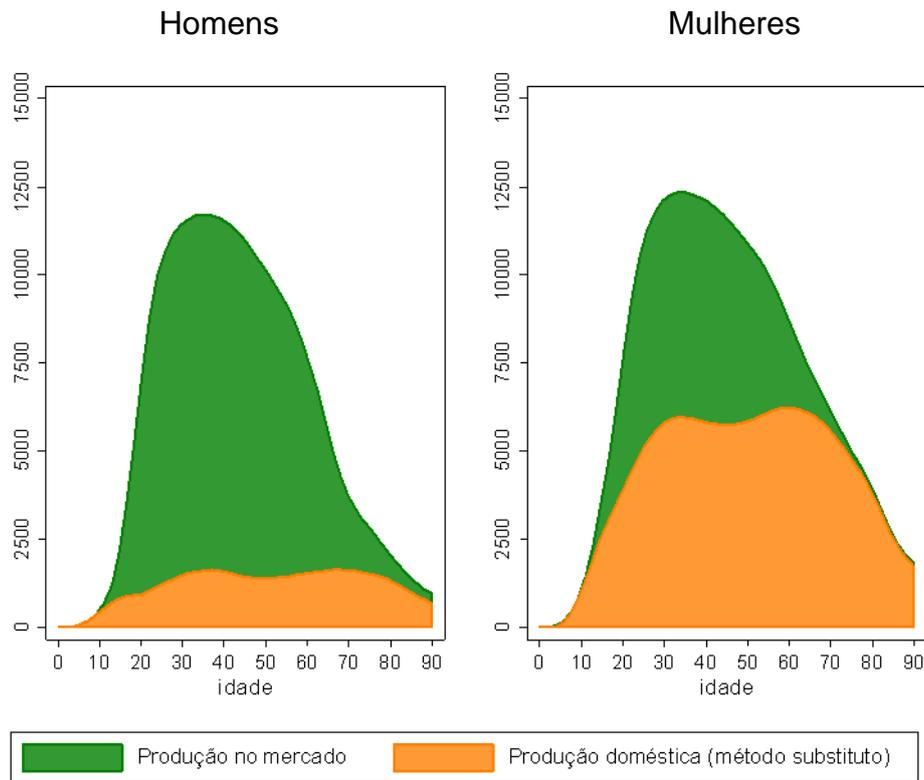
GRÁFICO 30 - Produção anual total per capita (R\$) por idade e sexo. Brasil, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

A produção doméstica representa uma parcela significativa da produção econômica das mulheres, como pode ser visto no Gráfico 31, que apresenta a produção no mercado e a produção doméstica. Cerca 55% da produção feminina ao redor dos 30 anos pode ser atribuída à produção doméstica, contra 25% no caso dos homens. Esses resultados apenas ilustram a já conhecida divisão sexual do trabalho, confirmando que os homens seguem responsáveis pelo trabalho remunerado e as mulheres pela produção doméstica não remunerada.

GRÁFICO 31 - Produção anual per capita doméstica e de mercado (R\$) por idade e sexo. Brasil, 2013



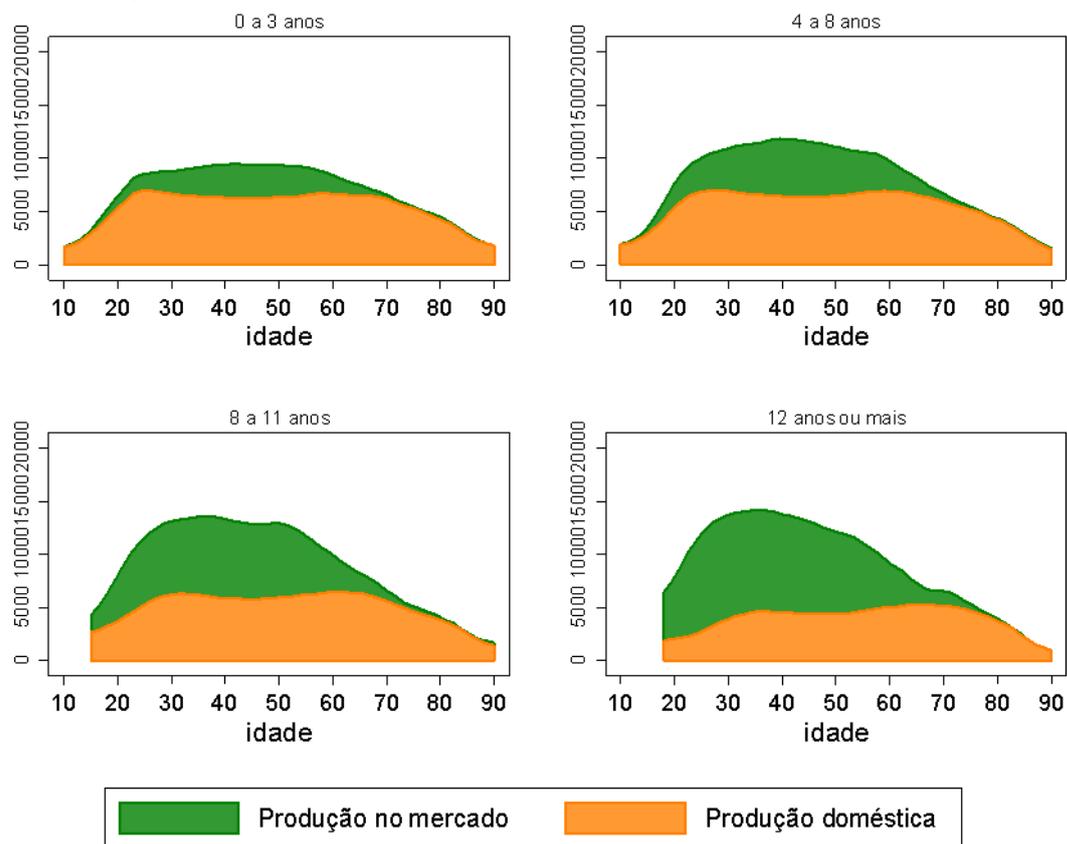
Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos.

Nos Gráfico 32 e 33, a produção econômica foi desagregada segundo o nível de escolaridade. Na produção econômica de mulheres com 0 a 3 anos de escolaridade, a contribuição da produção doméstica é massiva. Nos baixos níveis de escolaridade, o trabalho doméstico responde proporcionalmente por grande parte da produção feminina. Aqui o trabalho doméstico está sendo valorado hipoteticamente. O que acontece, na verdade, é que as mulheres dos níveis mais baixos de escolaridade estão majoritariamente ocupadas no trabalho doméstico não remunerado, o que limita o acesso das mesmas aos benefícios contributórios da previdência social.

Quanto maior o nível de escolaridade, maior a participação das mulheres na produção de mercado. Entre as mulheres com 12 anos ou mais de escolaridade, a produção doméstica representa cerca de 50% da produção total (Gráfico 32).

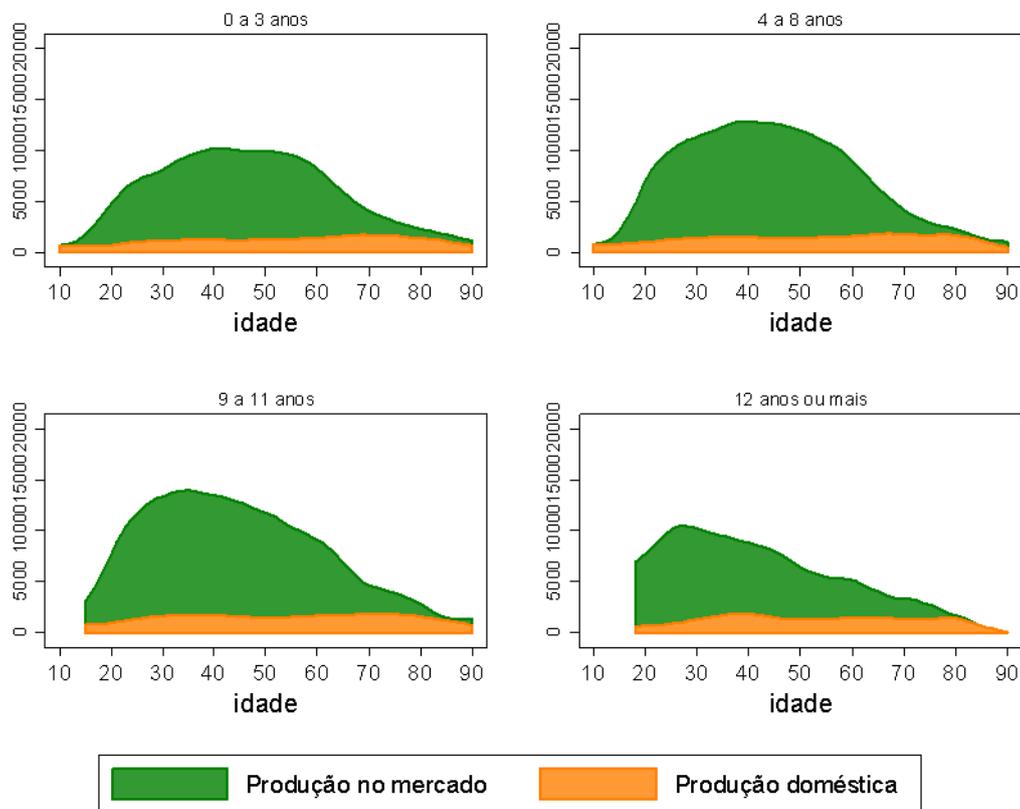
Como a carga de trabalho doméstico masculina não é sensível ao nível de escolaridade, em todos os níveis analisados a produção doméstica tem a mesma representatividade dentro da produção econômica total (Gráfico 33).

GRÁFICO 32 - Produção anual per capita doméstica e de mercado (R\$) por idade e nível de escolaridade. Brasil, mulheres, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

GRÁFICO 33 - Produção anual per capita doméstica e de mercado (R\$) por idade e nível de escolaridade. Brasil, homens, 2013



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos

Essas análises apresentam a produção econômica total de homens e mulheres. Assim como no caso do trabalho doméstico, é necessário analisar a face do consumo dessa produção total, para estimar o déficit do ciclo de vida econômico, como a metodologia do NTTA propõe. Para isso, é necessário incorporar à base de dados da PNAD as informações de consumo privado e público, disponíveis na Pesquisa de Orçamentos Familiares. Essa análise compõe a agenda futura de pesquisas, derivada da base dados que foi construída para a elaboração desse trabalho.

6 Conclusão

Esse trabalho desafiou a limitação imposta pelas fontes de dados sobre trabalho doméstico no Brasil. Como a revisão da literatura buscou demonstrar, as desigualdades entre homens e mulheres na alocação em trabalho remunerado e não remunerado vêm sendo investigada há décadas em uma série de países, devido à disponibilidade de dados para isso. Em um atraso considerável em relação aos nossos vizinhos, apesar de diversos esforços descritos, não possuímos, até os dias atuais, uma pesquisa com representatividade nacional de uso do tempo. Entretanto, os demógrafos, sobretudo os de países com histórico de limitação de dados, como no nosso caso, encontram alternativas metodológicas para ampliar as possibilidades de análise frente a esse tipo de questão.

A saída encontrada foi adaptar o método de padronização indireta, comumente utilizado nas estimativas de mortalidade para chegar a uma função por idade correta da produção de trabalho doméstico. De posse de uma opção metodológica, a etapa seguinte foi encontrar um país que pudesse ser utilizado como padrão. Como se descreveu, a Colômbia teria para oferecer tanto as similaridades sociais, culturais e econômicas quanto uma rica pesquisa de uso do tempo aplicada em todo o país¹⁶. Esse método permitiu estimar as horas dedicadas aos cuidados de crianças que são sub-declaradas em decorrência da metodologia empregada na PNAD entre 2001 e 2013. Na PNAD 2013, o tempo de trabalho doméstico de uma mulher média de 25 anos deveria ser 30% maior do que o observado, pela ausência da carga de cuidado com filhos. Aos 35 anos, o tempo de trabalho doméstico declarado pelos homens deveria ser corrigido em 55%, pela mesma razão. Na comparação com os padrões etários internacionais de dedicação ao trabalho doméstico, pode-se concluir que o método proposto consegue contornar a questão do cuidado com as

¹⁶ Cabe agradecer ao Departamento Administrativo Nacional de Estatística - DANE da Colômbia, que, através de um simples cadastro de um perfil de pesquisador, possibilita o acesso à base de dados completa da pesquisa de uso do tempo do país. Essa disponibilidade, sem dúvida, foi essencial para o desenvolvimento desse trabalho.

crianças, fornecendo uma curva sensível ao momento do curso de vida associado à maternidade e à paternidade, não observada anteriormente.

Essa correção abriu espaço para uma série de análises que já vinham sendo feitas em outros países. Influenciada e guiada pelo projeto *Counting Women's Work*, busquei, nesse trabalho, gerar as primeiras estimativas de consumo e transferência de tempo de trabalho doméstico não remunerado do Brasil. Essa análise oferece novas visões sobre o trabalho doméstico. A primeira delas, sob a ótica do consumo, permite evidenciar que, quando não são levados em consideração os cuidados e as atividades domésticas feitas dentro dos domicílios, incorre-se em uma subestimação do real valor consumido pelas famílias, que vai além dos bens e serviços adquiridos no mercado. A segunda delas, sob a ótica das transferências, contribui, antes mesmo que se atribua um valor econômico ao trabalho doméstico, para que se visualize o trabalho doméstico como um recurso cedido, sobretudo por parte das mulheres, para o bem-estar das famílias.

As estimativas evidenciam a inequidade de gênero na transferência intergeracional de tempo de trabalho doméstico não remunerado. De modo não surpreendente, as análises demonstraram que as mulheres passam toda a vida adulta na condição de transferidoras líquidas de trabalho doméstico, ou seja, produzindo dentro dos domicílios mais trabalho doméstico do que consomem. Os homens, ao longo de todo o curso de vida, apresentam-se como consumidores líquidos desse tipo de recurso, sempre consumindo mais do que produzem. Entretanto, desigualdades significativas surgem quando se considera a condição socioeconômica dos indivíduos. As mulheres mais pobres tornam-se transferidoras líquidas quase 10 anos antes em comparação com as mulheres mais ricas.

Uma vez estimado o nível correto de produção de trabalho doméstico no Brasil, foram aplicados três métodos de valoração do trabalho doméstico não remunerado. Esse exercício buscou, mais do que decidir pelo melhor método para encontrar o valor da contribuição indireta para economia via trabalho doméstico, discutir os efeitos dos níveis dos rendimentos no país sobre as estimativas e a comparação internacional. A produção doméstica acumulada,

precificada pelo rendimento-hora de substitutos para as atividades de cuidados e demais afazeres domésticos, representou, em 2013, 10,44% do PIB brasileiro, sendo que, o trabalho não remunerado das mulheres equivaleria a 8,42% do PIB. Quando o trabalho doméstico é incorporado à produção econômica, ou seja, quando se considera tanto o mercado de trabalho quanto o âmbito doméstico, os níveis de produção de homens e mulheres são praticamente os mesmos. Essas análises dão a devida visibilidade ao trabalho doméstico, bem como à contribuição feminina para a economia.

O trabalho proposto, de correção da informação de tempo de trabalho doméstico não remunerado no Brasil e da aplicação da metodologia de cálculo de consumo e transferência desse recurso possibilitará a construção de uma base de dados sobre produção, consumo e transferência de tempo. Essa base de dados será utilizada em uma ampla agenda de pesquisas futuras sobre como homens e mulheres de diferentes idades, coortes, status socioeconômicos, inseridos em contextos familiares distintos diferem na forma como produzem, consomem e transferem tempo de trabalho doméstico. A base de dados criada será também o ponto de partida para a análise combinada da produção doméstica e de mercado e para a imputação de informações de consumo de bens privados a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.

Agenda de pesquisa

A elaboração dessa tese se inscreve em um propósito mais amplo de pesquisa que consiste em contrapor as esferas domésticas e de mercado de trabalho na produção econômica no Brasil, de modo a estabelecer os diferenciais de gênero que condicionam tanto os entraves que as mulheres enfrentam na inserção no mercado de trabalho, quanto as mudanças nas escolhas relativas à coresidência e formação de famílias. Uma vez enfrentado o desafio de estimar a produção doméstica em termos comparáveis à produção econômica convencional pelo trabalho remunerado, podemos estimar o conjunto das transferências que os indivíduos fazem, condicionadas à sua idade, sexo, posição socioeconômica e tipo de composição familiar. Como as decisões de formação de domicílio (coabitação, casamento, nascimentos, separações e formação de domicílios nucleares ou estendidos) são muito sensíveis às possibilidades dessas transferências, nosso propósito é incorporar esses resultados para melhor entender as tendências de mudanças na composição das famílias no Brasil e os seus efeitos no bem-estar dos indivíduos.

Como parte da agenda de pesquisa estabelecida a partir do desenvolvimento dessa tese, existem dois temas específicos a serem tratados em seguida. O primeiro refere-se à penalidade da maternidade e prêmio pela paternidade. Uma das características marcantes no mercado de trabalho brasileiro é o diferencial entre os salários de homens e mulheres. Nos estudos sobre diferenciais de salários, uma questão que tem sido discutida é a penalidade da maternidade e prêmio da paternidade sobre os salários. A penalidade da maternidade é o termo usado para descrever as diferenças observadas entre mulheres com características semelhantes e que se diferenciam apenas com relação à presença de filho no domicílio, que estaria associada a menores salários. Já no caso dos homens, a paternidade parece estar associada a um bônus no salário (BUDIG, M. J.; ENGLAND, 2001; CORRELL; BENARD; PAIK, 2007; HINZE, 2000).

Para Budig (2014), a diferença salarial persiste porque o bônus de paternidade e a penalidade da maternidade não são uniformemente distribuídos em todos os níveis de renda e de classe social. O "bônus" da paternidade; segundo a

autora, seria muito maior para os homens no topo da distribuição de renda enquanto as mulheres dos níveis mais baixos de renda teriam uma pena de maternidade significativa e onerosa. Pretende-se, a partir de uma análise micro, investigar essa hipótese para o caso brasileiro.

O outro tema de pesquisa sobre o qual se pretende avançar é o das Transferências intergeracionais no contexto de fecundidade adolescente. No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, tornam-se cada vez mais comuns famílias multigeracionais compostas por mães solteiras que vivem com seus pais. Não apenas as mães solteiras, mas também as separadas e divorciadas tendem a corresidir em domicílios chefiados por outro parente, principalmente por suas próprias mães (Kennedy e Ruggles, 2012; Heggeness, 2009; Esteve, Lesthaghe e Garcia-romano, 2013). Os domicílios multigeracionais atuam como um mecanismo de compartilhamento de recursos e necessidades das gerações, já que a corresidência facilita as trocas entre membros de uma família, principalmente na questão do cuidado, seja da geração mais nova, seja da geração mais velha, ou, em alguns casos, de ambos simultaneamente.

Nos países desenvolvidos, já se demonstrou a importância do tempo que os avós gastam no cuidado dos netos para a participação de seus filhos no mercado de trabalho. As transferências de tempo têm efeitos positivos importantes sobre a acumulação de capital e esses efeitos podem ser tão significativos quanto os das transferências monetárias (CARDIA; NG, 2003; GRAY, 2005). A partir das estimativas de consumo e transferência de tempo de trabalho doméstico, será possível investigar a associação entre a dinâmica doméstica e as variáveis de mercado de trabalho e educação de jovens mães.

Referências

ABRAHAM, K.; MACKIE, C. *Beyond the Market: Designing Nonmarket Accounts for the United States*. Washington: , 2005. Disponível em: <The National Academies Press>.

AGUIAR, N. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. *Revista Econômica*, v. 12, n. 1, p. 64–82, 2010.

AGUIAR, N. *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis/RJ, 1984.

ALTINTAS, E.; SULLIVAN, O. Fifty years of change updated: Cross-national gender convergence in housework. *Demographic Research*, v. 35, n. 1, p. 455–470, 2016.

ÁNGEL, L. E. Transformaciones recientes en la familia colombiana. *Revista de Trabajo Social*, v. 1, p. 51–60, 1998.

ANXO, D. *et al.* Gender Differences in Time Use over the Life Course in France, Italy, Sweden, and the US. *Feminist Economics*, v. 17, n. 3, p. 159–195, 2011.

ARACELI DAMIÁN. La captación del uso de tiempo y la medición de la pobreza de tiempo. Algunas reflexiones sobre la experiencia en México. In: GARCÍA, B.; PACHECO, E. (Org.). *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México.*, 2014. p. 586.

ARTIS, Julie E. , PAVALKO Eliza K. "Explaining The Decline In Women's Household Labor: Individual Change and Cohort Differences." *Journal of Marriage and Family* 65,3 (August 2003): 746-762.

ARTHUR, W. B.; MCNICOLL, G. Samuelson, population and intergenerational transfers. *Samuelson, population and intergenerational transfers*, v. 19, n. 1, p. 241-246, 1978.

ASLAKSEN, I.; KOREN, C. Unpaid household work and the distribution of extended income: The Norwegian experience. *Feminist Economics*, v. 2, n. 3, p. 65–80, 1 nov. 1996. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13545709610001707766>>.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (Org.). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: 2014a. p. 108.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: 2014b. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/07/livro_trabalho_versaoonline.pdf>.

BARAJAS, M. DE LA P. L. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres –. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Org.). *Uso do Tempo e Gênero*. [S.l.: s.n.], 2017. p. 21–42.

BARBOSA, A. L. N. DE H. Participação Feminina No Mercado De. *Repositório do Conhecimento do Ipea*, p. 31–41, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3736/1/bmt57_nt02_participacao.pdf>.

BAXTER, J.; BITTMAN, M. Measuring time spent on housework: A comparison of two approaches. *Australian Journal of Social Research*, v. 1, p. 21–46, 1995.

BAXTER, J.; HEWITT, B.; WESTERN, M. Post-Familial Families and the Domestic Division of Labour. *Journal of Comparative Family Studies*, v. 36, n. 4, p. 583–600,

2005.

BECKER, G. S. *A Treatise on the Family*. 1993.

BIANCHI, S. M. *et al.* Is anyone doing housework? Trends in the gender division of household labor. *Social Forces*, v. 79, p. 191–222, 2000.

BITTMAN, M. *et al.* “When Does Gender Trump Money? Bargaining and Time in Household Work. *American Journal of Sociology*, v. 109, n. 1, p. 186–214, 2003.

BLOOD, R. O.; WOLFE, D. M. *Husbands & wives: the dynamics of married living*. Universidade de Michigan: Free Press, 1960.

BONKE, J. Paid work and unpaid work: Diary information versus questionnaire information. *Social Indicators Research*, v. 70, n. 3, p. 349–368, 2005.

BORRA, C.; SEVILLA, A.; GERSHUNY, J. Calibrating Time-Use Estimates for the British Household Panel Survey. *Social Indicators Research*, v. 114, n. 3, p. 1211–1224, 2013.

BRINES, J. Economic Dependency, Gender, and the Division of Labor at Home. *American Journal of Sociology*, v. 100, n. 3, p. 652–688, 1994.

BRUSCHINI, M. C. A. Mulher, casa e família. *São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas; Revista dos Tribunais*, 1990.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 2, p. 331–353, 2006.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537–572, 2007.

BRYANT, W. K.; ZICK, C. Are we investing less in the next generation? Historical trends in time spent caring for children. *Journal of Family and Economic Issues*, v. 17, n. 3/4, p. 365–392, 1996.

BUDIG, M. J. The fatherhood bonus and the motherhood penalty: Parenthood and the gender gap in pay. *Washington, DC: Third Way*, 2014.

BUDIG, M. J.; ENGLAND, P. The Wage Penalty for Motherhood. *American Sociological Review*, v. 66, n. 2, p. 204–225, 2001.

BUDLENDER, D. Why we should care about unpaid work? *Harare: Unifem*, 2004.

BUDLENDER, D.; BRATHAUG, A. Cómo valorar el trabajo no remunerado. *La economía invisible y las desigualdades de género. La importancia de medir y valorar el trabajo no remunerado*. Washington: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2008. .

BUCHELI, Marisa; LARA, Cecilia. Brechas de género en el mercado laboral y en la producción del hogar Uruguay, 2006-2013 Presentación en “nacionales de transferencia una apuesta de Colombia y el mundo. brecha de género en las cuentas nacionales de transferencias y de tiempo”, Universidad Nacional de Colombia y Naciones Unidas de Colombia, 28 de febrero de 2018, Bogotá.

CARDIA, E.; NG, S. Intergenerational time transfers and childcare. *Intergenerational time transfers and childcare*, v. 6, p. 431–454, 2003.

CARVALHO, J. A. M. DE; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. D. N. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. p. 64, 1998. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pos/dm/selecao/2009/texto_carvalho.pdf>.

CEPAL. Classification of Time-Use Activities for Latin America and the Caribbean. 2016.

- CHARRY, A. La participación laboral de las mujeres no jefes de hogar en Colombia y el efecto del servicio doméstico. *Borradores de Economía*, v. 262, p. 1–41, 2003.
- CHEUNG, A. K.; LUI, L. Hiring Domestic Help in Honk Kong: The Role of Gender Attitude and Wife's Income. *Journal of Family Issues*, v. 38, n. 1, p. 1–27, 2015.
- COHEN, P. N. REPLACING HOUSEWORK IN THE SERVICE ECONOMY Gender, Class, and Race-Ethnicity in Service Spending. *Gender and Society*, v. 12, n. 2, p. 219–31, 1998.
- CORRELL, S.; BENARD, S.; PAIK, I. Getting a job: Is there a motherhood penalty? *American Journal of Sociology*, v. 5, p. 1297–1338, 2007.
- COVERMAN, S. Explaining Husbands' Participation in Domestic Labor. *Sociological Quarterly*, v. 26, n. 1, p. 81–97, 1985.
- CUEVAS, A. *et al.* Fiscal Challenges of Population Aging in Brazil. *IMF Working Paper*, v. 17/99, p. 28, 2017. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2017/04/26/Fiscal-Challenges-of-Population-Aging-in-Brazil-44850>>.
- D'ALBIS, H.; MOOSA, D. Generational economics and the national transfer accounts. *Journal of Demographic Economics*, v. 81, n. 4, p. 409–441, 2015.
- DANE. *ENCUESTA NACIONAL DE USO DEL TIEMPO (ENUT) 2016 – 2017*. Bogotá: [s.n.], 2017. Disponível em: <http://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/mmm/bol_emm_ene18.pdf>.
- DIEESE. O Emprego Doméstico no Brasil. *Estudos e Pesquisas*, v. 68, p. 27, 2013. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>>.
- DONEHOWER, G. *Incorporating Gender and Time Use into NTA: Estimating NTA and National Time Transfer Accounts by Sex*. [S.l.: s.n.], 2014
- DURAN, M. A. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. *Revista de Ciências Sociais*, v. 18, p. 56–69, 2000.
- ESCOBAR, Nora Segura; MEERTENS, Donny. Desarraigo, género y desplazamiento interno en Colombia Nueva Sociedad Nro. 148 Marzo-Abril 1997, pp. 30-43.
- ENCE. *Relatórios de pesquisa*. [S.l.]: IBGE, 2001.
- ESTEVE, A.; GARCÍA-ROMÁN, J., LESTHAEGHE R. 'The Family Context of cohabitation and single motherhood in Latin America'. Presented in Session 112: Family relationship beyond the household. 2013
- FIGUEIREDO, M. O papel sócio-econômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira do litoral norte da Bahia. *Cadernos de Debate: a estrutura familiar na opressão feminina*, v. 6, n. 35–78, 1980.
- FLEMING, R.; SPELLERBERG, A. *Using time use data: a history of time use surveys and uses of time use data*. [S.l.]: Statistics New Zealand, 1999.
- FONTOURA, N. *et al.* Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. *Revista Econômica*, v. 12, n. 1, 2010.
- FONTOURA, N. DE O.; GONZALEZ, R. Aumento Da Participação De Mulheres No Mercado De Trabalho: Mudança Ou Reprodução Da Desigualdade? p. 21–26, 2009.
- FRAUMENI, B. *Cuentas de producción domésticas de los hogares para Canadá, México y Estados Unidos: aspectos metodológicos, resultados y recomendaciones*. Washington: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2008.

GALVIS, L. A. Diferenciales salariales por g_enero y regi_on en Colombia: Una aproximaci_on con regresi_on por cuantiles. *Revista de Econom__a del Rosario*, v. 13, n. 2, p. 235–277, 2010.

GARCIA, B.; PACHECO, E. *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México*. [S.l.]: El Colegio de México, 2014.

GARCÍA, J. I.; QUEVEDO, C. H.; CRUZ, G. A. Informalidad y subempleo en Colombia: dos caras de la misma moneda / Informal jobs and underemployment in Colombia: two sides of the same coin / Informalidade e sub-emprego na Colômbia: duas caras da mesma moeda. *Cuadernos de Administración VO - 21*, v. 21, n. 37, p. 211, 2008. Disponível em: <<http://ezproxy.unal.edu.co/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edssci&AN=edssci.S0120.35922008000300010&lang=es&site=eds-live>>.

GERSHUNY, J. Telling the Time: Some Reflectios on Time-Diary Methodology. *Changing Times: Work and Leiusure in Postindustrial Society*. [S.l.]: Oxford University Press, 2003. p. 249–269.

GRAY, A. The changing availability of grandparents as carers and its implications for child care policy in the UK. *Journal of Social Policy*, v. 34, n. 4, p. 557–577, 2005.

GUERRA, M. DE F. L. *Trabalhadoras domésticas no Brasil: coortes, formas de contratação e famílias contratantes*. 2017. 151 f. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017.

GUIGINSKI, J. T. Mercado de Trabalho e Relações de Gênero – associação entre a presença de filhos e as condições de acesso ao trabalho das mulheres Mercado de Trabalho e Relações de Gênero –. *Dissertação de Mestrado*, n. UFMG, 2015.

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. Composição Etária Domiciliar E O Acesso Ao Trabalho Das Mulheres Adultas–Brasil 2000 E 2010. 2016, [S.l: s.n.], 2016.

GURYAN, J.; HURST, E.; KEARNEY, M. S. *Parental education and parental time with child*. , nº 13993. [S.l: s.n.], 2008.

HARVEY, A. .; TAYLOR, M. E. Time use. In: GROSH, M.; GLEWWE, P. (Org.). . *Designing Household Survey Questionnaires for Developing Countries: Lessons from Fifteen Years of LSMS Experience*. Washington: World Bank, 2000. .

HARVEY, Andrew S. , A Review of Two Approaches to Classifying Time-Use Activities. Expert Group Meeting on Methods for Conducting Time-use Surveys 13-16 October 1997 New York

HAWRYLYSHYN, O. The value of household services: a survey of empirical estimates. *Review of Income and Wealth*, v. 22, p. 101–131, 1976.

HEGGENESS, Misty. “(Mis)Measuring Lone-Mother Families.” in Annual Meeting of the Population Association of America. Detroit. 2009

HINZE, S. Inside medical marriages: The effect of gender and income. *Work and Occupations*, v. 27, p. 465–499, 2000.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

HIRWAY, I. Estimating Work Force using Time Use Statistics in India and its Implications for Employment Policies. *Proceedings of the International Seminar on Time Use Studies*, 1999.

IBGE. Agência de notícia. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e>

cuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo.html. 2018

ILAHI, N. *The intra-household allocation of time and tasks: what have we learned from the empirical literature.* . [S.l: s.n.], 2000.

IRONMONGER, D. Household production and the household economy. p. 1–14, 2000.

ITABORAÍ, N. R. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero.* 2015. 491 f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

JELIN, E. Familia y género: notas para el debate. *Estudios Feministas*, v. 2, n. 3, p. 395–413, 1995.

JIMÉNEZ-FONTANA, Pamela. Challenges to increase female labor force participation: Gender Inequality in Costa Rica. CWW Working Paper WP1. ISBN 978-1-920633-46-2. 2017

JUSTER, F. T.; ONO, H.; STAFFORD, F. P. An assessment of alternative measures of time use. *Sociological Methodology*, v. 33, p. 19–54, 2003.

KAN, M. Y.; PUDNEY, S. Measurement error in stylised and diary data on time use. *Sociological Methodology*, v. 38, n. 1, p. 101–132, 2008. Disponível em: <<https://www.iser.essex.ac.uk/research/publications/511885>>.

KENNEDY, S. RUGGLES, S. Single parenthood and intergenerational coresidence in developing countries. European Population Conference (extended abstract), Stokholm. 2012

KITTERØD, R. H.; LAPPEGÅRD, T. *A typology of work-family arrangements among dual-earner couples in Norway.* , Statistics Norway, Research Department., nº 636. [S.l: s.n.], 2010.

LAAT, J. DE; SEVILLA, A. The Fertility and Women's Labor Force Participation puzzle in OECD Countries: The Role of Men's Home Production. *Feminist Economics*, v. 17, n. 2, p. 87–119, 2011.

LEE, R. A Historical Perspective on Economic Aspects of the Population Explosion: The Case of Preindustrial England. In: EASTERLIN, R. A. (Org.). . *Population and Economic Change in Developing Countries.* [S.l.]: University of Chicago Press, 1980. p. 517–566.

MACHADO, M. S. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (Org.). . *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.* Recife: [s.n.], 2014. p. 108.

MACHADO, N.; BRITTO, A. Tempo de mulher, tempo de trabalho entre mulheres proletárias em Salvador. 1982, Friburgo: [s.n.], 1982.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 2, p. 547–566, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200015&lng=pt&tlng=pt>.

MARRI, I. G.; WAJNMAN, S. Esposas como principais provedoras de renda familiar. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 24, n. 1, p. 19–35, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982007000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

MELO, H. P. DE; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n. 1, p. 135–158, 2009.

- MELO, H. P. DE; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C.; BARAJAS, M. DE LA P. L. (Org.). . *Uso do Tempo e Gênero*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016. p. 268.
- MELO, H. P. DE; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, v. 16, n. 3, p. 435–454, 2007.
- NETO, M. O que Menina “Pode” e “Deve” Fazer: O Papel da Criança do Sexo Feminino na Divisão do Trabalho da Família Urbana. *Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, v. 30, 1982.
- NIEMI, I. Systematic error in behavioural measurement: Comparing results from interview and time budget studies. *Social Indicators Research*, v. 30, p. 229–244, 1993.
- NIETO, M. P. Importancia del trabajo no remunerado: su medición y valoración mediante las encuestas de uso del tiempo. In: GARCÍA, B.; PACHECO, E. (Org.). . *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México*. [S.l.]: Colegio de Mexico, 2014. p. 53–114.
- NTA. *Counting Women’s Work: Measuring the gendered economy in the market and at home*. . [S.l.: s.n.]. , 2017
- OIT. *Domestic Workers Across the World: Global and regional statistics and the extent of legal protection*, 2013. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_173363.pdf>.
- PACHECO, E.; FLOREZ, N. Entre lo rural y lo urbano. Tiempo y desigualdades de género. In: GARCIA, B.; PACHECO, E. (Org.). . *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México*. [S.l.: s.n.], 2014. .
- PARKER, S. W.; GANDINI, L. Cuantificación de sesgos en la contabilización del uso del tiempo a partir de metodologías de diarios y cuestionarios. *Cuaderno de trabajo*, v. 30, 2011.
- PARSONS, T.; BALES, R. F. *Family, socialization and interaction process*. Universidade de Michigan: Free Pres, 1955.
- PEDRERO, M. Género, trabajo doméstico y extradoméstico en México: una estimación del valor económico del trabajo doméstico. *Estudios Demográficos y Urbanos*, v. 56, p. 413–446, 2004.
- PINEDA, V. G. DE. Modalidades familiares de fin de siglo. *Región y cultura*, v. 5, p. 286–299, 2005. Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/42006/1/Modalidadesfamiliaresdefindesiglo.pdf>>.
- PLECK, J. H.; MASCIADRELLI, B. P. Paternal involvement by U.S. residential fathers: Levels, sources, and consequences. In: LAMB ME (Org.). . *The role of the father in child development*. [S.l.]: 4th ed. New York: Wiley, 2004. p. 222–271.
- PRESS, J. E.; TOWNSLEY, E. Wives’ and husbands’ housework reporting: Gender, class, and social desirability. *Gender and Society*, v. 12, p. 188–218, 1998.
- REID, M. G. *Economics of Household Production*. New York: [s.n.], 1934.
- ROBINSON, J. P. The validity and reliability of diaries versus alternative time use measures. In: STAFFORD, F. T. J. & F. P. (Org.). . *Time, goods, and well-being*. [S.l.]: The University of Michigan, 1985. p. 33–62.
- SAMBT, J.; DONEHOWER, G.; VERBIČ, M. Incorporating household production into the National Transfer Accounts for Slovenia. *Post-Communist Economies*, v. 28, n. 2, p. 249–267, 2016.
- SAMUELSON, P. An Exact Consumption Loan Model of Interest with or without the Social Contrivance of Money. *Journal of Political Economy*, v. 66, p. 467–482, 1958.

- SANT'ANNA, W. Desigualdades étnico/ raciais e de gênero no Brasil - As revelações possíveis dos Índices de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero. *Revista Trimestral de Debate da FASE*, v. 88/89, 2001.
- SCORZAFAVE, L.; MENEZES-FILHO, N. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 31, n. 3, p. 441–478, 2001.
- SEVILLA-SANZ, A.; GIMÉNEZ-NADAL, J.; FERNÁNDEZ, C. Gender roles and the division of unpaid work in Spanish Households. *Feminist Economics*, v. 14, n. 4, p. 137–184, 2010.
- SHELTON, B.; JOHN, D. The division of household labor. *Annual Review of Sociology*, v. 22, p. 299–322, 1996.
- SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. *Revista Gênero*, v. 9, n. 1, p. 9–29, 2008.
- SOARES, C.; SABÓIA, A. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005*. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <http://186.228.51.37/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf>.
- SORJ, B. *Reconciling work and family: issues and policies in Brazil*. . Geneva International Labour Office: Conditions of Work and Employment Series. , 2004
- SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 573–594, 2007.
- SOUZA, M. F. DE; NEUBERT, L. F.; AGUIAR, N. Múltiplas Temporalidades de Referência: Estudo da Percepção de Usos do Tempo sob a Perspectiva de Gênero. 2003, Campinas/SP: [s.n.], 2003.
- SPITZER, S.; HAMMER, B. *The Division of Labour Within Households: Fractional Logit Estimates based on the Austrian Time Use Survey*. , Agenta. [S.l: s.n.], 2017.
- SULLIVAN, O.; GERSHUNY, J.; ROBINSON, J. *The Continuing “Gender Revolution” in Housework and Care: Evidence from Long-term Time-use Trends*. . [S.l: s.n.], 2015.
- TOMÁS, M. C. *Interracial Marriage in Brazil: a discussion about local marriage market, parents’ characteristics, and household chores*. . [S.l: s.n.], 2012.
- TREAS, J.; RUIJTER, E. DE. Earnings and Expenditures on Household Services in Married and Cohabiting Unions. *Journal of Marriage and Family*, v. 70, n. 3, p. 796–805, 2008.
- UNFPA. *Uso del tiempo y Trabajo No Remunerado en Uruguay*. 2013.
- UNITED NATIONS. *Guide to Producing Statistics on Time Use: Measuring Paid and Unpaid Work*. [S.l: s.n.], 2005.
- UNITED NATIONS. *International Classification of Activities for Time Use Statistics 2016 (ICATUS 2016)*. v. 3, n. March, 2017.
- UNITED NATIONS. *Measuring and Analysing the Generational Economy*. [S.l.]: Population Studies, 2013.
- URDINOLA, Piedad B. Tovar, Jorge A. *Time Use and Gender in Colombia*. NTA Working Paper 17-06 <http://ntaccounts.org/doc/repository/NTAWP17-06.pdf>. 2017
- VALENCIA, D. G.; ZAPATA, L. P. *El Trabajo doméstico desde la óptica de la eficacia de la norma*. 2017. Universidad EAFIT, 2017.
- VARGHA, L. *et al. Manual of NTTA methodology and guidelines to the AGENTA NTTA*

data explorer. . [S.l: s.n.], 2017.

VARGHA, L.; GÁL, R. I.; CROSBY-NAGY, M. O. Household production and consumption over the lifecycle: National Time Transfer Accounts in 14 European countries. *Demographic Research*, v. 36, n. March, p. 905–944, 2017. Disponível em: <<http://www.demographic-research.org/volumes/vol36/32/>>.

VELAZCO, J.; VELAZCO, J. Estimativa do valor econômico do trabalho não remunerado: Uma aplicação para o Peru. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Org.). . *Uso do Tempo e Gênero*. Rio de Janeiro: UERJ e IPEA, 2016. p. 139–166.

VIEIRA, J. M. *Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências sócio-demográficas*. 2009. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

WAJNMAN, S. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: PORTO, M. (Org.). . *Olhares femininos, mulheres brasileiras*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. p. 77–108.

WILLIS, R. J. Life cycles, institutions and population growth: A theory of the equilibrium interest rate in an overlapping-generations model. In: LEE, R. D.; ARTHUR, W. B.; RODGERS, G. (Org.). . *Economics of Changing Age Distributions in Developed Countries*. Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 106-138.

WINKLER, A. E. Measuring Time Use in Households With More Than One Person. *Monthly Labor Review*, v. 125, n. 2, p. 45–52, 2002.

ZAGHENI, E. *et al. A comparative analysis of European time transfers between generations and genders*. [S.l: s.n.], 2014.

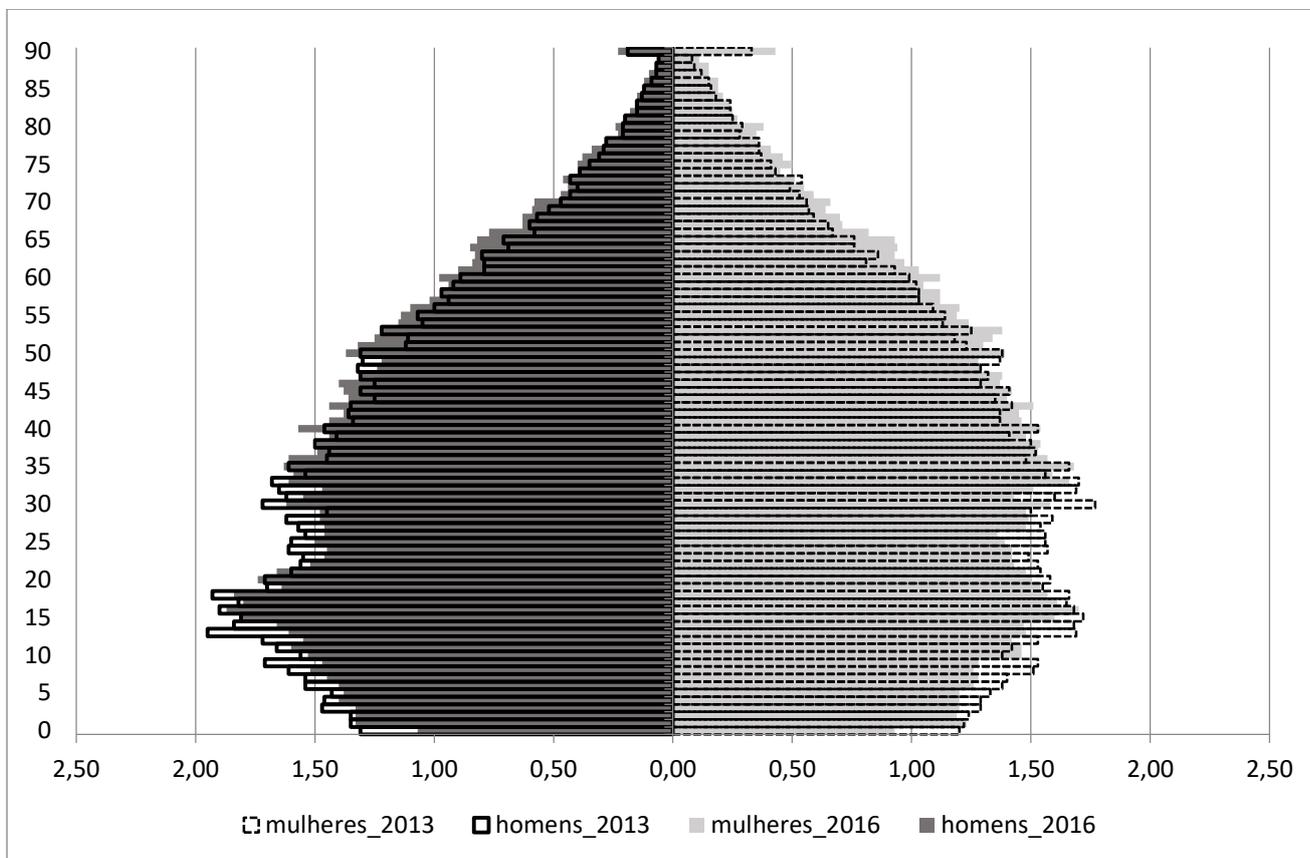
Anexos

TABELA 3 - Modelo de regressão múltipla para rendimento-hora. Brasil, homens e mulheres, 10 anos ou mais de idade.

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	z	P> z	[IC 95%]	
Idade	0,0383354	0,0000305	1255,31	0,000	0,0382755	0,0383952
Idade ao quadrado	-0,0003764	0,0000004	-1006,50	0,000	-0,000377	-0,000376
Anos de estudo	0,0560621	0,0000244	2293,22	0,000	0,0560142	0,05611
Sexo	0,1489774	0,0001948	764,71	0,000	0,1485955	0,1493592
Raça - indígena ref						
Branca	0,1056394	0,0014198	74,40	0,000	0,1028566	0,1084222
Preta	0,0273507	0,0014368	19,04	0,000	0,0245346	0,0301668
Amarela	0,1798947	0,0018564	96,91	0,000	0,1762563	0,1835331
Parda	0,0358316	0,0014183	25,26	0,000	0,0330518	0,0386114
Residência meio urbano	0,2475974	0,0002376	1042,17	0,000	0,2471317	0,248063
UF - Rodônia ref						
Acre	-0,0971351	0,0015508	-62,64	0,000	-0,100175	-0,094096
Amazonas	0,0338464	0,0009899	34,19	0,000	0,0319062	0,0357867
Roraima	-0,0600993	0,0017516	-34,31	0,000	-0,063532	-0,056666
Pará	-0,1784875	0,0008975	-198,87	0,000	-0,180247	-0,176728
Amapá	-0,0937051	0,001583	-59,19	0,000	-0,096808	-0,090603
Tocantins	-0,1109444	0,0012053	-92,05	0,000	-0,113307	-0,108582
Maranhão	-0,2224494	0,0009305	-239,08	0,000	-0,224273	-0,220626
Piauí	-0,4550809	0,0010112	-450,03	0,000	-0,457063	-0,453099
Ceará	-0,4066848	0,00089	-456,93	0,000	-0,408429	-0,40494
Rio Grande do Norte	-0,247934	0,0010027	-247,26	0,000	-0,249899	-0,245969
Paraíba	-0,3121673	0,0009842	-317,18	0,000	-0,314096	-0,310238
Pernambuco	-0,2465932	0,0008876	-277,81	0,000	-0,248333	-0,244854
Alagoas	-0,2082848	0,0010361	-201,04	0,000	-0,210316	-0,206254
Sergipe	-0,2390478	0,0010874	-219,83	0,000	-0,241179	-0,236917
Bahia	-0,2876949	0,0008556	-336,25	0,000	-0,289372	-0,286018
Minas Gerais	-0,0690743	0,0008385	-82,38	0,000	-0,070718	-0,067431
Espírito Santo	-0,0360439	0,000962	-37,47	0,000	-0,037929	-0,034158
Rio de Janeiro	0,0844117	0,0008532	98,93	0,000	0,0827394	0,086084
São Paulo	0,05899	0,0008256	71,45	0,000	0,0573719	0,0606082
Paraná	0,0451283	0,0008649	52,18	0,000	0,0434332	0,0468234
Santa Catarina	0,132684	0,0009035	146,85	0,000	0,1309131	0,1344548
Rio Grande do Sul	0,0140926	0,0008669	16,26	0,000	0,0123935	0,0157916
Mato Grosso do Sul	0,060994	0,0010193	59,84	0,000	0,0589962	0,0629918
Mato Grosso	0,0677126	0,0009998	67,73	0,000	0,065753	0,0696721
Goiás	0,0071613	0,000901	7,95	0,000	0,0053954	0,0089272
Distrito Federal	0,1060008	0,0010613	99,88	0,000	0,1039207	0,1080809
_constante	0,1420703	0,0018536	76,65	0,000	0,1384374	0,1457032
Seleção						
Presença de cônjuge no domicílio	0,4197821	0,0002182	1923,73	0,000	0,4193544	0,4202098
Presença criança idade pré-escolar	0,0052776	0,000239	22,08	0,000	0,0048091	0,0057461
Sexo	0,4048348	0,0001982	2042,79	0,000	0,4044464	0,4052232
Anos de estudo	0,0511798	0,0000234	2183,83	0,000	0,0511339	0,0512257
Idade	-0,0039485	0,00000626	-630,35	0,000	-0,003961	-0,003936
Raça - indígena ref						
Branca	0,0050577	0,0017758	2,85	0,004	0,0015772	0,0085381
Preta	0,269721	0,0018008	149,78	0,000	0,2661915	0,2732505
Amarela	-0,2681002	0,0022699	-118,11	0,000	-0,2725491	-0,2636514
Parda	0,1417633	0,001775	79,87	0,000	0,1382844	0,1452423
_constante	-0,934923	0,0018003	-519,32	0,000	-0,938452	-0,931395
/athrho	-0,1671984	0,0006264	-266,92	0,000	-0,168426	-0,165971
/lnsigma	-0,4315414	0,0001057	-4080,98	0,000	-0,4317487	-0,4313342
rho	-0,1656576	0,0006092			-0,1668513	-0,1644633
sigma	0,6495072	0,0000687			0,6493726	0,6496418
lambda	-0,1075958	0,0004029			-0,1083855	-0,1068060

Resultados da comparação do perfil sociodemográfico das amostras da PNAD 2013 e PNADC 2016

GRÁFICO 34 - Estrutura etária por sexo. Brasil, 2013 e 2016



Fonte: PNAD 2013 e PNADC 2016

TABELA 4 - Distribuição da população por sexo. Brasil, 2013 e 2016

Sexo	2013		2016	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Masculino	97.894.193	48,59	99.298.993	48,32
Feminino	103.572.592	51,41	106.212.402	51,68
Total	201.466.785	100,00	205.511.395	100,00

Fonte: PNAD 2013 e PNADC 2016

TABELA 5 - Distribuição da população por raça/cor. Brasil, 2013 e 2016

Raça/cor	2013		2016	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Indígena	689.164	0,34	516.986	0,25
Branca	93.202.116	46,26	91.681.881	44,61
Preta	16.056.818	7,97	15.787.260	7,68
Amarela	947.423	0,47	1.089.982	0,53
Parda	90.566.860	44,95	96.425.881	46,92
Sem declaração	4.404	0,00	9.406	0,00
Total	201.466.785	100,00	205.511.395	100,00

Fonte: PNAD 2013 e PNADC 2016

TABELA 6 – Distribuição da população com 30 anos ou mais por nível de escolaridade. Brasil, 2013 e 2016

Nível de escolaridade	2013		2016	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	14.706.976	13,67	13.472.936	11,65
Até médio incompleto	51.034.315	47,44	53.117.370	45,92
Médio completo ou equivalente	29.231.698	27,17	31.848.757,98	27,54
Superior completo	12.492.649	11,61	17.211.360	14,88
Total	107.465.638	100,00	115.650.425	100,00

Fonte: PNAD 2013 e PNADC 2016

TABELA 7 - Distribuição da população por nível de renda domiciliar per capita. Brasil, 2013 e 2016

Nível de renda domiciliar per capita	2013		2016	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Até ¼ salário mínimo	19.625.127	10,31	25.025.756	12,18
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	34.839.285	18,31	36.629.031	17,83
Mais de ½ até 1 salário mínimo	56.784.963	29,84	59.143.140	28,80
Mais de 1 até 2 salários mínimos	48.115.845	25,29	50.255.199	24,47
Mais de 2 até 3 salários mínimos	14.748.336	7,75	15.911.614	7,75
Mais de 3 até 5 salários mínimos	9.107.157	4,79	10.577.639	5,15
Mais de 5 salários mínimos	7.057.265	3,71	7.848.689	3,82
Total	190.277.978	100,00	205.391.067	100,00

Fonte: PNAD 2013 e PNADC 2016

Nota: PNAD 2013 Faixa de rendimento mensal domiciliar per capita
 PNAD Contínua 2016: Faixa de rendimento (efetivo) domiciliar per capita (inclusive rendimentos em cartão/tiquete transporte ou alimentação) (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico)



Homens são minoria em tarefas domésticas, diz pesquisa

As mulheres são responsáveis por 85% das tarefas domésticas no país e fazem quatro vezes mais serviços em casa do que os homens. Os dados são de uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais e também apontam que, se esse trabalho fosse remunerado, representaria quase 11% do PIB.

07/08/2018 203 visualizações



QUARTA, 08/08/2018, 06:00

País

Atividades domésticas não remuneradas gerariam o equivalente a 11% do PIB nacional, aponta pesquisa

Estudo da UFMG afirma que as mulheres, responsáveis por 85% desses afazeres, ganhariam mais do que os homens se essas tarefas fossem acrescentadas ao salário.

DURAÇÃO: 00:03:46



Atividades domésticas são, na maioria das vezes, atribuídas às mulheres. Foto: Reprodução/Internet

Por Débora Costa

Todos os dias, a empregada doméstica Aureliana do Nascimento, de 45 anos, levanta às 6h, vai trabalhar fora, faz bicos para conseguir aumentar a renda e quando chega em casa, por volta das 17h, ainda tem que encarar uma rotina de atividades domésticas. Ela só descansa à meia noite, após cumprir todas as tarefas do lar.

'Quando eu chego em casa, tenho que arrumar, fazer comida, tenho que colocar uma roupa na máquina pra bater. Enfim, fazer tudo que o meu marido não faz. Eu considero a minha rotina bem pesada.'

Se todas as pessoas, como Aureliana, que gastam horas do dia com as atividades domésticas recebessem por isso, os serviços gerariam o equivalente a quase 11% do PIB Nacional. É o que concluiu uma tese de doutorado do departamento de Demografia da UFMG, que estudou o trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Segundo estudo, o montante do PIB gerado por essas atividades ultrapassaria a casa dos R\$ 582 milhões.

A autora da tese, a demógrafa e professora Jordana Cristina de Jesus explica que o cálculo é baseado no salário-hora mediano das empregadas domésticas, multiplicado pelo número de horas gastas pelos brasileiros para as atividades de casa. Segundo ela, o montante estimado demonstra como a função é desvalorizada socialmente.

'A ideia era justamente tirar da invisibilidade esse tipo de trabalho. Como ele não é um trabalho remunerado na hierarquia. O trabalho remunerado, que é o que a gente faz fora de casa, tem muito mais valor social do que aquele que a gente faz dentro de casa. É um consumo importante, é uma fonte de bem-estar e é o que faz funcionar os domicílios.'

A tese também compara o trabalho doméstico por gênero. Segundo o estudo, as mulheres são responsáveis por 85% dos afazeres dentro de casa. Além disso, a pesquisa mostra que um homem de 30 anos produz, em média, uma hora de atividade doméstica ao longo do dia, enquanto uma mulher da mesma idade, faz quatro vezes mais. A pesquisadora Jordana Cristina de Jesus destaca, ainda, que se fosse somado ao salário das mulheres as tarefas do lar, elas ganhariam mais do que os homens, em qualquer faixa de renda.

'Esse é um resultado importante, porque quando a gente imagina quanto que as pessoas produzem, geralmente a gente só associa à renda do trabalho. E como os homens ganham mais no mercado de trabalho, fica parecendo que a contribuição feminina para a economia é menor, quando não é. Se a gente for olhar pra produção combinada, que se produziu dentro e fora de casa, as mulheres produziram mais do que os homens. Só que produziram parte de um trabalho que não tem reconhecimento, visibilidade social e nem econômica.'

A tese da UFMG compara, ainda, o trabalho doméstico entre as mulheres com mais ou menos escolaridade. Segundo Jordana, uma brasileira de 25 anos, com até três anos de escolaridade, gasta quase seis horas por dia com os afazeres domésticos não remunerados. Já aquelas que estudaram por mais de 12 anos realizam menos de duas horas diárias desse tipo de serviço. Isso significa que as mulheres mais pobres não conseguem terceirizar o trabalho e acabam ficando responsáveis pelos afazeres domésticos.

A tese utilizou dados da PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013, do IBGE.

Aos Fatos

menu

-
- [Twitter](#)
- [Facebook](#)
- [Faça uma doação](#)

Search

Pesquisar:

Search In: Entries



Marcello Casal Jr/Abr

- [Twitter](#)
- [Facebook](#)
- [E-mail](#)
- [WhatsApp](#)

O que Marina acertou e errou no Jornal Nacional e na GloboNews

Por Luiz Fernando Menezes e Ana Rita Cunha

31 de agosto de 2018, 03h05

- [Twitter](#)
- [Facebook](#)
- [Email](#)
- [WhatsApp](#)

Marina Silva, candidata à Presidência da República pela Rede, afirmou erroneamente nesta quinta-feira (30) que não houve críticas em relação à sua atuação no Ministério do Meio Ambiente e que ela seria a única candidata a apoiar a Lava Jato. As declarações foram dadas durante sua entrevista ao Jornal Nacional, da *TV Globo*.

Ela é a última candidata a participar do programa, dedicado nesta semana a sabatar os postulantes ao Palácio do Planalto. Antes, foram entrevistados [Ciro Gomes](#) (PDT), [Jair Bolsonaro](#) (PSL) e [Geraldo Alckmin](#) (PSDB).

Aos Fatos também checkou declarações de Marina ao Jornal das Dez, da *GloboNews*. Veja abaixo o resultado.



FALSO

Não é verdade [que houve críticas sobre a demora no licenciamento durante o tempo no Ministério do Meio Ambiente].

É verdade, sim, que houve críticas em relação ao tempo levado para um licenciamento ambiental enquanto Marina estava à frente do Ministério do Meio Ambiente, cargo que ela ocupou de 2003 a 2008. Segundo o jornal [Extra](#), o ministério “foi considerado um dos entraves ao crescimento econômico, por causa do rigor na liberação de licenças pelo Ibama”. Houve, inclusive, uma [embate entre Marina e Dilma Rousseff](#), à época ministra-chefe da Casa Civil: Dilma pressionava pela construção de hidrelétricas no rio Madeira e Marina destacava a preocupação ambiental.

Quando Marina renunciou ao cargo, alguns jornais chegaram a dizer, na época, que tinha sido [por causa da pressão por causa dessa demora](#) (você pode conferir a carta de demissão [aqui](#)).

Essas críticas fizeram o ex-presidente Lula [encomendar um estudo do Bird](#) (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) para verificar as causas dos atrasos de projetos de usinas hidrelétricas. O estudo “[Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil](#)” verificou que as razões para os licenciamentos terem demorado “incluíam má qualidade dos estudos EIA-RIMAs, burocracia na tramitação das licenças e um alegado preciosismo dos órgãos ambientais, os quais se detinham em problemas válidos, mas de segunda ordem quando se levava em conta o compromisso entre os objetivos de desenvolvimento econômico e de respeito ambiental”.

Nas eleições de 2014, o assunto voltou à pauta quando a então candidata à reeleição [Dilma Rousseff mais uma vez responsabilizou Marina](#) pela demora dos licenciamentos ambientais durante o governo Lula: “No caso de Santo Antônio e Jirau [usinas construídas no Rio Madeira] houve um tempo de demora muito grande [para o licenciamento] (...) houve muitas e muitas demoras... sempre com responsabilidade dela [Marina]”.

Vale ressaltar, no entanto, que a atuação de Marina no Ministério do Meio Ambiente lhe rendeu o prêmio [Champions of the Earth](#) (“Campeões da Terra”, em inglês), da ONU (Organização das Nações Unidas), em 2007, “como reconhecimento ao seu trabalho em favor da preservação da floresta amazônica e da valorização das comunidades locais e tradicionais da região”.



FALSO

Eu sou a única candidata que disse que apóia a Lava Jato.

Como entre os principais candidatos à Presidência há outros que também apoiam publicamente a Lava Jato, a declaração de Marina é FALSA.

Alvaro Dias é um dos candidatos que mais se refere à operação durante a campanha. Na sabatina na [GloboNews](#), por exemplo, disse que a Lava Jato “é fundamental, é a prioridade do povo brasileiro. Todos que forem acusados devem ser investigados. O rigor da lei deve ser aplicado de forma implacável e, obviamente, quem tiver culpa, tem que pagar” e que não vê nenhum abuso das autoridades. Ele também até chegou a dizer que, caso eleito, vai [convidar o juiz Sérgio Moro](#) para ministro da Justiça. Em seu twitter oficial, a posição pró-operação também é recorrente: já se referiu à Lava Jato como “[prioridade nacional](#)”, “[operação que está mudando o Brasil](#)” e disse que ela “[orgulha os brasileiros e conquista até aqui resultados impressionantes](#)”. A BBC chegou até a [apelidá-lo de “candidato Lava Jato”](#).

Já para Jair Bolsonaro a Lava Jato vai ser até um dos temas abordados em seus nove segundos de campanha. Segundo o [Estadão](#), o candidato do PSL escolheu segurança pública como mote e vai mencionar pelo menos três frases: “Pelo fortalecimento da Lava Jato”, “Pela revogação do Estatuto do Desarmamento” e “Em defesa da família”. No ano passado Bolsonaro chegou a [bater continência para Moro](#).

Mesmo alvo de [inquérito](#) na operação, Geraldo Alckmin se diz favorável à operação. Em seu [perfil oficial no Twitter](#), por exemplo, disse que a Lava Jato “deve ser aprofundada” e repetiu o que falou no debate da Band: “cadeia para quem deve”. Na entrevista do [Jornal Nacional](#), ele também disse que defende a Lava Jato e que acha “importantíssimo que elas [as investigações] ocorram”.

Mesmo que Ciro Gomes tenha criticado a operação e o juiz Sérgio Moro algumas vezes — como quando disse que [receberia a “turma” de Moro “na bala”](#) se um dia mandassem prendê-lo —, ele também diz apoiar a Lava Jato. Em sua entrevista ao Jornal Nacional na última segunda-feira (27), falou que apoia a operação “porque ela é uma virada de página na crônica de impunidade que sempre marcou a corrupção dos grandes no Brasil. Porém, a Lava-Jato só prestará bom serviço se for vista pela maioria ou pelo conjunto da sociedade como uma coisa equilibrada. Do lado do PSDB não tem nenhum na cadeia” (informação que, inclusive, [foi checada por Aos Fatos](#)).



VERDADEIRO

Desde 2010 que eu defendo que a gente tinha que transitar para um regime de capitalização e contribuições.

A declaração de Marina Silva é VERDADEIRA. No [programa de governo enviado ao TSE em 2010](#), quando ela também foi candidata à Presidência, mas naquele momento pelo PV, estava prevista a transição de “um sistema de repartição deficitário no tempo para um regime de capitalização unificado para todos os trabalhadores”. No plano, essa mudança aparecia como “desafio estratégico”, demandando “uma forte estrutura de financiamento de longo prazo”.

[Em 2014](#) — quando Marina era inicialmente vice na chapa de Eduardo Campos (PSB), mas assumiu após a morte do candidato durante o período eleitoral —, seu programa de governo não trazia qualquer menção à alteração do regime previdenciário. Em todo programa, a única citação ao tema é de forma genérica: “assegurar a integração orçamentária e a transversalidade das políticas sociais orientadas para previdência, assistência social e saúde, educação, cultura e trabalho”.



VERDADEIRO

A UFMG fez um estudo que 80% das atividades domésticas são feitas por mulheres.

O estudo que Marina cita é uma tese de doutorado defendida na UFMG em junho deste ano. De autoria da doutora em Demografia [Jordana Cristina de Jesus](#), o trabalho intitulado “Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência” tinha como objetivo [calcular o valor do trabalho doméstico](#), partindo do pressuposto de que tempo é dinheiro e estimando o quanto as pessoas transferem de tempo, dentro de casa, para outros indivíduos.

Um dos resultados da pesquisa, que utilizou dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2013 e 2016, realmente foi que as mulheres são responsáveis por 85% do trabalho doméstico total.

Além disso, outros dados merecem destaque: um homem de 30 anos produz, em média, uma hora de trabalho doméstico ao longo do dia, enquanto uma mulher da mesma idade realiza quatro vezes mais; e que uma brasileira de 25 anos, com até três anos de escolaridade, gasta quase seis horas por dia com afazeres domésticos não remunerados enquanto aquelas que estudaram por mais de 12 anos fazem menos de duas horas diárias desse tipo de serviço e, no caso dos homens, a quantidade de horas nunca varia.

O [banco de teses da UFMG](#), no entanto, ainda não disponibiliza a pesquisa completa.



FALSO

Desde que ele [Temer] entrou ele só aumenta o déficit público.

No primeiro ano de governo Michel Temer (de maio de 2016 a abril de 2017) houve aumento no déficit primário do Governo Central — que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central. Nos 12 meses seguintes, no entanto, houve melhora na situação fiscal e o déficit público diminuiu, como mostram os dados do [Tesouro Nacional](#). A melhora nas contas públicas, porém não deve se repetir no fim do mandato de Temer. Para os próximos meses, as previsões econômicas do Tesouro Nacional e do mercado financeiro é de aumento no déficit público. Ainda que esse cenário se concretize, durante parte do governo Temer houve contenção do déficit das contas públicas, portanto a declaração de Marina à GloboNews foi considerada FALSA.

Temer assumiu a presidência interinamente em maio de 2016 e definitivamente — após o impeachment de Dilma Rousseff — em agosto do mesmo ano. Nos primeiros 12 meses de governo (de maio de 2016 a abril de 2017), o Governo Central teve déficit primário de R\$ 169,3 bilhões, em valores reais atualizados pelo IPCA de julho de 2018, segundo dados do Tesouro Nacional. Isso significou uma alta de 3%, com relação aos R\$ 163,8 bilhões de déficit primário do governo central de maio de 2015 a abril de 2016, também em valores reais.

Já no segundo ano de governo (de maio de 2017 a abril de 2018), o Governo Central teve déficit primário de R\$ 125,9 bilhões, uma queda de 23% no déficit, com relação ao primeiro ano de Temer na presidência.

Para os últimos meses de governo de Temer, as perspectivas, no entanto, são de deterioração das contas públicas. Em julho, o Tesouro Nacional alterou a previsão de déficit primário de R\$ 152,8 bilhões para R\$ 159 bilhões, incluindo na conta o impacto do subsídio do diesel. A [pesquisa Prisma](#) (levantamento da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com base em informações do mercado financeiro) de agosto prevê aumento no déficit primário do governo central para R\$ 148,2 bilhões em 2018, ante R\$ 129,5 bilhões registrado em 2017. Vale lembrar que em 2016, o déficit primário do governo central foi de R\$ 172,4 bilhões. Houve queda, portanto.

Outro lado. Entramos em contato com a assessoria da candidata para que ela pudesse comentar as checagens. A reportagem, até a última atualização, aguardava retorno.

- [Twitter](#)
- [Facebook](#)
- [Email](#)
- [WhatsApp](#)

Leia também

- [Arnaldo Jabor não escreveu texto em que declara voto em Jair Bolsonaro](#)
- [Pesquisa Datafolha que aponta liderança de Haddad nunca foi feita](#)
- [Imagem que mostra pesquisa Ibope em que Haddad estaria em 1º lugar é falsa](#)

Assine a nossa newsletter

e-mail

Entre em contato

- [Twitter](#)
- [Facebook](#)
- [E-mail](#)

Sobre o Aos Fatos

- [Nossa equipe](#)
- [Nosso método](#)
- [Nossos parceiros](#)
- [Nossos apoiadores](#)

+ Mais

- [Aos Fatos Lab](#)
- [Aos Fatos é notícia](#)
- [Checamos para você](#)
- [Contribua para o projeto](#)
- [O que é fact-checking?](#)
- [Política de erros](#)

Política de privacidade | © 2018 Todos os direitos reservados

Tarefas domésticas gerariam R\$ 580 bilhões ao ano se fossem remuneradas

Pesquisa diz que mulheres ganhariam mais que os homens se tarefas de casa fossem somadas à renda. Elas gastam quatro horas por dia no trabalho de casa; eles, uma hora.



17/08/2018 20h56 · Atualizado há 3 semanas

▶ Se fosse remunerada, tarefa de casa geraria R\$ 580 bi ao ano, diz pesquisa

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Jornal Nacional abre a edição com a conclusão de uma pesquisa sobre a consequência econômica de um comportamento muito comum nos lares do Brasil todo. Se as tarefas domésticas fossem somadas à renda, as mulheres ganhariam, em média, mais do que os homens.

A casa vive cheia. Eles terminam o café e vão para a sala. Dona Maria de Lourdes tira a mesa, lava a louça, prepara a próxima refeição. Ela também tem que dar conta da faxina, do jardim - é serviço que não acaba mais.

“Ninguém me ajuda. Tudo eu faço sozinha. Se todo mundo ajudasse um pouquinho seria mais fácil para a gente, a gente ia ficar menos estressada, bem menos revoltada”, desabafa a aposentada Maria de Lourdes Marriel. “A gente vem daquelas épocas antigas em que as coisas eram sempre a esposa fazendo, o homem só assistindo”, admite o marido, José Marriel.

Um estudo da demógrafa Jordana Cristina de Jesus, uma pesquisadora da população, comprova o trabalho a mais das mulheres. Ela fez o levantamento com base na Pnad, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013, e verificou que as mulheres gastam, em média, quatro horas por dia realizando tarefas de casa - sem remuneração. Os homens gastam um quarto desse tempo.

“Os dados nos mostram que, na verdade, independente do nível de escolaridade, os homens fazem, em média, uma hora de trabalho doméstico por dia. Então, mais educação no caso dos homens, por exemplo, não quer dizer mais trabalho doméstico feito em casa”, revela Jordana, que é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

As obrigações são diárias. Sempre tem roupa para lavar, louça suja, panela no fogão. Só que não se ganha um centavo por esse trabalho. Mas e se houvesse remuneração? A pesquisa fez esse cálculo e concluiu que haveria uma inversão no mercado de trabalho no Brasil.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O cálculo se baseou no salário médio de um empregado doméstico e mostrou que, se as tarefas de casa fossem remuneradas e incorporadas à renda, as mulheres passariam a ganhar mais do que os homens. O total a ser pago por esse trabalho doméstico geraria R\$ 580 bilhões, o equivalente a 11% do PIB brasileiro em 2013, ano da pesquisa.

“Na nossa sociedade a gente tende a valorizar o trabalho remunerado, que é o feito fora de casa, principalmente por homens. E o trabalho doméstico, que é feito dentro de casa, majoritariamente pelas mulheres, não tem valorização nem social, nem econômica. A gente precisa conscientizar homens e mulheres desde a infância que o trabalho doméstico é responsabilidade de todo mundo que está no domicílio. Não só das mulheres”, afirma Jordana.

No caso do empresário Eduardo Trindade e da estudante Liziane, as tarefas são muito bem divididas. Eles tiveram que dispensar a empregada doméstica e fizeram um acordo: cada um se responsabiliza por uma atividade da casa.

“A gente não discute. A gente só conversa sobre coisas boas, sobre o que é necessário fazer durante o dia”, diz Eduardo. “É uma sensação de que o controle da nossa casa está nas nossas mãos. A gente tem prazer em servir um ao outro”, afirma Liziane.

MAIS DO G1

Desfile cívico vai marcar as comemorações de 7 de Setembro em Macaé, no RJ

Marcha conta com militares de diversas instituições, além de escoteiros e bandas de escolas da cidade.

'INVISÍVEL'

Trabalho doméstico poderia injetar R\$ 580 bi na economia

Mesmo quando a mulher tem emprego ou estuda, sua carga de serviço em casa ainda é maior



Rotina. Karen, mãe de uma criança de 2 anos e meio, tem a sensação de que trabalha o dia inteiro

PUBLICADO EM 27/08/18 - 03h00

LUDMILA PIZARRO

Considerado por muitos como “invisível”, o trabalho doméstico – 85% dele realizado pelas mulheres –, se fosse remunerado acrescentaria R\$ 580 bilhões à economia do país. A conclusão é da tese de doutorado “Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: Uma análise de produção, consumo e transferência”, defendida na UFMG pela demógrafa Jordana Cristina de Jesus e baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, de 2013. O valor representa cerca de 10% do PIB do Brasil daquele ano.

O estudo também aponta que os afazeres domésticos consomem, em média, quatro vezes mais tempo de mulheres com 30 anos do que de homens na mesma faixa etária. “(É nessa idade) que, em média, se faz mais trabalho doméstico, como resultado da presença de filhos em casa”, diz a pesquisadora. “Eu gostaria de ter um cartão de ponto, mas ele não existe. Não tem como deixar de ser mãe, não tem como não cozinhar, não lavar as vasilhas ou as roupas. A minha sensação é que eu trabalho o dia inteiro”, afirma a pedagoga Karen Cordeiro, 32, mãe de uma criança de 2 anos e meio.

A carga de trabalho é maior mesmo quando a mulher também trabalha fora. Ana Maria*, 28, faz faculdade à noite e estágio de manhã e é a única responsável pela arrumação da casa e pelos cuidados com a filha de 1 ano. “Meu companheiro não tem noção de que cuidar de casa e do filho dá trabalho. Ele trabalha das 7h às 18h e fica muito cansado para ajudar”, diz.

VEJA TAMBÉM

[Média de horas dedicadas aos afazeres domésticos de acordo com o gênero e a idade \(/infoqr/C3%A1ficos/m%C3%A9dia-de-horas-dedicadas-aos-afazeres-dom%C3%A9sticos-de-acordo-com-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-1.2019933\)](#)

ÚLTIMAS

[VEIA SE TEM DIREITO \(/CAPA/ECONOMIA/QUASE-12-MILH%C3%B5ES-AINDA-N%C3%A3O-SACARAM-COTAS-DO-PIS-PRAZO-TERMINA-DIA-28-1.2027500\)](#)

Quase 12 milhões ainda não sacaram cotas do PIS; prazo termina dia 28 (/capa/economia/quase-12-milh%C3%B5es-ainda-n%C3%A3o-sacaram-cotas-do-pis-prazo-termina-dia-28-1.2027500)

[ESTÁVEL \(/CAPA/ECONOMIA/PETROBRAS-CONGELAR%C3%A1-PRE%C3%A7O-DA-GASOLINA-POR-AT%C3%A9-15-DIAS-1.2027448\)](#)

Petrobras congelará preço da gasolina por até 15 dias (/capa/economia/petrobras-congelar%C3%A1-pre%C3%A7o-da-gasolina-por-at%C3%A9-15-dias-1.2027448)

[MOTIVOS \(/CAPA/ECONOMIA/BRASIL-TEM-HOJE-O-TAMANHO-DA-POPULA%C3%A7%C3%A3O-DO-CHILE-EM-SITUA%C3%A7%C3%A3O-DE-MIS%C3%A9RIA-1.2027239\)](#)

Brasil tem hoje o tamanho da população do Chile em situação de miséria (/capa/economia/brasil-tem-hoje-o-tamanho-da-popula%C3%A7%C3%A3o-do-chile-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-mis%C3%A9ria-1.2027239)

Mais notícias (ultimas)

A pesquisa considera o tempo dedicado à casa e aos filhos como um recurso. E, nesse sentido, homens consomem mais trabalho doméstico do que produzem, sendo classificados como consumidores líquidos de trabalho doméstico. “Já as mulheres produzem mais do que consomem entre os 15 e os 84 anos, o que as coloca na condição de transferidoras líquidas de tempo”, diz Jordana.

Para Camila Teodoro, consultora financeira para o público feminino, a mulher não é educada para pensar no valor financeiro do trabalho doméstico. “Se ela não fizesse, outra pessoa teria que fazer e cobraria por isso”, avalia.

“Além de dependente financeira, me sinto estagnada profissionalmente”, diz a universitária Paola Mata Machado, 25. “Minha vida gira em torno do cuidado com o outro, espero que com o crescimento da minha filha, de 1 ano, isso melhore”, conclui.

***Nome fictício**

Carreira profissional fica prejudicada por carga maior

Segundo a pesquisadora Jordana Cristina de Jesus, a maior carga de trabalho doméstico da mulher impacta na carreira. “Mulher com filho, principalmente antes dos 6 anos, tem menos chances de estar no mercado de trabalho, porque não consegue conciliar as horas de cuidado com a criança com o trabalho remunerado”, diz.

A pedagoga Karen Cordeiro, 32, conta que foi demitida após a licença-maternidade. “Depois que tive filho fiz entrevistas de emprego, mas ninguém retornou”, diz.

Minientrevista

Jordana Cristina de Jesus

Doutora em demografia pela UFMG



Quais desvantagens o acúmulo do trabalho doméstico causa às mulheres?

Se por um lado as mulheres avançaram na conquista da esfera pública, ocupando cargos de trabalho remunerado, por outro, a dinâmica doméstica segue praticamente inalterada, sem romper com regras que determinam o cuidado da casa e dos filhos como sendo responsabilidade feminina. Cabe quase que exclusivamente às mulheres a articulação da atuação profissional com as demandas domésticas. As mulheres com filhos pequenos são as mais atingidas, pois, muitas vezes, precisam deixar o trabalho ou aceitar os ditos “flexíveis”, que virão acompanhados de piores salários. Isso é que o chamamos de “penalidade da maternidade.” Além disso, sabemos que o filho não se configura como um impedimento de estar no mercado para os homens, apenas para as mulheres.

Em seu estudo, você também avalia alternativas para mudar esse quadro?

Se o Estado se fizesse mais presente na provisão de possibilidades de cuidado, certamente a carga de trabalho doméstico das mulheres seria menor. O Estado não se empenha na oferta de creches e escolas infantis. Essa carga também seria amenizada se as relações de gênero não fossem tão desiguais, delegando às mulheres toda a responsabilidade pelo cuidado com a família e com a casa.

Como a escolaridade afeta o tempo dedicado ao trabalho doméstico?

No Brasil, como em outras partes do mundo, maiores níveis de escolaridade significam maiores salários. Ocorre que as mulheres com mais escolaridade e maiores salários, recorrem à contratação de empregadas domésticas. Por isso, temos diferenças significativas no tempo que mulheres de diferentes grupos dedicam ao trabalho doméstico.



O Tempo
532.704 curtidas

Curtir Página

Usar aplicativo

53 amigos curtiram isso



COLUNISTAS

Luiz Tito
(/opini%C3%A3o/luiz-tito/crema%C3%A7%C3%A3o-da-cultura-brasileira-1.2026264)



Cremação da cultura brasileira
(/opini%C3%A3o/luiz-tito/crema%C3%A7%C3%A3o-da-cultura-brasileira-1.2026264)

(/opini%C3%A3o/luiz-tito/crema%C3%A7%C3%A3o-da-cultura-brasileira-1.2026264)

Minas S/A
(/opini%C3%A3o/minas-s-a/broward-1.2025736)
Broward
(/opini%C3%A3o/minas-s-a/broward-1.2025736)



(/opini%C3%A3o/minas-s-a/broward-1.2025736)



Pesquisa e Inovação

Tese do Cedeplar estima valor do trabalho doméstico

Se fossem remuneradas, atividades do lar gerariam o equivalente a 10% do PIB nacional; mulheres são responsáveis por 85% dos afazeres

segunda-feira, 6 de agosto 2018, às 06h21

atualizado em segunda-feira, 6 de agosto 2018, às 08h22



Marcelo Lustosa / UFMG

Dos 23 até por volta dos 80 anos de idade, as mulheres brasileiras passam, em média, mais tempo realizando trabalho doméstico para outros membros da família do que para o seu próprio benefício. No caso dos lares mais pobres, a idade de 13 anos é o marco para que a mulher passe a ter esse consumo negativo em relação à sua produção. De modo oposto, os homens são sempre beneficiários das transferências de tempo, independentemente do seu nível de renda.

Esses são alguns dos resultados da investigação empreendida pela demógrafa Jordana Cristina de Jesus, autora da tese de doutorado *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*, defendida em junho deste ano, no Centro de Desenvolvimento e



A pesquisadora utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de - Domicílios (Pnad) de 2013 e de 2016. Na Pnad, a coleta de dados sobre trabalho doméstico é limitada ao número de horas dedicadas à manutenção da casa. Assim, o equivalente ao cuidado com crianças é subnotificado, afetando o cálculo das transferências de tempo. Para estimar as contas brasileiras, a pesquisadora combinou os dados da Pnad com as informações da pesquisa de uso do tempo da Colômbia, já que aquele país compartilha algumas características sociodemográficas, econômicas e culturais com o Brasil.

Partindo do pressuposto de que tempo é recurso, a intenção de Jordana foi estimar o quanto as pessoas transferem de tempo, dentro de casa, para outros indivíduos. “É comum a reflexão sobre a transferência de renda, que ocorre quando você, por exemplo, paga a mensalidade escolar. Mas a abordagem sobre a transferência de tempo, sem fluxo monetário, é recente na literatura. Ela se dá quando a pessoa dedica certo número de horas a tarefas como cozinhar, lavar roupas, botar lixo para fora ou pagar contas, das quais outras pessoas do domicílio vão se beneficiar”, exemplifica a autora.

De acordo com Jordana, um homem de 30 anos produz, em média, uma hora de trabalho doméstico ao longo do dia, enquanto uma mulher da mesma idade realiza quatro vezes mais. Esse índice varia conforme o nível de escolaridade – mas somente entre o público feminino. Segundo a autora, uma brasileira de 25 anos, com até três anos de escolaridade, gasta quase seis horas por dia com afazeres domésticos não remunerados. Aquelas que estudaram por mais de 12 anos fazem menos de duas horas diárias desse tipo de serviço. No caso dos homens, a quantidade de horas nunca varia. “Em geral, o homem executa o serviço doméstico até, no máximo, a demanda de seu próprio consumo”, pontua a autora.

Produção invisível

Jordana projetou uma valoração do trabalho doméstico realizado pelos próprios moradores da casa, tendo como parâmetro o salário mediano pago para alguém que executa essa atividade. A contrapartida financeira, nesse cenário, geraria um montante que equivale a mais de 10% do PIB brasileiro. “Esse número mostra que o trabalho dentro do lar, embora figure como ‘invisível’, tem significativo valor econômico”, observou a pesquisadora.

De acordo com Jordana, se aos salários dos brasileiros fosse somada a contrapartida referente ao trabalho feito em casa, as mulheres de todas as



Jordana: mulheres produzem trabalho doméstico muito mais do que

*Jordana: análise sobre produção, consumo e
transferência*

Arquivo pessoal

Prestígio masculino

Como salienta a autora, o serviço doméstico realizado pelos homens é, proporcionalmente, concentrado em atividades não relacionadas à manutenção do lar. “Isso dá vazão à discussão sobre o envolvimento masculino em tarefas mais prestigiadas, como levar os filhos para passear ou para jogar futebol”, observa.

Nesse sentido, Jordana resgata um debate relacionado a maternidade e paternidade. Segundo a demógrafa, existem estudos sobre a discriminação sofrida no emprego pela mulher devido ao pressuposto de que o zelo da mãe para com os filhos prejudicaria seu desempenho no trabalho. Já o exercício da paternidade é visto como sinal de maturidade e responsabilidade. “Mas o debate sobre a ‘penalidade da maternidade’ e o ‘prêmio da paternidade’ só existe por causa do trabalho doméstico. Se a articulação dentro de casa fosse igualitária, as mulheres não ficariam em desvantagem no mercado de trabalho”, argumenta.

Como agenda de pesquisa, a autora sugere o tema das transferências intergeracionais no contexto de fecundidade adolescente. “No Brasil, são cada vez mais comuns as famílias multigeracionais, compostas de mães solteiras que vivem com seus pais. Nos países desenvolvidos, já está demonstrada a importância do tempo que os avós gastam no cuidado dos netos para que seus filhos possam trabalhar. É possível investigar, por exemplo, a associação entre a dinâmica doméstica e as variáveis de educação e trabalho de jovens mães”, projeta Jordana Cristina de Jesus.

Tese: *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*

Autora: Jordana Cristina de Jesus

Orientadora: Simone Wajnman

Coorientador: Cassio Turra

Defesa: 19 de junho de 2018, no Programa de Pós-graduação em Demografia do Cedeplar-Face



 PODCAST ONDAS DA CIÊNCIA

VALOR E DESIGUALDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO

PESQUISA QUANTIFICA E MOSTRA EFEITOS DO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO NO BRASIL, QUE
CORRESPONDERIA A 10% DO PIB NACIONAL



LUIZA LAGES — 31 DE AGOSTO DE 2018



Foto: Pixabay/Orzalaga



Enquanto um homem na faixa dos 30 anos no Brasil faz em média uma hora de trabalho doméstico não remunerado por dia, esse número sobe para quatro horas entre mulheres adultas brasileiras. E se a todo esse tempo gasto em casa fosse atribuído valor econômico, ele corresponderia a 11% do PIB nacional. Os números são resultado da pesquisa de doutorado da demógrafa Jordana Cristina de Jesus. Ela é autora da tese *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*, defendida na UFMG.

O objetivo da tese era responder quanto tempo as pessoas dedicam e quanto vale o trabalho doméstico não remunerado. Para atribuir valor ao trabalho doméstico e para saber quanto foi produzido e consumido dentro dos domicílios, o ponto de partida foi o que se paga para uma empregada doméstica no Brasil, em cada estado.

Confira, no **Ondas da Ciência!**

×

TRABALHO DOMÉSTICO E DESIGUALDADE

Jordana Cristina utilizou a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)** de 2013, que faz a pergunta “Quantas horas por semana você faz normalmente de trabalho doméstico?”. Os números obtidos com as respostas já foram usados em outras pesquisas, mas apresentavam incorreções. “A gente notou que esse dado apresenta uma subestimação. Algumas pessoas podem não identificar cuidar de uma criança como trabalho doméstico, por exemplo. A primeira coisa então foi corrigir essa subestimação”, conta.

Com a correção dos dados da Pnad, a primeira novidade foi a diferença entre o tempo gasto com atividades domésticas entre homens e mulheres. Acreditava-se que essa diferença fosse de duas a três vezes, mas a pesquisa mostrou que mulheres fazem quatro vezes mais trabalho doméstico que homens.

Os indicadores também mostraram desigualdades entre as mulheres. Segundo a pesquisadora, nos estratos sociais mais altos, é muito comum que se contrate empregadas domésticas. Por isso, enquanto uma mulher de 25 anos no topo do nível de distribuição de renda faz uma média de duas horas de trabalho doméstico não remunerado por dia, uma mulher da mesma idade no nível mais baixo de renda faz mais de seis horas. “No caso dos homens isso não acontece. Independente do nível de renda e da escolaridade, o padrão é sempre o mesmo. Homens fazem em média uma hora por dia. E isso é um resultado importante, porque talvez se associe mais escolaridade e mais consciência sobre a igualdade de gênero a assumir mais trabalho doméstico. Mas não é isso que os dados mostram”, diz Jordana.

TRANSFERÊNCIA DO TRABALHO

Outra estimativa feita pela pesquisadora é a do tempo de transferência do trabalho doméstico para outras pessoas. As mulheres brasileiras passam, em média, mais tempo realizando trabalho doméstico para outros membros da família do que para o seu próprio benefício. A tese mostrou que, dos 15 aos 80 anos de idade, as mulheres estão na condição de transferidoras líquidas do trabalho doméstico. E quanto menor o nível de renda, maiores os efeitos disso. “As mulheres pobres passam grande parte do dia transferindo trabalho doméstico para outras pessoas. Os homens adultos são os beneficiários, juntamente com as crianças”, explica.

TRABALHO DENTRO E FORA DE CASA

A tese defendida no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) mostra que se a esfera doméstica fosse considerada e remunerada, mulheres ganhariam mais que homens, em todas as idades. Para Jordana, o primeiro passo para mudar a condição de desigualdade é quantificar e dar visibilidade à questão. “Precisamos falar sobre o modo como foi naturalizado que o trabalho doméstico é responsabilidade feminina. Isso tem várias implicações, principalmente menos flexibilidade para as mulheres estarem no mercado de trabalho e conseguirem rendimentos melhores. Esse contexto de desigualdade dentro de casa é uma das explicações para o contexto de desigualdade fora de casa. Os homens estão mais presentes no mercado de trabalho e ganham mais porque as mulheres estão dentro de casa”, afirma.

COMPARTILHE ISSO:



ETIQUETA:

DESIGUALDADES

ECONOMIA

MERCADO DE TRABALHO

RENDA

TRABALHO

TRABALHO DOMÉSTICO



SOBRE O AUTOR

LUIZA LAGES

Jornalista e radialista. Mestre em Comunicação Social pela UFMG/pesquisa sobre comunicação da ciência. Bolsista do Programa de Comunicação Científica, Tecnológica e de Inovação da Fapemig; produtora, repórter e editora do podcast Ondas da Ciência.

ARTIGOS RELACIONADOS

MERCOSUL, BLOCOS ECONÔMICOS E AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS



LUIZA LAGES, 10 DE AGOSTO DE 2018

OS CUSTOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO



LUIZA LAGES, 3 DE AGOSTO DE 2018

x

ENSAIOS SOBRE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

FATO OU FAKE

Veja o que é #FATO ou #FAKE nas entrevistas de Marina Silva para o Jornal Nacional e para o Jornal das Dez

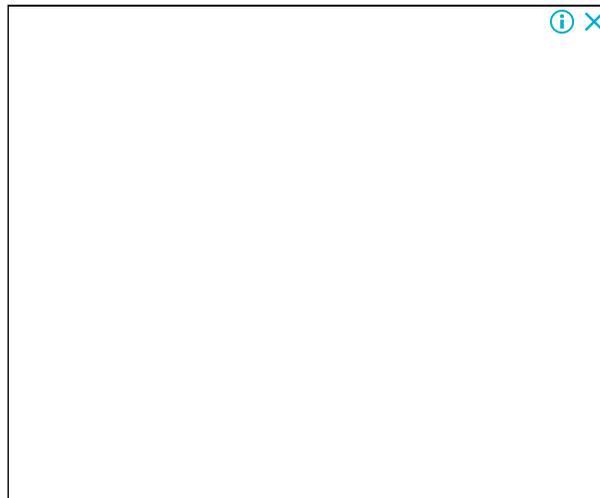
Candidata da Rede à Presidência foi a última entrevistada no JN e no J10. Série de entrevistas teve ainda Ciro Gomes, Jair Bolsonaro e Geraldo Alckmin.



Por G1, O Globo, Extra, CBN, Valor, GloboNews, TV Globo e Época

31/08/2018 07h37 · Atualizado há 6 dias

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



A candidata da Rede à Presidência, Marina Silva, foi a última entrevistada do **Jornal Nacional**, da TV Globo, e do **Jornal das Dez**, da GloboNews, nesta quinta-feira (30).

A série de entrevistas teve ainda Ciro Gomes (PDT), Jair Bolsonaro (PSL) e Geraldo Alckmin (PSDB).

A equipe do Fato ou Fake checkou as principais declarações de Marina Silva. Leia:

JORNAL NACIONAL



▶ Marina Silva (Rede) é entrevistada no Jornal Nacional

"60% da direção da Rede foi favorável ao impeachment e dois deputados tiveram uma posição contrária"



📷 Fato (Foto: foto: G1)

A declaração é #FATO. Veja o porquê: Um **texto publicado no site da Rede Sustentabilidade** em novembro de 2016 registra que 60% dos integrantes do Elo Nacional (nome que o partido dá ao Diretório Nacional) foram favoráveis ao impeachment. O restante ficou dividido entre a posição contrária ao impeachment e a abstenção. Na **votação do impeachment na Câmara dos Deputados**, dois deputados da Rede, de fato, votaram contra o impeachment (Alessandro Molon, do RJ,

e Aiel Machado, do PR). Os outros dois foram a favor (Miro Teixeira, do RJ, e João Derly, do RS).

"Desde 2010 que eu defendo, 2010 quando ninguém debatia isso, que a gente tinha que transitar para um regime de capitalização e contribuições"



Fato (Foto: foto: G1)

A declaração é #FATO. Veja o porquê: A candidata já fazia referência à proposta de transição de um modelo previdenciário de repartição (em que as contribuições de ativos financiam os aposentados) para a chamada capitalização (em que são criados fundos com os recursos dos contribuintes ativos para a manutenção das aposentadorias deles próprios) em seu **plano de governo para a campanha à Presidência da República em 2010**.

O texto da proposta apresentada naquela época dizia que "o desafio estratégico é transitar de um sistema de repartição deficitário no tempo para um regime de capitalização unificado para todos os trabalhadores, o que demandará uma forte estrutura de financiamento de longo-prazo".

"O Itamar Franco, quando assumiu, não tinha uma base e conseguiu juntar diferentes partidos para conseguir governar"



 Não é bem assim (Foto: G1 arte)

#NÃOÉBEMASSIM. Veja o porquê: O então **vice-presidente Itamar Franco** contou, ainda em meados de 1992, com a formação de um grupo suprapartidário no Senado para oferecer a ele a estrutura política necessária para o caso de impeachment de Fernando Collor de Mello. **Ou seja, conseguiu costurar uma base antes mesmo de assumir.**

Esse grupo contava, entre outros, com Pedro Simon (PMDB), Maurício Correia (PDT), Alexandre Costa (PFL) e José Sarney (PMDB). Depois da queda de Collor, Itamar escolheu nomes de seu círculo de amigos para alguns ministérios, como Paulo Roberto Haddad para o Planejamento, Murilo Hingel (PMDB) para a Educação, e Henrique Hargreaves (PFL) para o Gabinete Civil. Para as outras pastas, escolheu nomes de seis diferentes partidos (PSB, PMDB, PFL, PSDB, PTB e PDT).

Na Câmara, a negociação para apoio a Itamar também contava com nomes como Ulysses Guimarães, Nelson Jobim, Antônio Britto e Odacir Klein, do PMDB. Governadores como Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB-SP) e Leonel Brizola (PDT-RJ) também participaram das negociações.

“A Universidade Federal de Minas Gerais fez um estudo de que 80% das atividades domésticas são feitas por mulheres”

 Fato (Foto: foto: G1)

A declaração é #FATO. Veja o porquê: O **estudo citado por Marina Silva** é uma tese de doutorado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais. A autora Jordana Cristina de Jesus mostra que as mulheres são responsáveis por 85% dos afazeres domésticos e a maior parte dessas atividades é realizada para outras pessoas da família. Ela estima que o trabalho doméstico geraria o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) caso fosse remunerado. A pesquisadora utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2013 a 2016.

Segundo a PNAD, o cenário mudou pouco de 2013 para cá. **Em 2017, 92,6% das mulheres realizavam afazeres domésticos e cuidados de pessoas enquanto que 78,7% dos homens faziam as mesmas atividades.** Além disso, as mulheres dedicaram quase o dobro de horas dos homens aos afazeres domésticos.

“Sou a única candidata que diz que apoia a Lava Jato”

 Fake (Foto: Foto G1)

A declaração é #FAKE. Veja o porquê: O candidato à Presidência da República pelo Podemos, Alvaro Dias, não só se apresenta como defensor da Lava Jato como tem repetido durante a atual campanha que **convidará o juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, para ser o ministro da Justiça de seu governo,** caso vença a eleição.

O candidato à Presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin, também afirma apoiar a investigação liderada pela força-tarefa do Ministério Público Federal e pela

Polícia Federal de Curitiba. Em entrevista ao Jornal Nacional, nesta quarta-feira, Alckmin declarou: “Defendo a Lava Jato, defendo as investigações. É importantíssimo que elas ocorram. Vamos sair desse episódio melhores”.

Já **o candidato à Presidência pelo PDT, Ciro Gomes, diz que apoia a Lava Jato, mas fez ressalvas quanto aos desdobramentos da operação.** “Apoio a Lava Jato porque ela é uma virada de página na crônica de impunidade que sempre marcou a corrupção dos grandes no Brasil. Porém, a Lava Jato só prestará bom serviço se for vista pela maioria ou pelo conjunto da sociedade como uma coisa equilibrada.”

“Eu fui a única candidata até agora a ir até a Transparência Internacional. E eles produziram mais de 70 propostas para combate à corrupção, um trabalho denso e eu me comprometi”

 Fake (Foto: Foto G1)

A declaração é #FAKE. Veja o porquê: Marina Silva se encontrou com representantes da Transparência Internacional em 25 de julho, mas não foi a única. No dia 29 de agosto, o candidato do PSOL à Presidência, **Guilherme Boulos, esteve na entidade,** em resposta a um convite enviado a todos os candidatos à Presidência da República. As duas visitas foram confirmadas pela assessoria de imprensa da Transparência Internacional no Brasil.

A Transparência Internacional é um dos movimentos e organizações sem vínculos partidários que participam da **campanha nacional “Unidos Contra a Corrupção”.** O projeto lançou um documento que lista **uma série de medidas** contra a corrupção. Segundo o site da campanha, a intenção é “transformar as novas medidas contra a

corrupção em pauta prioritária no Congresso em 2019". A entidade informou que fez um convite a todos os candidatos à Presidência para conhecerem as medidas.

“Eu, quando entrei no Ministério do Meio Ambiente, tinha mais de 40 hidrelétricas que não tinham licenças, aquilo que foi competência do Ibama, nós limpamos a pauta e o que não dava para fazer nós dissemos claramente aos empreendedores: ‘Não dá para fazer, como foi o caso da Tijuco Alto’”

 Fato (Foto: foto: G1)

A declaração é #FATO. Veja o porquê: Marina Silva assumiu o Ministério do Meio Ambiente no início do primeiro governo Lula, em janeiro de 2003.

A partir de 2004, a viabilidade ambiental dos empreendimentos passou a ser analisada antes de a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fazer a concessão da hidrelétrica para o empresário.

Numa nota oficial divulgada em setembro de 2004, o Ministério do Meio Ambiente informa que, até a mudança no sistema de licenciamento ambiental, havia 45 hidrelétricas com problemas de licenciamento (no velho modelo do Setor Elétrico): eram 21 empreendimentos com baixa complexidade, e 24 com alta complexidade.

A mesma nota afirma que, com **o licenciamento para o início da construção da Hidrelétrica Foz do Chapecó**, no Rio Uruguai, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, naquele momento restavam apenas quatro empreendimentos de alta

complexidade do modelo antigo do setor elétrico em avaliação no Ibama: Estreito (no Rio Tocantins, entre Maranhão e Tocantins); Itaocara (no Rio Paraíba do Sul, entre Minas Gerais e Rio de Janeiro); Paiquerê (no Rio Pelotas, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul); e Couto Magalhães (no Rio Araguaia, entre Mato Grosso e Goiás).

Uma **consulta aos processos de licenciamento ambiental no site do Ibama** mostra que, entre janeiro de 2003 e 13 de maio de 2008, período em que Marina esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente, o Ibama concedeu 131 licenças para hidrelétricas.

Neste total estão incluídas licenças prévias (quando o Ibama analisa se a obra é viável ambientalmente); licenças de instalação (etapa em que o empreendedor recebe autorização para começar a obra); licenças de operação (quando a usina recebe sinal verde para entrar em funcionamento) e autorizações de supressão de vegetação (para corte de vegetação na área de formação do reservatório, antes da licença de operação); além de renovações e retificações dessas licenças.

Sobre **a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto**, na divisa entre os estados de São Paulo e do Paraná, o processo de licenciamento ambiental deu entrada no Ibama em 2004. No ano seguinte, foi entregue o Estudo de Impacto Ambiental. Dois anos depois, foram realizadas audiências públicas nos municípios de Cerro Azul (PR), Adrianópolis (PR), Ribeira (SP), Registro (SP) e Eldorado (SP), que sofreriam impactos pela obra. As audiências tiveram grande participação da sociedade e fortes manifestações contrárias ao empreendimento. Em 2016, o Ibama decidiu indeferir a concessão da licença prévia para a construção da usina, devido à inviabilidade ambiental.

“A (licença) da(s) hidrelétrica(s) de Santo Antônio e Jirau foi dada durante a minha gestão, um dos licenciamentos mais difíceis”

.....



Fato (Foto: foto: G1)

A declaração é #FATO. Veja o porquê: A licença prévia da **usina de Santo Antônio**, no Rio Madeira, foi concedida em 10 de julho de 2007, antes do leilão da hidrelétrica, quando Marina ainda era ministra do Meio Ambiente. A licença prévia de **Jirau**, no Rio Madeira, foi concedida também em 10 de julho daquele ano. A hidrelétrica foi leiloada em 19 de maio de 2008, após a saída de Marina do governo.

Já as licenças de instalação e de operação de Santo Antônio foram concedidas em agosto de 2008 e setembro de 2011, respectivamente, quando Marina já havia deixado o ministério. As licenças de instalação e operação de Jirau foram concedidas em junho de 2009 e outubro de 2012.

“No Rio Grande do Sul, nós estamos coligados com um jovem que foi prefeito de Pelotas e esse jovem, sobre ele não pesa absolutamente nada”



Fake (Foto: Foto G1)

A declaração é #FAKE. Veja o porquê: O ex-prefeito de Pelotas a que Marina Silva se refere na entrevista é o advogado Eduardo Leite, de 33 anos, candidato do PSDB ao governo do Rio Grande do Sul. O tucano comandou o município entre 2013 e 2016 e também já foi vereador da cidade.

Eduardo Leite é réu na Justiça do Rio Grande do Sul em, pelo menos, duas ações de improbidade administrativa (irregularidade – e não um crime – cometido por um

agente que tenha o controle de recursos ou bens públicos). Os processos tramitam na 4ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública da comarca de Pelotas.

Em uma das ações, ajuizada pelo Ministério Público gaúcho em 2016, ele é acusado de ter contratado, sem licitação, uma empresa para prestar serviço de limpeza em escolas públicas de Pelotas.

Em outro processo em que ele é réu por improbidade, também de 2016, os promotores de Justiça acusam Eduardo Leite de, no exercício do cargo de prefeito de Pelotas, ter alugado um imóvel, em 2013, para instalar a Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, sendo que a pasta só ocupou efetivamente o prédio mais de dois anos depois.

Nesse período, afirma o Ministério Público do Rio Grande do Sul, a prefeitura “desembolsou considerável quantia referente ao aluguel do prédio”.

As duas ações de improbidade administrativa nas quais Eduardo Leite é réu foram aceitas pela Justiça gaúcha, mas ainda não houve sentença nos dois casos.

As ações de improbidade, na área cível da Justiça, podem levar a punições como multas e devolução de valores. O condenado em segunda instância também pode ter direitos políticos suspensos e ficar inelegível se for confirmado que houve enriquecimento ilícito.

“Continuo coerente, porque o Eduardo Jorge, nós nunca tivemos divergências, a minha saída do PV tinha a ver com a visão de processo em relação ao que eu queria muito que o PV se tornasse um partido em rede, mas a cultura política da direção do PV entendeu que não”

 Não é bem assim (Foto: G1 arte)

#NÃOÉBEMASSIM. Veja o porquê: Marina Silva, de fato, saiu do PV em 2011 após discordâncias com a direção do partido. Mas ela também tem, sim, divergências conhecidas com seu candidato a vice Eduardo Jorge (PV) em ao menos dois pontos que fazem parte do debate nacional pelo menos desde as duas últimas eleições para Presidência, apesar de ambos garantirem que essas discordâncias estão harmonizadas.

Em junho de 2011, Marina anunciou a saída do partido após seu grupo político demonstrar descontentamento com a direção nacional da legenda e reclamar de falta de espaço em decisões. Havia ainda uma cobrança para que o PV realizasse eleições para diretórios municipais e a fixação de um prazo de mandato fixo para a Executiva nacional, que na época já estava no comando do partido há 12 anos.

Marina se posiciona contrária à legalização do aborto e das drogas, e Eduardo Jorge, seu vice, é favorável, assim como o PV. Ela mesma admitiu a existência dessas divergências ao lançar sua candidatura este ano, mas disse que essas diferenças estão pacificadas desde 2010. No dia 14 de agosto deste ano, em entrevista ao jornal "Folha de S.Paulo", Eduardo Jorge também disse, em relação a Marina: "Nós temos divergência de opiniões, todo mundo sabe disso", acrescentando: "Em alguns pontos nós não temos concordância, mas o que prevalece na campanha são as posições da candidata".

JORNAL DAS DEZ

▶ Central das Eleições recebe Marina Silva, candidata da Rede à presidência

"Desde que ele (Michel Temer) entrou, só aumenta o déficit público"



📹 Fake (Foto: Foto G1)

A declaração é #FAKE. Veja o porquê: O governo central vinha registrando déficit primário desde 2014, quando gastou R\$ 23,482 bilhões a mais do que arrecadou. Temer assumiu definitivamente a Presidência em agosto de 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff. Naquele ano, o déficit ficou em R\$ 161 bilhões, segundo **série histórica do Tesouro Nacional**. O resultado de 2017 e as previsões para 2018 e 2019 estão abaixo desse patamar.

Em 2017, no ano seguinte, o déficit caiu para R\$ 124,261 bilhões. **A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 aponta meta fiscal com rombo de R\$ 159 bilhões**, enquanto a LDO de 2019 projeta déficit de até R\$ 139 bilhões para o ano que vem.

"Hoje existe uma grande quantidade de contrabando de arma, de munição. Inclusive isso acontece roubando até

mesmo da própria Polícia Federal, como é o caso que é de conhecimento público”



Fato (Foto: foto: G1)

A declaração é #FATO. Veja o porquê: Um levantamento da Polícia Federal de julho deste ano aponta que 404 armas e 4.795 balas foram extraviadas dos estoques da PF em todo o país nos últimos 11 anos. **A Superintendência do Rio teve o maior número de armas desviadas (80).** Além disso, no mesmo período, 483 projéteis de vários calibres, incluindo fuzis, submetralhadoras e pistolas, desapareceram dos estoques da PF no Rio. Já a PF de São Paulo, que é a segunda com o maior número de armas extraviadas, teve 38 armas e 948 munições desviadas. No total, 388 procedimentos administrativos foram instaurados por conta dos extravios.



Fato ou Fake (Foto: G1)

- *Adicione nosso número de WhatsApp: **+55 (21) 97305-9827** (após adicionar o número, mande uma saudação para ser inscrito)*

CHECAGENS DE POLÍTICA DO FATO OU FAKE

Veja o que é #FATO ou #FAKE nas entrevistas dos presidentiáveis para a GloboNews



QUANTO VALE O TRABALHO DOMÉSTICO?



📞 (whatsapp://send?text=Quanto+vale+o+trabalho+dom%C3%A9stico%3F+-+https%3A%2F%2Frevistatrip.uol.com.br%2Ftpm%2Fas-mulheres-respondem-por-85-dos-afazeres-da-casa-e-nao-sao-nem-pagas-nem-reconhecidas-por-isso%3Futm_source%3Dwhatsapp%26utm_medium%3Dsite-share-icon)

TPM ([HTTPS://REVISTATRIP.UOL.COM.BR/TPM](https://revistatrip.uol.com.br/tpm))

TRABALHO ([HTTPS://REVISTATRIP.UOL.COM.BR/TAGS/TRABALHO](https://revistatrip.uol.com.br/tags/trabalho))

DINHEIRO ([HTTP://REVISTATRIP.UOL.COM.BR/DINHEIRO](http://revistatrip.uol.com.br/dinheiro))

POR JULIANA SAYURI ([HTTPS://REVISTATRIP.UOL.COM.BR/AUTORES/JULIANA-SAYURI](https://revistatrip.uol.com.br/autores/juliana-sayuri))

10.09.2018

As mulheres respondem por 85% dos afazeres da casa. Se fossem pagas por esse trabalho, produziriam o equivalente a 11% do PIB, revela estudo da UFMG

Cozinhar para a família, lavar louça, lavar roupa, arrumar a casa toda, fazer a feira e o mercado do mês, pagar os boletos, levar no colégio, no futebol, no hospital, tirar o lixo, trocar a luz, cuidar das crianças, dos avós, do cachorro, da horta, de tudo. A labuta faz lembrar os versos de *Cotidiano*, de Chico Buarque: “Todo dia ela faz tudo sempre igual...”



publicidade

CONTINUAR LENDO

MATÉRIAS RELACIONADAS

NO MAPA DA DOR

AS EMPRESAS PRECISAM (E MUITO) DO
FEMININO

VOCÊ É O SEU TR/

(<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/ionara-rabelo-psicologa-da-ong-medico-sem-fronteiras-no-mapa-da-dor>)

(<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/indiano-raj-sisodia-consultor-de-negocios-defende-liderancas-mais-femininas-nas-empresas>)

(<https://revisemila-pitani-wallauer-entre-voce-e-o-seu-t>)

TPM ([HTTPS://REVISTATRIP.UOL.COM.BR/TPM](https://revistatrip.uol.com.br/tpm))TRABALHO ([HTTPS://REVISTATRIP.UOL.COM.BR/TAGS/TRABALHO](https://revistatrip.uol.com.br/tags/trabalho))DINHEIRO ([HTTPS://REVISTATRIP.UOL.COM.BR/DINHEIRO](https://revistatrip.uol.com.br/dinheiro))

📞 ([whatsapp://send?text=Quanto+vale+o+trabalho+dom%C3%A9stico%3F++https%3A%2F%2Frevistatrip.uol.com.br%2Ftpm%2Fas-mulheres-respondem-por-85-dos-afazeres-da-casa-e-nao-sao-nem-pagas-nem-reconhecidas-por-isso%3Futm_source%3Dwhatsapp%26utm_medium%3Dsite-share-icon](https://whatsapp.com/send?text=Quanto+vale+o+trabalho+dom%C3%A9stico%3F++https%3A%2F%2Frevistatrip.uol.com.br%2Ftpm%2Fas-mulheres-respondem-por-85-dos-afazeres-da-casa-e-nao-sao-nem-pagas-nem-reconhecidas-por-isso%3Futm_source%3Dwhatsapp%26utm_medium%3Dsite-share-icon))

TRIP NEWS ASSINE A NOSSA NEWSLETTER

DIGITE AQUI SEU E-MAIL

OK

EXPEDIENTE (/EXPEDIENTE) ANUNCIE ([HTTP://WWW.TRIPEDITORA.COM.BR/COMERCIAL/](http://www.tripeditora.com.br/comercial/))
ASSINE (/ASSINE) CONTATO (/CONTATO)